

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE**

BRUNNA MENDONÇA BRAGA

**ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CICLOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ**

CASCADEL

2025

BRUNNA MENDONÇA BRAGA

**ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CICLOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Contabilidade**.

Área de concentração: Controladoria

ORIENTADOR: Clóvis Fiirst

CASCADEL

2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Mendonça Braga, Brunna
ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CICLOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ / Brunna Mendonça Braga; orientador
Clóvis Fiirst. -- Cascavel, 2025.
108 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade, 2025.

1. Endividamento Público. 2. Ciclos Eleitorais. 3. Ciclos
Políticos. 4. Municípios. I. Fiirst, Clóvis, orient. II.
Título.

BRUNNA MENDONÇA BRAGA

**ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CICLOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DOS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Contabilidade – área de concentração Controladoria, linha de pesquisa Contabilidade Gerencial e Controle em Organizações – avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Clóvis Fiirst

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Prof. Dr. Denis Dall Asta

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Prof. Dr. Filipy Furtado Sell

Universidade Federal do Pará - UFPA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por permitir estar aqui, concedendo-me força, saúde, sabedoria e resiliência ao longo desta jornada.

Agradeço ao meu esposo, pelo constante incentivo, pela paciência e compreensão ao longo de toda essa jornada. Seu apoio foi fundamental para que eu pudesse seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Aos meus familiares, minha eterna gratidão por serem exemplos de sabedoria, força e dedicação. Com eles aprendi que o estudo nunca é demais e que o conhecimento é um caminho contínuo e transformador.

Ao meu orientador, pelo suporte incansável, pela disponibilidade em esclarecer dúvidas e pela orientação firme e cuidadosa que guiou cada etapa deste trabalho.

Aos professores do programa que, com seus conhecimentos e ensinamentos, contribuíram significativamente para minha formação e meu crescimento no mundo científico.

À banca examinadora, pelo tempo dedicado, pelas sugestões estimadas e pela disponibilidade em contribuir com este trabalho.

Aos colegas de sala, que compartilharam momentos intensos, dúvidas, incertezas e conquistas. Vivenciar esse percurso ao lado de vocês foi importante, pois sabíamos que não estávamos sozinhos nesse processo.

Ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por colaborar, fornecendo os dados utilizados na realização desta pesquisa.

Ao apoio da Prefeitura Municipal de Ramilândia, município ao qual sirvo, por autorizar minha ausência para frequentar as aulas e contribuir para a realização deste trabalho.

A todos o meu sincero agradecimento.

Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.
(Martin Luther King)

BRAGA, B. M. **Endividamento público e ciclos políticos: uma análise dos municípios do Paraná**. 107 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Clóvis Fiirst. Cascavel, 2025.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a influência dos ciclos eleitorais no endividamento dos municípios do Paraná, à luz da Teoria dos Ciclos Político-Econômicos. Para isso, a pesquisa foi estruturada em três etapas. Na primeira, realizou-se um estudo bibliométrico e sociométrico de natureza quantitativa, com o objetivo de mapear o desenvolvimento da produção científica relacionada ao tema, identificar os principais autores, periódicos e redes de colaboração, e compreender as tendências da literatura. A pesquisa revelou a fragmentação das redes de colaboração, com muitos autores e instituições desconectados, o que limita a troca de conhecimento e a difusão das discussões acadêmicas. As contribuições teóricas incluem um panorama detalhado sobre o tema, identificando os principais estudos; praticamente, o mapeamento dos autores e periódicos auxilia na identificação de potenciais parcerias de pesquisa; socialmente, promove maior acesso ao conhecimento e incentiva colaborações diversificadas entre instituições de diferentes países. Na segunda etapa, desenvolveu-se uma revisão da literatura, de natureza teórica, qualitativa e exploratória, com foco na construção conceitual da variável endividamento e sua relação com aspectos políticos, a partir de contribuições da literatura nacional e internacional. Conclui-se que o endividamento público é frequentemente utilizado como instrumento político, sendo sua gestão condicionada por diferentes fatores políticos, como reeleição, filiação ideológica e outros elementos. A pesquisa apresenta contribuição teórica ao reunir e sintetizar criticamente os principais conceitos sobre ciclos políticos e dívida pública, oferecendo base para estudos futuros. No campo prático, destaca variáveis e metodologias úteis para analisar a influência política na gestão da dívida. Socialmente, reforça a importância da responsabilidade fiscal e alerta para os impactos de práticas oportunistas na qualidade dos serviços públicos, especialmente em realidades menos consolidadas. Por fim, na terceira etapa, foi conduzida uma análise empírica quantitativa, com dados em painel referentes aos 399 municípios paranaenses no período de 2013 a 2020, considerando variáveis políticas como a elegibilidade à reeleição, o alinhamento partidário com o governo estadual e a orientação ideológica dos prefeitos. Os resultados empíricos, com significância estatística, demonstram que o endividamento municipal aumenta nos anos pré-eleitorais, especialmente entre prefeitos elegíveis à reeleição. Prefeitos politicamente alinhados ao governo estadual também apresentaram níveis significativamente mais altos de endividamento no ano eleitoral. Além disso, verificou-se que prefeitos de partidos de esquerda tendem a se endividar menos, enquanto os de direita não apresentaram variações estatisticamente significativas. Esses achados reforçam a presença de ciclos político-orçamentários oportunistas em nível municipal no estado do Paraná e representam o principal diferencial deste estudo. O estudo oferece contribuições teóricas ao aprofundar a compreensão sobre os efeitos dos ciclos orçamentários eleitorais em nível subnacional. Como contribuição prática, os achados oferecem subsídios para aprimorar o planejamento fiscal e orientar a atenção dos gestores públicos aos períodos pré e pós-eleitorais, quando há maior propensão ao aumento do endividamento. Socialmente, os resultados reforçam a importância da participação cidadã e da transparência fiscal, ao evidenciar que o aumento do endividamento em períodos eleitorais pode comprometer a sustentabilidade fiscal e a oferta de serviços públicos essenciais.

Palavras-chave: Endividamento Público; Ciclos Eleitorais; Ciclos Políticos; Municípios.

BRAGA, B. M. **PUBLIC DEBT AND POLITICAL CYCLES: AN ANALYSIS OF THE MUNICIPALITIES OF PARANÁ PUBLIC DEBT AND POLITICAL CYCLES: AN ANALYSIS OF THE MUNICIPALITIES OF PARANÁ.** 107 f. Dissertation (Master in Accounting) – State University of Western Paraná. Supervisor: Clóvis Fiirst. Cascavel, 2025.

ABSTRACT

This study aims to analyze the influence of electoral cycles on the indebtedness of municipalities in the state of Paraná, in light of the Theory of Political Business Cycles. To this end, the research was structured in three stages. In the first, a bibliometric and sociometric study of a quantitative nature was conducted to map the development of scientific production related to the topic, identify the main authors, journals, and collaboration networks, and understand the trends in the literature. The research revealed a fragmentation of collaboration networks, with many authors and institutions disconnected, which limits knowledge exchange and the dissemination of academic discussions. The theoretical contributions include a detailed overview of the topic, identifying the main studies; in practical terms, the mapping of authors and journals helps identify potential research partnerships; and socially, the study promotes broader access to knowledge and encourages diverse collaborations between institutions from different countries. In the second stage, a theoretical, qualitative, and exploratory literature review was carried out, focusing on the conceptual construction of the indebtedness variable and its relationship with political aspects, based on contributions from national and international literature. It is concluded that public indebtedness is often used as a political instrument, and its management is conditioned by various political factors, such as reelection, ideological affiliation, and other elements. The study makes a theoretical contribution by critically gathering and synthesizing key concepts on political cycles and public debt, offering a foundation for future research. In practical terms, it highlights relevant variables and methodologies for analyzing the political influence on debt management. Socially, it reinforces the importance of fiscal responsibility and warns about the impacts of opportunistic practices on the quality of public services, especially in less consolidated contexts. Finally, in the third stage, a quantitative empirical analysis was conducted using panel data from the 399 municipalities of Paraná between 2013 and 2020, considering political variables such as reelection eligibility, partisan alignment with the state government, and the ideological orientation of mayors. The empirical results, with statistical significance, show that municipal indebtedness increases in pre-election years, especially among mayors eligible for reelection. Mayors politically aligned with the state government also exhibited significantly higher levels of indebtedness during the election year. Additionally, it was found that mayors from left-wing parties tend to incur less debt, while those from right-wing parties did not present statistically significant variations. These findings reinforce the presence of opportunistic political-budgetary cycles at the municipal level in the state of Paraná and represent the main contribution of this study. The study offers theoretical contributions by deepening the understanding of the effects of electoral budget cycles at the subnational level. As a practical contribution, the findings provide insights to improve fiscal planning and guide public managers' attention during pre- and post-election periods, when there is a greater tendency to increase indebtedness. Socially, the results reinforce the importance of citizen participation and fiscal transparency by showing that increased indebtedness during electoral periods may compromise fiscal sustainability and the provision of essential public services.

Keywords: Public Debt; Electoral Cycles; Political Cycles; Municipalities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Número de Publicações por Ano – Figura 2	28
Número de Citações por Ano – Figura 3	31
Nuvens de Palavras mais Citadas – Figura 4.....	32
Rede de Colaborações – Autores – Figura 5	35
Rede de Colaborações – Instituições de Ensino – Figura 6.....	38

LISTA DE TABELAS

Número de Artigos por Periódicos	27
Número de Citações por Artigo.....	29
Temas por Artigo.....	33
Número de Laços por Autor	34
Publicações por Autor	35
Publicação por Instituição por País	37
Número de Laços por Instituição.....	37
Síntese de Estudos sobre Endividamento Público e Ciclos Políticos.....	62
Constructo da pesquisa	87
Análise Descritiva dos Dados – Geral 2013-2020	89
Análise Descritiva dos Dados – Por ano	91
Análise Descritiva dos Dados – Por Ciclos Eleitorais.....	91
Análise Descritiva dos Dados – Prefeitos de Reeleição ou não x Ano Pré Eleitoral, Eleitoral e Pós Eleitoral.....	92
Análise Descritiva dos Dados – Orientação Ideológica x Base Partidária do Governo ou não – Geral 2013-2020	93
Análise Descritiva dos Dados – Base Partidária do Governo ou não x Ano Eleitoral, Pré Eleitoral e Pós Eleitoral	93
Análise Descritiva dos Dados – Orientação Ideológica x Ciclo Político	94
Resultados das Regressões – Geral, Prefeitos Reeleitos e Não Reeleitos	95
Resultado Regressão – Alinhamento Político e Endividamento	98
Síntese dos Resultados das Hipóteses Testadas	100

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Geral	17
1.2.2 Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO	17
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 ARTIGOS	
ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CICLOS POLÍTICOS: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E SOCIOMÉTRICA	20
1 Introdução	21
2 Referencial Teórico	23
3 Métodos e Procedimentos da Pesquisa.....	25
4 Análise e Discussão dos Resultados.....	27
4.1 Laços – Relações Autores	34
4.2 Laços - Relações Instituições	36
5 Conclusão/Considerações Finais.....	40
ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CICLOS POLÍTICOS: REFLEXÕES NA LITERATURA NACIONAL E INTERNACIONAL	46
1 Introdução	47
2 Referencial Teórico e Desenvolvimento	49
2.1 Reflexões sobre Endividamento Público e Ciclos Políticos.....	50
2.2 Pesquisas Internacionais.....	54
2.3 Pesquisas Nacionais	56
3 Métodos e Procedimentos da Pesquisa.....	58
4 Análises e Reflexões	59
4.1 Reflexões entre Literatura Nacional e Internacional	59
4.2 Reflexões dos Modelos Empíricos (Construção das Variáveis).....	60
5 Conclusão/Considerações Finais.....	70
CICLOS POLÍTICOS E ENDIVIDAMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	78
1 Introdução	79
2 Referencial teórico	81
3 Métodos e Procedimentos da Pesquisa.....	86
4 Análise e Discussão dos Resultados.....	89
5 Conclusão/Considerações Finais.....	100
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), implementada em 4 de maio de 2000, visa promover responsabilidade e equilíbrio fiscal na administração pública brasileira, focando em princípios de planejamento, transparência e controle. A LRF estabelece limites para despesas com pessoal e endividamento, melhorando a fiscalização e prevenindo déficits nas contas públicas. Foi promulgada como resposta ao déficit fiscal e à necessidade de reforma administrativa do Estado, impondo normas de gestão fiscal para todas as esferas de governo e poderes, enfatizando a responsabilidade e a eficiência no manejo das finanças públicas. Seu objetivo é assegurar o equilíbrio, a ética, a transparência e a disciplina fiscal a longo prazo. Além disso, visa reduzir a probabilidade de desvios que levam ao endividamento e maus resultados na gestão fiscal, promovendo uma mudança de postura e quebrando paradigmas antigos (Santana et al., 2013).

A LRF representa um avanço nas normas que regulam as finanças públicas, focando na responsabilidade fiscal e aborda operações de crédito e gastos em anos eleitorais, exigindo previsão de receitas e divulgação de relatórios fiscais, incluindo sanções para descumprimento. Antes de sua implementação, havia uma notável falta de limites nas despesas com pessoal, endividamento público e transparência na gestão fiscal (Lucena, 2013).

Apesar das diretrizes da LRF, o endividamento público continua a ser uma prática comum para financiar atividades e saldar dívidas acumuladas. Os gestores públicos utilizam o endividamento como meio para financiar suas atividades atuais e para realizar o pagamento de dívidas que foram acumuladas anteriormente. Dessa forma, a habilidade de efetuar pagamentos e contrair novos empréstimos está diretamente ligada à condição financeira dos órgãos governamentais (Costa & Lucena, 2019). O endividamento é uma variável significativa no contexto do ciclo político fiscal (Baldissera & Araújo, 2021).

Nos ciclos orçamentários políticos, observa-se um padrão característico de aumento das despesas e redução das receitas do governo nos anos pré-eleitorais e eleitorais. Esse comportamento evidencia o esforço dos governantes para aumentar sua popularidade; assim, aumentar as probabilidades de reeleição ou de eleger um aliado (Lucena, 2013). Estudos sobre o processo de endividamento geralmente se concentram em analisar os impactos que as políticas fiscais e monetárias têm sobre a dívida pública (Costa & Lucena, 2019), destacando a importância de entender como os ciclos eleitorais influenciam as decisões de endividamento.

De acordo com Dal-Ri e Correia (2019), o que o Brasil passou recentemente, no século XXI ilustra como negligenciar a variável política em análises econômicas e financeiras é

impraticável, a crise política aguda impactou diretamente variáveis econômicas fundamentais, levando o país a uma das recessões mais graves de sua história. Essa conjuntura afetou não apenas o setor privado, mas também os entes federativos, que passaram a lidar com restrições orçamentárias intensas e inesperadas.

Conseqüentemente, acaba que a influência do desempenho econômico no resultado das eleições é incontestável, sendo impensável para um político aumentar impostos ou adotar políticas econômicas restritivas antes de eleições. Pesquisas de popularidade presidencial, apesar de influenciadas por outros fatores como a personalidade do presidente, mostram que a economia é o fator dominante. Assim, pesquisas realizadas em períodos de baixa prosperidade econômica tendem a refletir índices de popularidade reduzidos (Preussler, 2001).

A principal motivação dos ciclos políticos é frequentemente a busca pela reeleição por políticos ou partidos. A elegibilidade e a intenção de buscar a reeleição são essenciais para o surgimento desses ciclos (Klein & Sakurai, 2015).

A Teoria dos Ciclos Político-Econômicos, inicialmente proposta por Nordhaus em 1975, identifica uma correlação entre o comportamento das variáveis macroeconômicas e a realização de eleições, sugerindo que os ciclos eleitorais podem ter um impacto significativo no desempenho econômico de uma nação (Neto & Rossi, 2016). Conforme estabelecido pela teoria dos ciclos político-econômicos, tanto a cronologia das eleições quanto as inclinações ideológicas dos partidos podem impactar as oscilações econômicas. Isso indica a possibilidade de ciclos econômicos que são tanto oportunistas quanto influenciados pela afiliação partidária (Puchale et al., 2020).

Desse modo – no Brasil – é imprescindível aprofundar os estudos sobre ciclos orçamentários políticos, especialmente focando nos municípios do Paraná, uma região ainda pouco explorada nesse campo, o estudo realizou-se com os 399 municípios do Paraná. A pesquisa visa entender como o endividamento é manipulado em períodos eleitorais. Para isso, foram investigadas se há diferenças em algumas situações: o status de reeleição dos prefeitos, o alinhamento dos gestores com a base do governo estadual e a orientação política.

Buscou-se analisar a variação do endividamento em função dos anos eleitorais, considerando se os gestores são reeleitos ou não, se são da mesma base partidária do governo do estado, e a orientação política (se direita ou esquerda) para fornecer percepções sobre as decisões fiscais e política nos municípios paranaenses. Este estudo tem como objetivo enriquecer o conhecimento sobre a influência dos fatores políticos nos ciclos político-orçamentários a nível municipal.

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), este trabalho segue o

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, que visa "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e criar instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" (Ferreira et al., 2019). Este objetivo é de relevância para a análise do endividamento público e dos ciclos eleitorais nos municípios, uma vez que a promoção de instituições fortes e justas é fundamental para a transparência e a eficiência na gestão fiscal: elementos centrais para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Embora, no Brasil, exista a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual representa um marco importante na gestão fiscal, promovendo princípios de planejamento, transparência, e controle nas finanças públicas, ainda se observa que o endividamento – uma variável-chave no ciclo político fiscal – carece de uma compreensão mais aprofundada, especialmente em níveis municipais. Estudos como os de Lucena (2013), Wyse et al. (2022), Baldissera e Araújo (2021) analisaram a relação entre ciclos políticos, decisões fiscais e endividamento público, porém, com foco nos estados. Ainda há uma lacuna no entendimento de como esses fatores operam de forma individualizada nos municípios brasileiros. Embora existam estudos que abordam a relação entre ciclos políticos e o endividamento no âmbito municipal, como o de Costa e Lucena (2019), eles costumam abordar o conjunto dos municípios brasileiros como um todo, sem considerar particularidades regionais e locais. Diante disso, optou-se por focar esta pesquisa nos municípios do Paraná, uma região que ainda carece de estudos específicos que aprofundem essa relação em seu contexto estadual.

O Paraná se destaca não apenas pelo seu contingente populacional, que ultrapassa 11 milhões de habitantes, mas também pela força de sua economia. O estado possui o maior PIB (Produto Interno Bruto) da região Sul e figura como a quarta maior economia do Brasil, registrando um PIB de R\$ 614,61 bilhões em 2022, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

A escolha do Paraná se justifica por sua posição como o estado mais populoso e a maior economia da região Sul. Além de seu peso econômico e populacional, a pesquisa está alinhada com a missão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), que tem como princípio produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Com isso, a pesquisa contribui para preencher uma lacuna acadêmica ao aprofundar, com base empírica, a compreensão sobre a influência de características políticas, como *status*

de reeleição, alinhamento partidário e orientação ideológica, no endividamento público municipal em nível regional. Ao focar em municípios específicos, o estudo ajuda a identificar como fatores políticos influenciam o comportamento fiscal dos gestores locais: um tema ainda pouco abordado na literatura nacional.

O estudo de Crispim et al. (2021) constatou que – nos municípios brasileiros, com população igual ou superior a 50 mil habitantes – os gastos com investimentos aumentam em média 9% durante o período eleitoral, enquanto a captação de empréstimos cresce 68%. Esse efeito é ainda mais pronunciado quando há alinhamento partidário entre os governos municipais e estaduais, especialmente em processos de reeleição.

Outras pesquisas anteriores no Brasil têm focado na análise dos ciclos político-orçamentários em diferentes níveis de governo. No âmbito federal, destaca-se o estudo de Preussler (2001). Em nível estadual, têm-se as contribuições de Lucena (2013), Baldissera e Araújo (2021) e Neto e Rossi (2016). Já no nível municipal, salientam-se os trabalhos de Silva et al. (2011), Santana et al. (2013), Costa e Lucena (2019), Dal-Ri e Correia (2019), Crispim et al. (2021) e Wyse et al. (2022). No entanto, embora analisem municípios brasileiros ou estados de forma agregada, essas pesquisas não abordaram especificamente todos os municípios do Paraná. Este estudo busca diferenciar-se ao se concentrar nessa região, explorando como as decisões políticas e orçamentárias influenciam o endividamento municipal nos ciclos eleitorais.

Diante disso, torna-se necessário compreender e analisar o impacto dos ciclos políticos eleitorais sobre o endividamento dos municípios do Paraná, a fim de ampliar a compreensão sobre como fatores políticos influenciam as decisões fiscais em nível local.

Assim tem-se a seguinte questão de pesquisa: **Como as características políticas dos prefeitos influenciam o endividamento dos municípios paranaenses, sob a perspectiva dos ciclos políticos eleitorais?**

Nesta pesquisa, as características políticas abordadas se limitam a aspectos diretamente relacionados aos ciclos eleitorais e ao endividamento público nos municípios paranaenses. O estudo foca – especificamente – o status de reeleição dos prefeitos, no alinhamento político com a base do governo estadual e na orientação ideológica (esquerda ou direita) dos gestores, analisando o impacto dessas condições políticas sobre as decisões relacionadas ao uso da dívida pública.

Busca-se compreender como esses elementos políticos influenciam o comportamento fiscal dos gestores, especialmente quanto à manipulação do endividamento municipal em períodos eleitorais, dado que – nesse contexto – os prefeitos tendem a evitar ações impopulares que possam comprometer suas chances de reeleição. Essas características políticas afetam

diretamente as decisões sobre o uso do endividamento, resultando frequentemente em maior propensão à expansão da dívida pública por motivações eleitorais.

Desse modo, a pesquisa contribui para o aprofundamento da compreensão sobre a gestão fiscal municipal, especialmente em períodos eleitorais. Ao analisar o endividamento e sua relação com os ciclos políticos, o estudo oferece subsídios para reflexões críticas e para o aprimoramento de práticas de gestão fiscal mais responsáveis e transparentes, com potencial benefício à sociedade e à administração pública.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar a influência das características políticas no endividamento dos municípios paranaenses sob a perspectiva dos ciclos políticos.

1.2.2 Específicos

- a) Levantar – na literatura nacional e internacional – os ciclos políticos e o endividamento no setor público, por meio de um estudo bibliométrico e sociométrico;
- b) Desenvolver uma análise teórica sobre ciclos políticos e endividamento público, com foco na construção conceitual da variável endividamento e suas relações com características políticas.
- c) Avaliar a influência das características políticas no endividamento do setor público sob a perspectiva dos ciclos políticos eleitorais nos municípios do Paraná, por meio de uma análise empírica.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa se justifica pela necessidade de entender o impacto dos ciclos políticos eleitorais no endividamento dos municípios do Paraná – uma área ainda pouco explorada nas pesquisas existentes. O complexo sistema político brasileiro, muitas vezes, resulta em decisões oportunistas dos gestores públicos, que se sobrepõem aos interesses da sociedade. Observar o desempenho financeiro é uma forma de identificar esse comportamento (Fiirst et al., 2019). As

percepções obtidas podem orientar gestores municipais na adoção de práticas fiscais mais apropriadas, beneficiando a gestão pública e a comunidade.

A literatura contemporânea mostra que o planejamento e os resultados dos balanços públicos são afetados por decisões políticas discricionárias, resultando em prejuízos à sociedade quando há resultados contábeis e macroeconômicos negativos. Essas decisões, influenciadas por arranjos político-partidários e interesses dos governantes, visam aumentar as chances de reeleição valendo-se da máquina pública (Franco et al., 2013). Mesmo que as leis orçamentárias não prevejam essa relação, os aspectos políticos influenciam o orçamento público. Os formuladores de políticas permitem que fatores político-eleitorais afetem a aplicação dos recursos públicos para renovar seus mandatos ou eleger seus candidatos (Santos et al., 2020).

Tendo em vista essa situação, é importante entender que os municípios são fundamentais para o bem-estar dos indivíduos, pois a maior parte da demanda por serviços públicos recai sobre eles devido à proximidade com os cidadãos, tornando-os mais acessíveis do que os governos estadual e federal (Silva et al., 2011). Essa proximidade permite que os municípios respondam, de maneira mais eficiente e eficaz, às necessidades da população, reforçando a importância de práticas fiscais responsáveis.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na análise bibliométrica e sociométrica da produção científica sobre endividamento público e ciclos políticos, com o objetivo de identificar os principais autores, periódicos, redes de colaboração e tendências da literatura. Essa etapa revelou uma fragmentação significativa entre pesquisadores e instituições, indicando a necessidade de ampliar a integração acadêmica e promover novas parcerias para fortalecer a área.

Em seguida, foi desenvolvida uma revisão teórica que aprofundou o conceito de endividamento público e sua relação com aspectos políticos. Essa etapa permitiu compreender como fatores políticos influenciam o comportamento fiscal dos gestores públicos, especialmente em períodos eleitorais, e ajudou a definir as variáveis analisadas no estudo empírico, como a elegibilidade à reeleição, o alinhamento partidário com o governo estadual e a orientação ideológica dos prefeitos.

Por fim, a análise empírica utilizou dados em painel dos 399 municípios paranaenses entre 2013 e 2020 para testar hipóteses relacionadas à influência dos ciclos eleitorais sobre o endividamento. Os resultados indicaram que o endividamento público tende a aumentar em anos pré-eleitorais; sobretudo entre prefeitos elegíveis à reeleição e alinhados politicamente ao governo estadual. Também foi constatado que prefeitos alinhados ao governo estadual apresentaram níveis mais elevados de endividamento no ano eleitoral, quando comparados aos

não alinhados. Prefeitos com orientação de esquerda apresentaram, – em média – menores níveis de endividamento, enquanto prefeitos de direita não demonstraram variações estatisticamente significativas. Essas evidências reforçam a existência de padrões de comportamento fiscal influenciados por interesses eleitorais no nível municipal.

Do ponto de vista prático, os achados contribuem para qualificar o planejamento e a gestão fiscal municipal, especialmente em períodos eleitoralmente sensíveis, como os anos que antecedem e sucedem o pleito. O estudo contribui para a identificação de padrões de comportamento fiscal oportunista, reforçando a necessidade de maior vigilância sobre a gestão pública nesses ciclos.

No campo acadêmico, a pesquisa contribui para preencher lacunas na compreensão da interação entre política fiscal e ciclos eleitorais, ao combinar diferentes abordagens metodológicas, bibliométrica, teórica e empírica, com foco regional. Socialmente, reforça a importância da participação cidadã e da transparência na administração pública, ao evidenciar que decisões fiscais podem ser influenciadas por interesses eleitorais, com impactos diretos sobre a sustentabilidade financeira e a oferta de serviços públicos essenciais.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação é estruturada em três artigos, cada um abordando diferentes aspectos ao tema central.

O primeiro artigo é um estudo com análises bibliométricas e sociométricas com o objetivo de mapear a literatura existente sobre ciclos políticos e endividamento municipal. A pesquisa visa identificar tendências, lacunas no conhecimento, autores de destaque, instituições mais influentes, redes de colaboração entre pesquisadores e áreas-chave de investigação na literatura atual. Esta abordagem proporciona uma compreensão abrangente do estado da arte do tema.

O segundo artigo tem como objetivo desenvolver uma análise teórica sobre os ciclos políticos e o endividamento público, com foco na construção conceitual da variável endividamento e suas principais relações com aspectos políticos, conforme discutido na literatura. Busca-se refletir teoricamente sobre como esses elementos interagem e moldam o comportamento fiscal dos governantes ao longo dos ciclos eleitorais.

O terceiro artigo consiste em um teste empírico. Este artigo emprega uma análise detalhada com base em dados quantitativos e métodos estatísticos para examinar como os ciclos políticos e características políticas influenciam o endividamento dos municípios do Paraná.

ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CICLOS POLÍTICOS: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA E SOCIOMÉTRICA

Brunna Mendonça Braga¹
Clóvis Fiirst²

RESUMO: O estudo analisou a produção científica sobre endividamento público e ciclos políticos eleitorais nos últimos 15 anos, por meio de uma pesquisa descritiva e quantitativa, utilizando um delineamento documental. As palavras-chave "endividamento público" e "ciclos políticos eleitorais" foram empregadas para selecionar artigos em bases como Scopus, Web of Science, Spell e Google Acadêmico. Na Scopus, 27 publicações foram encontradas, das quais 17 foram consideradas relevantes ao tema; na Web of Science, dos 51 documentos, sete foram considerados pertinentes; no Spell, foi identificado 1 artigo; e no Google Acadêmico, 16 artigos com Qualis Capes foram incluídos, excluindo-se dissertações e trabalhos de graduação. A pesquisa revelou fragmentação nas redes de colaboração, com muitos autores e instituições desconectados, o que limita a troca de conhecimento e a difusão das discussões acadêmicas. O estudo também atendeu às Leis de Lotka, Zipf e Bradford, oferecendo uma análise abrangente da produtividade dos autores, da frequência de termos e da dispersão de publicações. As contribuições teóricas incluem um panorama detalhado sobre o tema, identificando os principais estudos. Praticamente, o mapeamento dos autores e periódicos auxilia na identificação de potenciais parcerias de pesquisa. Socialmente, a pesquisa promove maior acesso ao conhecimento e incentiva colaborações diversificadas entre instituições de diferentes países. Os resultados sugerem a necessidade de fortalecer colaborações para ampliar a integração entre pesquisadores e aumentar o impacto acadêmico.

Palavras-chave: Endividamento Público; Ciclos Políticos; Bibliometria; Sociometria.

PUBLIC DEBT AND POLITICAL CYCLES: A BIBLIOMETRIC AND SOCIOMETRIC REVIEW

ABSTRACT: This study analyzed the scientific production on public debt and electoral political cycles over the past 15 years through a descriptive and quantitative research approach, using a documentary design. The keywords "public debt" and "electoral political cycles" were used to select articles from databases such as Scopus, Web of Science, Spell, and Google Scholar. In Scopus, 27 publications were found, of which 17 were considered relevant to the topic; in Web of Science, 7 out of 51 documents were deemed pertinent; in Spell, 1 article was identified; and in Google Scholar, 16 articles with Qualis Capes ratings were included, excluding dissertations and undergraduate papers. The research revealed fragmentation in collaboration networks, with many authors and institutions disconnected, limiting knowledge exchange and the dissemination of academic discussions. The study also applied Lotka's, Zipf's, and Bradford's Laws, providing a comprehensive analysis of author productivity, term frequency, and publication dispersion. Theoretical contributions include a detailed overview of the topic, identifying the main studies in the area. Practically, the mapping of authors and journals helps identify potential research partnerships. Socially, the research promotes broader access to knowledge and encourages diversified collaborations between institutions from different

¹ Mestranda em Contabilidade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Cascavel, e-mail: brunnabrag@hotmail.com

² Doutor em Contabilidade e Administração pela Universidade Regional de Blumenau-SC – FURB. Docente do Mestrado em Contabilidade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Cascavel, e-mail: cfirst@gmail.com

countries. The results suggest the need to strengthen collaborations to enhance researcher integration and increase academic impact.

Keywords: Public Debt; Political Cycles; Bibliometrics; Sociometrics.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade exige que os gestores públicos utilizem os recursos de forma eficiente. No entanto, a gestão pode ser influenciada pela “escolha pública” do gestor, que equilibram os interesses da coletividade com os próprios, especialmente na aquisição e aplicação dos recursos públicos (Fiirst et al., 2018). A política fiscal eficiente e o equilíbrio financeiro das contas públicas são essenciais para uma administração responsável e para a gestão eficaz dos recursos arrecadados (Barca, 2017). No Brasil, os gastos públicos dos Entes Federados têm crescido continuamente, aumentando a necessidade de obter recursos financeiros suficientes para atender a essa demanda e garantir maior eficiência e satisfação nos gastos públicos (Lucena, 2013).

Um dos aspectos que influenciam as políticas econômicas e a execução dos recursos financeiros públicos é a teoria dos ciclos políticos eleitorais (Barca, 2017). Rogoff (1990) observa que – antes das eleições – os governos, frequentemente, reduzem impostos, aumentam transferências e direcionam gastos para itens visíveis, criando um "ciclo do orçamento político". Esse comportamento visa convencer os eleitores de que os líderes incumbentes estão administrando o governo de forma eficaz. Nordhaus (1975) argumenta que os eleitores têm memória curta e não lembram das mudanças socioeconômicas durante o mandato. Perto das eleições, os eventos recentes ficam mais claros, permitindo que os eleitores sejam facilmente enganados; assim, os partidos podem explorar essa ignorância ou miopia dos eleitores para aumentar suas chances de reeleição.

A teoria dos ciclos político-econômicos contesta a visão de que governantes buscam maximizar o bem-estar social, sugerindo que suas motivações podem variar entre ideologia e puro oportunismo, visando apenas a vitória nas urnas (Preussler, 2001). Em períodos eleitorais, gestores públicos alteram políticas fiscais e monetárias para influenciar a economia e garantir reeleição, revertendo essas medidas após as eleições, o que provoca flutuações econômicas constantes (Lucena, 2013).

Diante desses desafios e das práticas oportunistas, torna-se importante implementar mecanismos que assegurem a responsabilidade fiscal e o controle do endividamento público. Com a necessidade de controlar o endividamento público, foi editada a Lei Complementar n. 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Baldissera & Araújo, 2021).

Esta lei foi promulgada para melhorar o equilíbrio, a eficiência e a transparência fiscal a longo prazo, além de aumentar a responsabilidade fiscal dos gestores. A LRF impõe normas para a gestão fiscal e exige que todas as esferas de governo e poderes sigam essas diretrizes, promovendo responsabilidade, ética e disciplina fiscal e reduzindo a probabilidade de desvios e endividamento devido à má gestão fiscal (Santana et al., 2013).

O endividamento é uma variável importante no contexto do ciclo político fiscal (Baldissera & Araújo, 2021). Quando há espaço fiscal, os cidadãos recompensam os partidos no poder com seu apoio contínuo. No entanto, quando o espaço fiscal é limitado, a capacidade do governo de fornecer benefícios é drasticamente reduzida. Nesses casos, os cidadãos são menos propensos a recompensar o partido nas urnas e estão mais abertos a apoiar políticos da oposição e apelos alternativos (Nooruddin & Chhibber, 2008).

Desde o início das discussões sobre endividamento público e ciclos políticos, é evidente a necessidade de pesquisas para aferir o nível de conhecimento sobre essa temática no meio acadêmico. Apesar da importância crescente do assunto, nota-se uma lacuna na literatura quanto a estudos bibliométricos e sociométricos. Este trabalho visa preencher essa lacuna, traçando as características do conteúdo em foco.

Isso posto, este estudo se concentra na seguinte questão: **Quais são as características da produção científica sobre endividamento público e ciclos políticos apresentadas na literatura nos últimos 15 anos?**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as produções científicas sobre endividamento público e ciclos políticos, com foco em identificar os principais autores, as instituições de ensino mais relevantes, os países com maior produção sobre o tema, as redes de colaboração entre autores e instituições, os artigos mais citados, os periódicos onde foram publicadas essas pesquisas e o volume de publicações ao longo do tempo. Por meio de um estudo bibliométrico e sociométrico, busca-se oferecer uma visão abrangente do cenário acadêmico sobre o tema.

Quanto às contribuições, a pesquisa analisa as publicações científicas sobre ciclos políticos e endividamento público, destacando os autores, as instituições, os periódicos, os países e as redes de colaboração que se sobressaem na produção acadêmica sobre o tema. Este trabalho se concentra em mapear e quantificar a produção científica relativa ao tema explorado, contribuindo para a compreensão das tendências de pesquisa e dos padrões de colaboração, oferecendo uma visão do panorama acadêmico e preenchendo uma lacuna pouco explorada na literatura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Estudar a relação entre economia e política tem sido um desafio constante para os pesquisadores. A Teoria dos Ciclos Políticos propõe que gestores públicos manipulam gastos públicos, política fiscal e investimentos com alta visibilidade para maximizar seu capital político e suas chances de reeleição ou de eleger candidatos aliados, visando influenciar a percepção dos eleitores sobre sua administração (Hein et al., 2024). A Teoria argumenta que políticos manipulam variáveis econômicas para se manter no poder, impactando o orçamento público. No âmbito da ciência política, o estudo do sistema político vigente no Brasil indica que essas manipulações são instrumentos de negociação para manter sua base aliada e facilitar a tramitação de processos de interesse entre as esferas do governo (Covre, 2016).

A noção de que a performance econômica é influenciada por motivos políticos é um dos temas mais controversos e importantes da análise econômica contemporânea. É indiscutível que as decisões do governo em relação à política econômica impactam, significativamente, os resultados econômicos, afetando, por consequência, a sociedade e o ambiente político nacional (Fialho, 1999).

No debate sobre o impacto da política na performance macroeconômica no Brasil, destacam-se duas perspectivas: uma defende a relação causal entre regime político e crescimento econômico; outra, baseada na Teoria dos Ciclos Políticos e na Teoria da Regulação de Peltzman e Stigler, enfatiza o comportamento dos reguladores que manipulam políticas para maximizar o suporte político (Fialho, 1999).

Hein et al. (2024) realizaram um estudo bibliométrico sobre a relação entre economia e política no Brasil, com foco na Teoria dos Ciclos Políticos. A análise abrangeu o período de 1953 a 2019 e as três esferas de governo. Verificou-se que 94% dos estudos identificaram indícios de manipulação eleitoral condizente com a Teoria dos Ciclos Políticos, destacando a necessidade de ampliar pesquisas na área para promover a cidadania fiscal e alertar eleitores sobre artifícios de manipulação política.

Um exemplo são as placas de obras públicas, embora não sejam propaganda eleitoral, podem influenciar o eleitor ao destacar repetidamente os argumentos favoráveis à gestão municipal. Essas placas promovem as melhorias realizadas, como recapeamentos asfálticos, novas edificações e a ampliação de serviços públicos, valorizando-as no próprio local onde estão sendo implementadas, o que reflete essa manipulação eleitoral (Fachin, 2014). Outro exemplo da força dos ciclos políticos na democracia é a existência de leis – como a Lei nº 9.504/97 – que proíbe candidatos de comparecer a inaugurações de obras públicas nos três

meses que antecedem as eleições (Hein et al., 2024).

Os recursos para financiar os gastos governamentais vêm principalmente dos tributos pagos pelos cidadãos. Quando esses são insuficientes para cobrir a administração e investimentos, o governo contrai dívidas para manter os serviços públicos. A dívida pública, portanto, depende das receitas correntes e dos gastos. Normalmente, o déficit orçamentário não é coberto por superávits anteriores, e o governo precisa buscar recursos externos dentro dos limites legais, o que aumenta o endividamento público (Lima, 2011).

Quando o governo enfrenta dificuldades em obter recursos suficientes para manter bens e serviços essenciais, é comum recorrer ao endividamento público como alternativa, conforme aponta a literatura (Fernandes et al., 2023). Segundo a teoria da dívida, estados e municípios se endividam para investir em bens públicos que promovem o desenvolvimento humano, mas a má gestão dos recursos pode fazer com que o endividamento impacte negativamente esse desenvolvimento (Santos et al., 2018).

Para estabelecer o equilíbrio fiscal e conter o endividamento dos entes públicos subnacionais, foi promulgada a Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impôs regras de controle fiscal para limitar déficits públicos e endividamento das unidades da federação (Macedo & Corbari, 2009). Essas promovem um ambiente municipal voltado para a eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, visando conter o déficit público e o endividamento por meio do equilíbrio fiscal. Para isso, impõe restrições legais rigorosas sobre renúncia de receitas, despesas com pessoal, seguridade social, dívidas, operações de crédito, concessão de garantias e restos a pagar (Gerigk et al., 2014). A LRF foi um marco na política fiscal brasileira, introduzindo disciplina e gestão fiscal responsável, resultado de uma evolução na execução orçamentária das instituições públicas, a lei surgiu em resposta à demanda social por governantes que não gastassem mais do que arrecadam, evitando déficits orçamentários e endividamento excessivo (Lima, 2011).

A lei regula o endividamento dos entes governamentais, estabelecendo limites para a dívida consolidada e mobiliária, além de regras para garantias e restos a pagar. Apesar de permitir empréstimos para investimentos sociais, a LRF exige que esses não aumentem a carga tributária além da capacidade contributiva dos cidadãos nem causem endividamento excessivo, para não prejudicar gerações futuras (Lima, 2011).

O endividamento público é um tema de grande relevância nacional, tanto no âmbito federal quanto no subnacional, pois as consequências de um endividamento excessivo impactam a estabilidade econômica e comprometem o potencial de crescimento do país como

um todo (Santana, 2017). Quando a dívida pública é empregada de forma adequada e dentro dos limites aceitáveis, porém, ela exerce um papel significativo no financiamento das necessidades governamentais e no estímulo ao desenvolvimento econômico e social (Fernandes et al., 2023).

As discussões sobre a Teoria dos Ciclos Políticos e o endividamento público fornecem a base para pesquisas acadêmicas que buscam compreender o impacto dos ciclos eleitorais nas finanças públicas. Conforme o estudo já citado anteriormente de Hein (2024), apesar da existência de várias pesquisas, o tema ainda é relativamente pouco explorado no contexto acadêmico, além das evidências de manipulações eleitoreiras na gestão pública, reforçando a relevância desse tema. Essa realidade é interessante; embora a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) imponha limites e vedações, os agentes políticos ainda podem utilizar o endividamento como uma ferramenta para melhorar sua visibilidade e reforçar sua imagem pública, o que torna o estudo dessa interação entre política e finanças públicas cada vez mais necessário.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Foi realizado um estudo bibliométrico e sociométrico com o objetivo de mapear e analisar a literatura existente sobre ciclos políticos eleitorais e endividamento público. A coleta de dados foi feita manualmente a partir de diferentes bases, como Scopus, Web of Science, Spell e Google Acadêmico. Realizou-se a leitura dos títulos e resumos para a triagem dos artigos, selecionando-se – exclusivamente – aqueles que apresentavam pertinência ao tema.

O estudo bibliométrico aplica métodos matemáticos e estatísticos ao estudo de livros e outros meios de comunicação escrita para analisar a produção e o impacto das publicações. Já o sociométrico utiliza técnicas quantitativas para estudar as propriedades psicológicas dos grupos sociais, focando na posição e interação dos indivíduos dentro desses grupos, com o objetivo de entender a evolução e organização social (Alvarado, 1984).

O campo da bibliometria é analisado a partir das três leis fundadoras: a lei de Lotka, que trata da produtividade dos autores; a lei de Bradford, que aborda a dispersão dos artigos entre periódicos; a lei de Zipf, que se refere à frequência de palavras em textos (Araújo, 2006). A Lei de Lotka (1926), conhecida como a lei do quadrado inverso, estabelece que um pequeno número de autores é altamente produtivo, enquanto a maioria dos pesquisadores contribui com poucas publicações. A Lei de Bradford (1934) trata da dispersão dos artigos entre periódicos, identificando um núcleo de revistas que concentra a maior parte dos artigos sobre um tema específico, útil para fins gerenciais de seleção de periódicos. Já a Lei de Zipf (1935) se refere à

frequência de palavras em textos longos, onde poucas palavras ocorrem com alta frequência, e muitas aparecem raramente (Santos & Kobashi, 2009).

Posteriormente, utilizou-se o software Publish or Perish para validar as informações e garantir a precisão dos dados. No entanto, apenas a análise da base de dados Scopus pôde ser realizada no software; o acesso à Web of Science resultou em um erro de autenticação, e as demais não estão disponíveis no programa.

A análise foi realizada por meio da tabulação dos dados em uma planilha eletrônica no software *Microsoft Excel*, onde foram coletadas informações como título, tema, ano da publicação, periódico, nome dos autores, suas vinculações acadêmicas e o número de citações dos artigos nas respectivas bases de dados. Além disso, foi realizada uma análise de palavras com o software NVivo 15, que permitiu identificar as palavras mais citadas nos artigos analisados, proporcionando uma visão abrangente dos principais termos que dominam o campo de estudo. Por fim, o software UCINET 6 foi utilizado para analisar os dados de redes sociais, permitindo uma visão mais detalhada das conexões e interações entre autores.

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa descritiva, abordada de forma quantitativa, utilizando o delineamento documental como procedimento. Com base em técnicas bibliométricas e sociométricas, foram analisadas publicações que combinam os temas de ciclos políticos e endividamento público. Tratando-se de pesquisa bibliométrica, verificou-se se os resultados atendiam às três principais leis da bibliometria: a lei de *Lotka*, que analisa a produtividade dos autores; a lei de *Zipf*, que avalia a frequência de palavras-chave; a lei de *Bradford*, que trata da dispersão dos artigos entre periódicos.

Realizou-se uma pesquisa nas bases de dados Scopus, Web of Science, Spell e Google Acadêmico, com foco em artigos que apresentassem as expressões "endividamento público" e "ciclos políticos eleitorais". A pesquisa abrangeu os últimos 15 anos (2010-2024) de publicações disponíveis nessas plataformas.

Na base de dados Scopus, foram encontradas 27 publicações – nos últimos 15 anos –, utilizando os termos *public debt* e *electoral political cycles*, das quais 17 foram consideradas pertinentes ao tema. Na *Web of Science*, a pesquisa resultou em 51 documentos, dos quais 17 foram considerados pertinentes ao estudo, porém alguns constaram duplicidade com a base Scopus, esses foram excluídos e restaram sete artigos. No Spell, devido à ausência de resultados com a combinação completa das palavras-chave, a pesquisa foi realizada apenas com "endividamento público", resultando em 1 artigo pertinente. No Google Acadêmico, foram extraídos 16 artigos relevantes ao assunto que possuíam Qualis Capes, sendo excluídos trabalhos de conclusão de curso, artigos de congressos e dissertações.

Foram apresentados os dados bibliométricos das publicações selecionadas, incluindo autores, ano de publicação, local de publicação, citações e instituições. Tais informações foram obtidas através dos próprios artigos, raras exceções foi consultado a plataforma *Lattes* para obtenção da instituição que o autor estava vinculado e utilizou-se a última instituição de formação do autor. Além disso, a análise sociométrica identificou as redes de colaboração entre os autores, mapeando as interações e destacando os pesquisadores e instituições mais centrais na discussão desses temas. Assim, foi realizada a identificação e classificação dos autores dos artigos pesquisados, seguida pela contagem das ocorrências de seus nomes e a análise das conexões sociais e acadêmicas entre eles.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram selecionados 41 artigos das bases mencionadas relacionados ao tema de ciclos políticos eleitorais e endividamento público. Esses trabalhos envolvem a participação de 114 autores, dos quais 87 são do sexo masculino (76,32%) e 27 do sexo feminino (23,68%). Vale destacar que sete desses autores participaram de mais de um artigo, e quatro autores assinaram seus trabalhos individualmente. Entre os 41 artigos, 32 têm como primeiros autores homens, representando cerca de 78% dos artigos.

Conforme a Tabela 1, o periódico com mais publicações é Administração Pública e Gestão Social, juntamente com *European Journal of Political Economy*, ambos com 7,32% das publicações. Em seguida, estão *Lex Localis*, *Local Government Studies*, e *Public Choice*, cada um com 4,88%. Os demais periódicos possuem uma distribuição mais equilibrada, com 2,44% das publicações cada. Os cinco periódicos com mais publicações, juntos, representam 29,28% do total de publicações. Esse resultado corrobora a lei de *Bradford*, ao mostrar uma ampla dispersão de estudos sobre o tema, com uma maior concentração de publicações em um pequeno número de periódicos (Santos & Kobashi, 2009).

Tabela 1

Número de Artigos por Periódicos

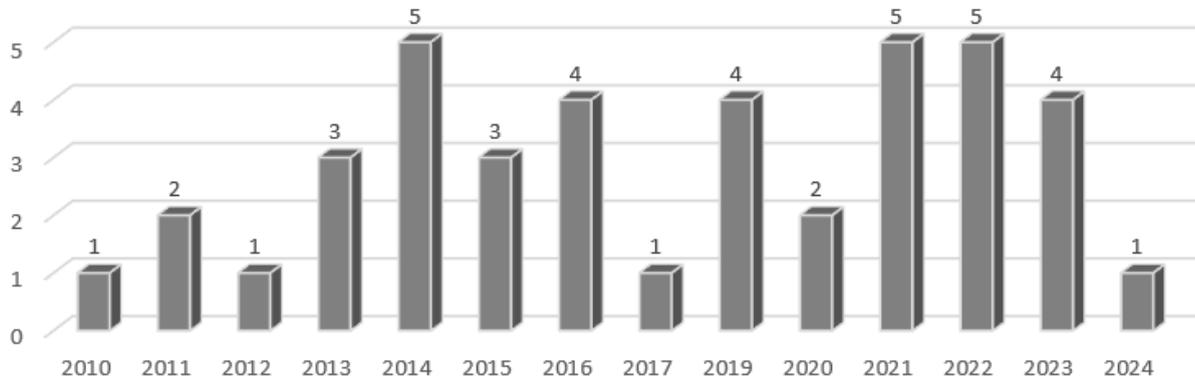
Periódicos	Publicações 2010-2024	%
Administração Pública e Gestão Social	3	7,32%
<i>European Journal of Political Economy</i>	3	7,32%
<i>Lex Localis</i>	2	4,88%
<i>Local Government Studies</i>	2	4,88%
<i>Public Choice</i>	2	4,88%
<i>Advances in Scientific and Applied Accounting</i>	1	2,44%

<i>Contemporary Economics</i>	1	2,44%
<i>Data in Brief</i>	1	2,44%
<i>East European Politics</i>	1	2,44%
Economia Aplicada	1	2,44%
Estudo & Debate	1	2,44%
<i>European Accounting Review</i>	1	2,44%
<i>Gestión y Política Pública</i>	1	2,44%
<i>International Conference on E-Business and E-Government</i>	1	2,44%
<i>Journal of Comparative Economics</i>	1	2,44%
<i>Latin American Research Review</i>	1	2,44%
<i>New Political Economy</i>	1	2,44%
Nova Economia	1	2,44%
<i>Policy Studies</i>	1	2,44%
<i>Prague Economic Papers</i>	1	2,44%
<i>Regional Statistics</i>	1	2,44%
REUNA	1	2,44%
Revista Brasileira de Economia	1	2,44%
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	1	2,44%
Revista Científica da FAMINAS	1	2,44%
Revista Contemporânea de Economia e Gestão	1	2,44%
Revista Controle	1	2,44%
Revista de Administração Pública	1	2,44%
Revista de Contabilidade e Organizações	1	2,44%
Revista de Economia do Nordeste	1	2,44%
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	1	2,44%
Revista Gestão & Conexões	1	2,44%
<i>Springer Proceedings in Business and Economics</i>	1	2,44%
<i>Theoretical Economics</i>	1	2,44%
TOTAL	41	100,00%

A Figura 1 evidencia uma tendência crescente na produção acadêmica nos últimos cinco anos (2020-2024), com 22 publicações nesse período, o que representa pouco mais da metade das publicações dos últimos 15 anos. Esse aumento recente pode indicar um interesse maior por parte dos pesquisadores, sinalizando que as discussões sobre o tema estão se tornando mais relevantes nos debates acadêmicos. Contudo, apesar desse crescimento, os números absolutos de publicações ainda são relativamente baixos, o que sugere que, embora o tema tenha ganhado alguma visibilidade, ainda há muito a ser explorado e desenvolvido na literatura.

Figura 1

Número de Publicações por Ano



Os 41 artigos foram citados 597 vezes no total, de acordo com as bases de dados nas quais os artigos foram retirados. Na Tabela 2, foram apresentadas as citações de cada artigo; os artigos com mais de dez citações, totalizam 15 artigos que – juntos – somam 514 citações. O estudo mais citado é "Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro", com 102 citações, seguido por "A Efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil", que recebeu 73 citações. Ambos os estudos foram publicados em revistas brasileiras: o primeiro na Revista Brasileira de Economia; o segundo, na Revista de Contabilidade e Organizações. Além disso, ambos são artigos mais antigos (2010 e 2012) considerando os 15 últimos anos estudados, o que pode explicar o fato de serem os mais citados, já que tiveram mais tempo para serem referenciados por outros estudos. A longevidade desses artigos em circulação acadêmica pode ter permitido que eles se consolidassem como referências importantes na área.

Os autores dos dois artigos mais citados são vinculados à *Columbia University*, à Universidade de São Paulo (USP) e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Tabela 2

Número de Citações por Artigo

Nome do Artigo	Ano Publicação	Autores	Citações
Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro	2010	Nakaguma, M. Y.; Bender, S.	102
A Efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: Um enfoque contábil	2012	Vicente, E. F. R.; Nascimento, L. S. do.	73
<i>Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities</i>	2016	Chortareas, G.; Logothetis, V.; Papandreou, A. A.	50
<i>Electoral Cycles And Local Government Debt Management</i>	2013	Bastida, F.; Beyaert, A.; Benito, B.	47
A Influência dos Ciclos Políticos nos Investimentos Públicos em Infraestrutura: um	2017	Gonçalves, L. G.; Funchal, B.; Filho, J. E. B.	47

estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014			
A Dinâmica da Execução Orçamentária Federal do Brasil sob a Ótica dos Ciclos Políticos Eleitorais, 1985-2010	2013	Vasconcelos, R. D. de; Ferreira, S., Jr.; Nogueira, R. P., Jr.	32
<i>Making Rules Credible: Divided Government and Political Budget Cycles</i>	2013	Streb, J. M.; Torrens, G.	28
<i>Creative Accounting and Electoral Motives: Evidence from OECD Countries</i>	2016	Reischmann, M.	23
Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros	2019	Queiroz, D. B. de; Morais, L. M. F. de; Souza, A. G. S. F. de; Silva, V. K. R. da.	21
<i>The political economy of social spending by local government: A study of the 3x1 program in Mexico</i>	2016	Simpser, A.; Duquette-Rury, L.; Company, J. A. H.; Ibarra, J. F.	21
<i>Do electoral cycles affect local financial health?</i>	2014	Garcia-Sanchez, I. M.; Mordan, N.; Cuadrado-Ballesteros, B.	19
<i>A dynamic theory of electoral competition</i>	2014	Battaglini, M.	17
<i>Political budget cycles and effects of the excessive deficit procedure: The case of Greece</i>	2021	Petrakos, G.; Rontos, K.; Vavoura, C.; Salvati, L.; Vavouras, I.	13
<i>Political business cycle in the Czech Republic: Case of municipalities</i>	2016	Plaček, M.; Půček, M.; Ochrana, F.; Křápek, M.; Matějová, L.	11
<i>Political-ideological circumstances and local authorities' debt: Evidence from Portuguese municipalities</i>	2015	Ribeiro, N. A. B.; Jorge, S. M. F.	10
Reelection, growth and public debt	2020	Raveh, O.; Tsur, Y.	9
Ciclo Orçamentário Político: Uma Análise nos Municípios Brasileiros	2021	Crispim, G.; Flach, L.; Alberton, L.; Ferreira, C. D.	8
<i>Determinants of Local Government Deficit and Debt: Evidence from Polish Municipalities</i>	2019	Działo, J.; Guziejewska, B.; Majdzińska, A.; Żóltaszek, A.	8
<i>Do Electoral Risks Moderate the Effect of Partisan and Electoral Cycles on Debt-Financed Local Spending?</i>	2014	Prado-Lorenzo, J. M.; García-Sánchez, I. M.; Cuadrado-Ballesteros, B.	8
Características Políticas e Desempenho Financeiro Público sob a Luz da Teoria dos Ciclos Políticos	2019	Fiirst, C.; Santos A. C. dos; Rodrigues Jr, M. M.; Zonatto, V. C. S.	8
Ciclos Político-Orçamentários e Reeleição: um estudo para os municípios do Norte do Brasil	2011	Silva, S. L. P.; Faroni, W.; Barbiéri, R. S.	7
<i>The Influence of Elections on Local Government Management: An Empirical Analysis for the Spanish Region of Valencia</i>	2015	Brusca, I.; Labrador, M.; Montesinos, V.	6
<i>Popularity, polarization, and political budget cycles</i>	2014	Hanusch, M.; Magleby, D. B.	6
<i>Political institutions and fiscal policy: evidence from post-communist Europe</i>	2019	Pavlović, D.; Bešić, M.	4
Avaliação dos Determinantes de Endividamento Público dos Entes Subnacionais Brasileiros	2021	Cassimiro, F. I.; Nascimento, R. S.; Viotto, R.	3
<i>Budgeting in Public Organizations: The Influence of Managerial and Political Aspects</i>	2021	Aranda, C.; Arellano, J.; Dávila, A.	2
<i>Surfing the credit wave: Government popularity as driver of credit cycles</i>	2023	Lepers, E.	2
<i>The Effects of Fiscal Consolidation and Welfare Composition on Electoral Outcomes in US Gubernatorial Elections</i>	2015	Kim, H.; Kwon, C.	2

Influência dos Ciclos Políticos sobre o Índice Social Municipal (saúde e educação) dos Municípios Paranaenses a partir da Teoria dos Lugares Centrais	2014	Silva, W. V.; Machado, E. A.; Almeida, L. B.; Castor, B. J. V.	2
Determinantes da Composição dos Gastos Públicos: Uma análise para os municípios brasileiros	2022	Silva C. D. B. da; Zilli, G. R.; Correia, F. M.	2
<i>The Destabilizing Effects of Political Budget Cycles: The Case of Greece</i>	2022	Petrakos, G.; Rontos, K.; Vavoura, C.; Vavouras, I.	2
Gestão Fiscal Municipal: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais	2021	Oliveira, T. M.G.; Dall'Asta, D.; Zonatto, V. C. S.; Martins, V. A.	1
<i>Fiscal decentralization in Poland: 2004-2019 municipal and city dataset</i>	2023	Trzeciakowski, R.; Cizkowicz, P.; Rzonca, A.	1
Ciclo Político Orçamentário e os Limites da LRF nos Municípios do Sul do Brasil no Período de 2015 a 2018	2022	Machado, A. D. S.; Oliveira, G.; Almeida, H. J. F.	1
Determinantes Financeiros do Endividamento dos Estados Brasileiros no Período de 2006 a 2016	2020	Xavier, A. E., Jr.; Rebouças, R. M. M.; Regis, S. D.; Rêgo, T. F.	1
<i>Political and Electoral Characteristics Effect on of Public-Debt in Brazilian States</i>	2021	Baldissera, J. F.; Araujo, M. P.	0
<i>Political Business Cycles: Evidence from Taiwan, Japan, and South Korea</i>	2011	Huang, C. J.	0
<i>Political Business Cycle in Local Governments in Transition and Developing Economies</i>	2022	Filipiak, B. Z.; Kluza, K.	0
Ciclos Políticos e Resultados Fiscais na América Latina	2024	Guerra, D. L. B.; Netto Jr, J. L. S.; Aragón, E. K. S. B.	0
<i>Electoral Budget Cycle: O Endividamento Público no Período Eleitoral no Paraná</i>	2013	Franco, L. M. G.; Nascimento, C.; Espejo, M. M. S. B.; Rezende, D. A.; Pfitscher, E. D.	0
Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública	2022	Wyse, M. N. O.; Machado, D. P.; Gomes, D. G.; Fernandez, R. N.	0

Confirmando o fato anterior, de que os artigos mais citados são os mais antigos, a Figura 2 mostra a distribuição de citações nos últimos 15 anos, incluindo 2024. Foram localizados artigos de 14 anos. Os sete anos mais antigos (2010-2016) totalizam 436 citações, enquanto os trabalhos mais recentes (2017-2024) totalizam 161 citações. É importante destacar que, em 2024, ainda não há citações registradas, e no ano de 2018 não houve publicações. Isso reforça a observação de que os estudos mais antigos tiveram mais tempo para serem citados, o que contribui para seu maior impacto no meio acadêmico.

Figura 2

Número de Citações por Ano

com destaque para "Ciclos Orçamentários Políticos", que concentrou o maior número de artigos (5), seguido por "Ciclos de Negócios Políticos" com três artigos. Outros temas relevantes, com uma publicação cada, incluem "A influência das eleições na Gestão do Governo", "Ciclos Eleitorais e Dívida", "Gestão Fiscal e Ciclos Políticos", entre outros. A categorização abrange uma ampla gama de tópicos, desde a manipulação política de gastos até os impactos dos ciclos eleitorais nas políticas fiscais, proporcionando uma visão abrangente das diferentes abordagens sobre o tema dentro da literatura científica.

Tabela 3

Temas por Artigo

Temas	Artigos
Ciclos Orçamentários Políticos	5
Ciclos de Negócios Políticos	3
A influência das eleições na gestão do governo	1
Características Políticas e Eleitorais no Endividamento Público	1
Ciclos eleitorais e dívida	1
Ciclos eleitorais e saúde financeira	1
Ciclos Orçamentário Políticos e Limites da LRF	1
Ciclos Orçamentários Políticos e Reeleição	1
Ciclos partidários e eleitorais sobre a dívida	1
Ciclos Políticos e Investimentos Públicos	1
Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais	1
Ciclos Políticos e Resultados Fiscais	1
Ciclos Políticos no Índice Social Municipal	1
Ciclos Políticos Orçamentários e Reeleição	1
Ciclos Políticos, Gastos Públicos e Dívida Pública	1
Composição dos Gastos Públicos	1
Crédito x Ciclos Políticos	1
Descentralização fiscal, ciclos orçamentários políticos e investimentos	1
Desempenho Financeiro Público e Ciclos Políticos	1
Determinantes Financeiros do Endividamento	1
Efetividade dos Ciclos Políticos Municipais	1
Endividamento Público	1
Endividamento Público dos Entes Subnacionais	1
Endividamento Público e Ciclos Eleitorais	1
Execução Orçamentária e Ciclos Políticos Eleitorais	1
Fatores Políticos sobre a Política Fiscal e os Gastos Públicos	1
Gastos da política fiscal e impactos no resultado eleitoral	1
Gestão Fiscal e Ciclos Políticos	1
Mandatos Eleitorais e Ciclos Orçamentários Políticos	1
Manipulação política do gasto social governamental	1
Motivos eleitorais x Contabilidade Criativa	1
Político-ideológica x Nível de dívida	1

Popularidade, polarização e ciclos orçamentários políticos	1
Reeleição, crescimento e dívida pública	1
Teoria da Competição Eleitoral	1

4.1 Laços – Relações Autores

Consideraram-se 110 autores para a rede de relações. Os autores Reischman, Battaglini, Lepers e Huang foram excluídos da base de dados para a identificação dos laços, pois eles realizaram seus artigos individualmente.

A análise das colaborações entre os autores revelou um total de 284 laços, indicando uma rede de interações considerável, mas com muitas publicações realizadas entre os mesmos autores, o que limita a diversificação das colaborações na pesquisa sobre ciclos políticos e endividamento público. Entre os pesquisadores, os dez autores com maior número de laços podem ser observados conforme Tabela 4:

Tabela 4

Número de Laços por Autor

Autor	Laços
Petrakos, G.	7
Rontos, K.	7
Vavoura, C.	7
Vavouras, I.	7
Zonatto, V. C. da S.	6
Cuadrado-Ballesteros, B.	4
Espejo, M. M. dos S. B.	4
Franco, L. M. G.	4
Garcia-Sánchez, I.-M.	4
Křápek, M.	4

Ao observar a rede de colaborações, nota-se que alguns autores – como Garcia-Sánchez, Cuadrado-Ballesteros, Petrakos, Rontos, Vavoura e Vavouras – estiveram envolvidos em mais de um artigo, com praticamente os mesmos coautores. A diferença entre os artigos era a inclusão ou exclusão de um único autor, o que pode indicar uma continuidade ou aprofundamento do trabalho em colaboração. Além disso, Zonatto, esteve presente em dois artigos distintos, cada um deles com mais três autores diferentes, sugerindo uma diversificação maior em suas colaborações e uma possível busca por ampliar o debate com diferentes perspectivas.

Portanto, os autores que mais publicaram foram os indicados na Tabela 5: cada um

com duas publicações. Entre eles, quatro são da Grécia, duas da Espanha e uma do Brasil. Essa distribuição destaca a forte presença de pesquisadores gregos e espanhóis na produção acadêmica sobre ciclos políticos e endividamento público, além de ressaltar a participação de um autor brasileiro. Esse resultado vai ao encontro da lei de *Lotka*, que sugere que um pequeno número de autores é altamente produtivo, enquanto a maioria contribui com um número menor de publicações (Santos & Kobashi, 2009).

Tabela 5

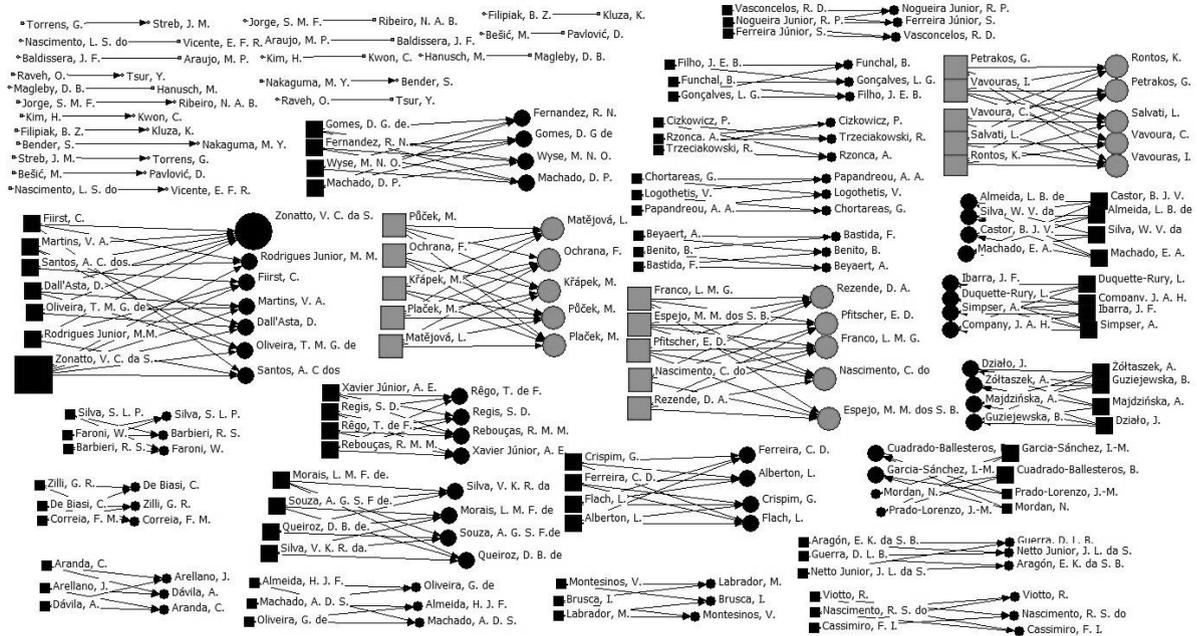
Publicações por Autor

Autor	Publicações
Petrakos, G.	2
Rontos, K.	2
Vavoura, C.	2
Vavouras, I.	2
Zonatto, V. C. da S.	2
Cuadrado-Ballesteros, B.	2
Garcia-Sánchez, I.-M.	2

O que pode ser confirmado conforme já mencionado anteriormente e ilustrado na Figura 4 é que Zonatto, V. C. da S. se destaca na rede de colaborações por apresentar um número maior de conexões únicas, reforçando sua diversificação nas coautorias em comparação com os demais autores. Enquanto alguns pesquisadores mantêm parcerias recorrentes, ele colabora com diferentes autores em cada publicação, o que amplia sua rede e o posiciona de forma mais central. A figura a seguir ilustra claramente essas relações, evidenciando sua importância na dinâmica acadêmica sobre ciclos políticos e endividamento público.

Figura 4

Rede de Colaborações – Autores



A análise através do software UNICET 6 revelou que a rede de autores está dividida em 34 componentes, indicando alta fragmentação, com 97,6% dos autores desconectados de outros grupos. O maior componente contém sete autores, liderado por Zonato e outros componentes variam de dois a cinco autores. A rede é bastante heterogênea, com muitos grupos pequenos, o que mostra pouca coesão entre os autores e muitas sub-redes isoladas. A fragmentação elevada reflete uma falta de colaboração ampla entre diferentes grupos de pesquisadores.

4.2 Laços - Relações Instituições

Ao todo, participaram 58 instituições nas pesquisas relacionadas aos ciclos políticos e ao endividamento público. No entanto, 11 dessas instituições foram excluídas da análise de laços institucionais, pois os artigos em que estiveram envolvidas foram realizados sem colaborações externas. Esses foram escritos por apenas um autor ou por múltiplos autores pertencentes à mesma instituição. As instituições excluídas da base de dados de laços foram: City, University of London (RU), Feng Chia University (TWN), Fucape Business School (BRA), Ifo Institute (ALE), Princeton University (EUA), The Hebrew University of Jerusalem (ISR), UFC (BRA), Universidad Murcia (ESP), Universidad Salamanca (ESP), Universidade de Belgrado (SER) e University of Navarra (ESP).

As publicações sobre o tema foram realizadas por instituições de diversos países. A distribuição dessas instituições pode ser observada na Tabela 6. O Brasil se destaca como o país com o maior número de instituições representadas, totalizando cerca de 38% do total.

Tabela 6*Publicação por Instituição por País*

País	Número de Instituições	(%)
Brasil (BRA)	22	37,93%
Estados Unidos (EUA)	8	13,79%
Espanha (ESP)	5	8,62%
Polônia (POL)	4	6,90%
Grécia (GRE)	3	5,17%
México (MEX)	3	5,17%
República Tcheca (RT)	3	5,17%
Portugal (PT)	2	3,45%
Reino Unido (RU)	2	3,45%
Itália (ITA)	1	1,72%
Argentina (ARG)	1	1,72%
Taiwan (TWN)	1	1,72%
Alemanha (ALE)	1	1,72%
Israel (ISR)	1	1,72%
Sérvia (SER)	1	1,72%
Total	58	100%

As 20 instituições que mais apresentaram laços de colaboração – conforme a Tabela 7 – são lideradas pela University of Athens, GRE, com seis laços, seguida pela Panteion University of Social and Political Sciences, GRE, e pela University of the Aegean, GRE, ambas com cinco laços cada. Dentre essas 20 instituições, destacam-se várias brasileiras, representando uma parcela significativa da colaboração acadêmica na área de estudos dos ciclos políticos e do endividamento público.

Tabela 7*Número de Laços por Instituição*

Instituição	Laços
University of Athens, GRE	6
Panteion University of Social and Political Sciences, GRE	5
University of the Aegean, GRE	5
UNIOESTE, BRA	4
CIDE, MEX	3
ITAM-CIE, MEX	3
ITESM, MEX	3
PUC-PR, BRA	3
UFPB, BRA	3
UFPR, BRA	3
UFSC, BRA	3

UFSM, BRA	3
University of California, EUA	3
University of Macerata, ITA	3
Universitat Valencia, ESP	3
Masaryk University, RT	2
Charles University, RT	2
Faculdade de Minas, BRA	2
Fundação João Pinheiro, BRA	2
FURB, BRA	2

Assim como os autores, as instituições Panteion University of Social and Political Sciences, GRE, University of the Aegean, GRE, e University of Athens, GRE se repetem em dois artigos, com a adição de uma única instituição diferente em um deles. Esse padrão indica forte colaboração entre essas universidades gregas, sugerindo continuidade e aprofundamento nas pesquisas sobre ciclos políticos e endividamento público, com a inclusão ocasional de novos parceiros.

Porém, devido à repetição nas colaborações, as instituições Panteion University of Social and Political Sciences, GRE e University of the Aegean, GRE não se destacam na visualização da rede, conforme pode ser observado na Figura 5, mas se igualam a outras instituições. Isso ocorre por causa do tamanho uniforme dos nós, que refletem a quantidade de laços de colaboração de cada instituição. Embora essas universidades gregas apresentem uma forte conexão entre si, o formato da rede visualizada não diferencia significativamente suas posições em relação a outras instituições que também possuem múltiplos laços de colaboração. A University of Athens, GRE – por sua vez – destaca-se por estar envolvida em outro artigo com uma instituição diferente, o que aumenta sua visibilidade na rede.

Figura 5

Rede de Colaborações – Instituições de Ensino

deste grupo. As instituições brasileiras presentes na lista incluem UNIOESTE, PUC-PR, UFPB, UFPR, UFSC, UFSM, Faculdade de Minas, Fundação João Pinheiro e FURB, cada uma com dois ou mais laços. Esse alto percentual indica um forte envolvimento das instituições brasileiras na produção acadêmica sobre o tema, evidenciando a relevância do contexto brasileiro nas discussões sobre ciclos políticos e endividamento público.

Complementando essa análise de colaborações, a investigação conduzida pelo software UNICET 6 identificou 16 componentes na rede de instituições, com tamanhos variando entre duas e cinco instituições. A rede apresenta uma fragmentação de 95%, indicando que a maioria das instituições não estão conectadas entre si, sugerindo colaborações concentradas em pequenos grupos sem muita interação entre diferentes componentes, resultando em uma rede bastante dividida.

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a produção científica sobre ciclos políticos e endividamento público por meio de uma análise bibliométrica e sociométrica, abrangendo os últimos 15 anos nas bases de dados Scopus, Web of Science, Spell e Google Acadêmico. A pesquisa foi de natureza descritiva e quantitativa, utilizando procedimentos documentais para mapear e avaliar as tendências acadêmicas sobre o tema, alcançando o objetivo proposto.

Com base nas análises realizadas, a pesquisa evidencia uma fragmentação significativa tanto na rede de autores quanto na rede de instituições que investigam o tema dos ciclos políticos eleitorais e endividamento público. Observou-se que, apesar de um crescente interesse acadêmico – particularmente nos últimos cinco anos – a produção científica ainda é limitada, com uma concentração significativa em pequenos grupos de colaboração e um número relativamente baixo de artigos amplamente citados.

A análise dos periódicos revela uma distribuição dispersa das publicações, com poucas revistas concentrando um número significativo de artigos. Entre os periódicos com maior número de publicações, destacam-se Administração Pública e Gestão Social e o *European Journal of Political Economy*, ambos com 7,32% das publicações. Esses dados mostram que não há uma única revista dominante no tema, mas sim uma dispersão entre diversos periódicos.

A pesquisa atendeu às três principais leis da bibliometria: *Lotka*, *Zipf* e *Bradford*, conforme esplanado por Santos e Kobashi (2009) e Araújo (2006).

Em relação aos autores, os mais produtivos são – em sua maioria – vinculados a instituições de ensino da Grécia, Espanha e Brasil, com destaque para colaborações e coautorias

que fortalecem a pesquisa sobre ciclos políticos e endividamento público. O autor brasileiro Zonatto, V. C. da S., embora com apenas duas publicações, ocupa posição central na rede de coautorias por colaborar com diferentes autores, o que amplia sua relevância e visibilidade acadêmica.

No que diz respeito às instituições, o Brasil lidera em número de instituições participantes, representando cerca de 38% do total, seguido pelos Estados Unidos com 13,79%, e Espanha com 8,62%. Esse padrão sugere que o tema é relevante para instituições acadêmicas em diferentes contextos políticos e econômicos, com destaque para o Brasil, onde o debate sobre ciclos políticos e endividamento público parece ter particular importância.

No entanto, a fragmentação da rede de colaborações, com 95% das instituições e 97,6% dos autores desconectados de outros grupos, indica que há uma baixa integração entre os pesquisadores e instituições ao redor do mundo. Isso limita a troca de conhecimento e a disseminação mais ampla dos achados acadêmicos, além de apontar uma oportunidade para o fortalecimento de redes colaborativas internacionais.

A pesquisa amplia a compreensão das tendências de publicação sobre ciclos políticos e endividamento público, evidenciando a necessidade de maior integração entre os estudiosos e instituições para fortalecer a coesão e o impacto acadêmico. Teoricamente, o estudo identifica os principais trabalhos e oferece uma visão detalhada das pesquisas mais relevantes, consolidando o estado da arte sobre ciclos políticos e endividamento público. Na prática, o mapeamento de autores, revistas e redes de colaboração oferece um instrumento importante para pesquisadores e instituições, ajudando a identificar com mais precisão potenciais parceiros de pesquisa. Socialmente, promove maior acesso ao conhecimento e incentiva colaborações mais inclusivas e diversificadas no meio acadêmico.

O estudo está limitado pela escolha das bases de dados consultadas, incluindo Scopus, Web of Science, Spell e Google Acadêmico. A exclusão de outras bases relevantes pode ter deixado de fora publicações significativas sobre ciclos políticos e endividamento público, restringindo a abrangência da análise.

Futuras pesquisas podem incluir novas bases de dados, ampliando a captura de publicações sobre ciclos políticos e endividamento público. A fragmentação nas redes de colaboração acadêmica indica uma oportunidade para investigar como fortalecer a cooperação entre pesquisadores e instituições.

REFERÊNCIAS

- Alvarado, R. U. (1984). A bibliometria no Brasil. *Ciência da informação*, 13(2), 91-105. doi:10.18225/ci.inf.v13i2.200
- Aranda, C., Arellano, J., & Dávila, A. (2021). Budgeting in Public Organizations: The Influence of Managerial and Political Aspects. *European Accounting Review*, 32(2), 345–377. doi:10.1080/09638180.2021.1972325
- Araújo, C. A. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11-32. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>
- Baldissera, J. F., & Araújo, M. P. (2021). Características políticas e eleitorais e o efeito no endividamento dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1). doi:10.21118/apgs.v13i1.8254
- Barca, G. B. V. (2017). *O efeito das eleições sobre o orçamento público: um estudo de caso, a luz da análise econômico-financeira, sobre as contas de pessoal e de investimento do Distrito Federal* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/31337>
- Bastida, F., Beyaert, A., & Benito, B. (2013). Electoral cycles and local government debt management. *Local Government Studies*, 39(1), 107-132. doi:10.1080/03003930.2012.683861
- Brusca, I., Labrador, M., & Montesinos, V. (2015). The influence of elections on local government management: an empirical analysis for the Spanish region of Valencia. *Gestión y política pública*, 24(2), 459-489. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-10792015000200005&lng=es&tlng=.
- Cassimiro, F. I., Nascimento, R. S., & Viotto, R. (2021). Avaliação dos determinantes de endividamento público dos entes subnacionais brasileiros. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 19(1), 236–274. doi:10.32586/rcda.v19i1.670
- Chortareas, G., Logothetis, V., & Papandreou, A. A. (2016). Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. *European Journal of Political Economy*, 43, 1-13. doi:10.1016/j.ejpoleco.2016.02.001
- Covre, J. (2016). *Três ensaios sobre ciclos políticos orçamentários no Brasil*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. Recuperado de <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/9766>
- Crispim, G., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, C. D. (2021). Ciclo Orçamentário Político: uma análise nos municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 106-123. doi:10.14392/asaa.2021140104
- Działo, J., Guziejewska, B., Majdzińska, A., & Żółtaszek, A. (2019). Determinants of Local Government Deficit and Debt: Evidence from Polish Municipalities. *Lex Localis-Journal of Local Self-Government*, 17(4). doi:10.4335/17.4.1033-1056

- Fachin, S. C. (2014). *A comunicação política da Prefeitura Municipal de Guarapuava/PR através das placas de obras públicas e suas representações sociais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Fernandes, C. A. B., de Oliveira, T. M., Campos, R. S., & do Prado, J. W. (2023). Um estudo na literatura internacional sobre as dívidas públicas. *Revista de Gestão e Secretariado*, 14(12), 21083-21103. doi:10.7769/gesec.v14i12.3241
- Fialho, T. M. M. (1999). Ciclos políticos: uma resenha. *Brazilian Journal of Political Economy*, 19(2), 381-400. doi:10.1590/0101-31571999-1016
- Filipiak, B. Z., & Kluza, K. (2022). Political business cycle in local governments in transition and developing economies. Literature Review and Empirical Study for Poland. *Lex localis- Journal of Local Self-Government*, 20(4), 1057-1082. doi:10.4335/20.4.1057-1082
- Fiirst, C., Santos, A. C. dos, Junior, M. M. R., & Zonatto, V. C. S. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(1), 127-144. doi:10.19094/contextus.v17i1.33608
- Fiirst, C., Vidor, A. D. G., Oliveira, T. M. G., & Baldissera, J. F. (2018, julho). *influência do endividamento público no desempenho financeiro e orçamentário nos municípios paranaenses sob a ótica da Teoria da Escolha Pública*. Anais do USP International Conference in Accounting, São Paulo, SP, Brasil, 18. Recuperado de <https://congressousp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/581.pdf>
- García-Sánchez, I. M., Mordán, N., & Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). Do electoral cycles affect local financial health?. *Policy Studies*, 35(6), 533-556. doi:10.1080/01442872.2014.971727
- Gerigk, W., Clemente, A., & Ribeiro, F. (2014). O padrão do endividamento público nos municípios brasileiros de porte médio após a lei de responsabilidade fiscal. *Revista Ambiente Contábil*, 6(1), 122-140. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4128>
- Hein, A. F., Henz, A. V., Bruch, M., & Jacome, N. A. (2024). A teoria dos ciclos político e as evidências de manipulações eleitoreiras no contexto brasileiro. *Contabilidade em Pauta*, 8(1), e391-e391. doi:10.55905/contabv8n1-001
- Huang, C. J. (2011, maio). Political business cycles: Evidence from Taiwan, Japan, and South Korea using panel data approach. In *Anais do International Conference on E-Business and E-Government (ICEE)* (pp. 1-4). IEEE. doi:10.1109/ICEBEG.2011.5882403
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo Demográfico 2022*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>
- Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Lima, S. C. D. (2011). *Desempenho fiscal da dívida dos grandes municípios brasileiros* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

doi:10.11606/T.12.2011.tde-01022012-174857

- Lucena, B. M. D., Jr. (2013). *Uma análise dos investimentos públicos, dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos estados brasileiros no ciclo político de 2002–2010* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Macedo, J. J., & Corbari, E. C. (2009). Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(Ed. esp.), 44-60. doi:10.1590/S1519-70772009000300004
- Nooruddin, I., & Chhibber, P. (2008). Unstable politics: Fiscal space and electoral volatility in the Indian states. *Comparative Political Studies*, 41(8), 1069-1091. doi:10.1177/0010414007309202
- Nordhaus, W. D. (1975). The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190. doi:10.2307/2296528
- Oliveira, T. M. G., Dall'Asta, D., Zonatto, V. C. S., & Martins, V. A. (2021). Gestão fiscal municipal: Uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(4). doi:10.21118/apgs.v13i4.11770
- Pavlović, D., & Bešić, M. (2019). Political institutions and fiscal policy: evidence from post-communist Europe. *East European Politics*, 35(2), 220-237. doi:10.1080/21599165.2019.1594786
- Petrakos, G., Rontos, K., Vavoura, C., Salvati, L., & Vavouras, I. (2021). Political budget cycles and effects of the excessive deficit procedure: The case of Greece. *Regional Statistics*, 11(2), 32-51. doi:10.15196/RS110202
- Plaček, M., Půček, M., Ochrana, F., Křápek, M., & Matějová, L. (2016). Political business cycle in the Czech Republic: Case of municipalities. *Prague Economic Papers*, 25(3), 304-320. doi:10.18267/j.pep.566
- Prado-Lorenzo, J. M., García-Sánchez, I. M., & Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). Do electoral risks moderate the effect of partisan and electoral cycles on debt-financed local spending?. *Local Government Studies*, 40(5), 745-765. doi:10.1080/03003930.2013.799065
- Preussler, A. P. S. (2001). *Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Queiroz, D. B. de, Moraes, L. M. F. de, Souza, A. G. S. F. de, & Silva, V. K. R. da. (2019). Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: evidências dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2), 232-250. doi:10.21118/apgs.v11i2.5492
- Raveh, O., & Tsur, Y. (2020). Reelection, growth and public debt. *European Journal of Political Economy*, 63, 101889. doi:10.1016/j.ejpoleco.2020.101889
- Reischmann, M. (2016). Creative accounting and electoral motives: Evidence from OECD countries. *Journal of Comparative Economics*, 44(2), 243-257. doi:10.1016/j.jce.2015.07.001

- Ribeiro, N. A., & Jorge, S. M. F. (2015). Political-ideological circumstances and local authorities' debt: Evidence from Portuguese municipalities. *Contemporary Economics*, 9(2), 155-170. doi:10.5709/ce.1897-9254.164
- Rogoff, K. S. (1987). *Equilibrium political budget cycles* (NBER Working Paper No. 2428). Recuperado de: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w2428/w2428.pdf
- Sakurai, S. N. (2007). *Ciclos eleitorais, reeleição e déficit fiscal nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. doi:10.11606/T.12.2007.tde-20082007-143926
- Santana, A. F. B., Mereles, B. J., Silva, E. C. da, Araujo Funchal, J., & Fagundes, J. A. (2013). Gestão do endividamento público municipal antes e depois da lei de responsabilidade fiscal na prefeitura do município de Urupá-RO. *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, 1(3), 107-124. Recuperado de <https://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/28>
- Santana, M. S. (2017). *Endividamento público em municípios de Minas Gerais: uma análise de dados em painel* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. Recuperado de <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/11632>
- Santos, R. N. M., Kobashi, N. Y. (2009). Bibliometria, Cientometria, Infometria: Conceitos e Aplicações. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 2(1), 155-172. Recuperado de <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/174>
- Santos, Y. D. dos, Barbosa, J. A. A. G. S., Diniz, J. A., & Lima, S. C. de. (2018). Endividamento público e desenvolvimento humano nos grandes municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76). doi:10.12660/cgpc.v23n76.75420
- Silva, S. L. P., Faroni, W., & Barbiéri, R. S. (2011). Ciclos político-orçamentários e reeleição: um estudo para os municípios do Norte do Brasil. *Revista Científica da FAMINAS*, 7(1), 99-120. Recuperado de <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/268>
- Streb, J. M., & Torrens, G. (2013). Making rules credible: divided government and political budget cycles. *Public Choice*, 156, 703-722. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s11127-012-9923-2>
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. do. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106-126. doi:10.11606/rco.v6i14.45402
- Wyse, M. N. O., Machado, D. P., Gomes, D. G. de, & Fernandez, R. N. (2022). Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública. *Revista Gestão & Conexões*, 11(3), 55-73. doi:10.47456/regec.2317-5087.2022.11.3.38335.55-73
- Xavier, A. E., Jr., Rebouças, R. M. M., Regis, S., & Rêgo, T. F. (2020). Determinantes financeiros do endividamento dos estados brasileiros no período de 2006 a 2016. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 13(1), 134-155. Recuperado de <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5155>

ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E CICLOS POLÍTICOS: REFLEXÕES NA LITERATURA NACIONAL E INTERNACIONAL

Brunna Mendonça Braga¹
Clóvis Fiirst²

RESUMO: O artigo analisa como a literatura nacional e internacional tem abordado a relação entre ciclos políticos e endividamento público, com ênfase nas contribuições teóricas e empíricas mais relevantes. Adotando uma abordagem qualitativa, teórica e exploratória, o estudo foi fundamentado em levantamento bibliográfico, com base nos artigos identificados por Braga e Fiirst (2025) e complementado por obras significativas. O artigo discute os principais conceitos da teoria dos ciclos político-orçamentários e examina como o comportamento oportunista de gestores pode influenciar a gestão da dívida pública. A análise evidencia que a literatura internacional tende a adotar abordagens quantitativas, como modelos de dados em painel, séries temporais e regressões com efeitos fixos, considerando variáveis institucionais e estruturais de forma mais sistemática. Já os estudos nacionais, embora mais recentes e com escopo analítico mais limitado, abordam aspectos como o alinhamento político, a rigidez orçamentária e a relação com transferências intergovernamentais. Observa-se que o endividamento público pode ser influenciado por fatores políticos, sendo utilizado como ferramenta estratégica vinculada a interesses eleitorais e ideológicos. A pesquisa oferece contribuição teórica ao reunir e sintetizar criticamente os principais conceitos sobre o tema, destaca variáveis e metodologias relevantes para pesquisas futuras e, socialmente, reforça a importância da responsabilidade fiscal, especialmente em realidades menos consolidadas.

Palavras-chave: Endividamento Público; Ciclos Políticos; Literatura Nacional e Internacional.

PUBLIC DEBT AND POLITICAL CYCLES: REFLECTIONS IN NATIONAL AND INTERNATIONAL LITERATURE

ABSTRACT: The article analyzes how national and international literature has addressed the relationship between political cycles and public indebtedness, with an emphasis on the most relevant theoretical and empirical contributions. Adopting a qualitative, theoretical, and exploratory approach, the study is based on a literature review, using articles identified by Braga and Fiirst (2025) and supplemented by additional significant works. The article discusses key concepts of the political budget cycle theory and examines how opportunistic behavior by public managers can influence public debt management. The analysis shows that international literature tends to adopt quantitative approaches—such as panel data models, time series analysis, and fixed effects regressions—considering institutional and structural variables in a more systematic way. In contrast, national studies, though more recent and with a narrower analytical scope, focus on aspects such as political alignment, budgetary rigidity, and dependence on intergovernmental transfers. Public debt is observed to be influenced by political factors, often used as a strategic tool tied to electoral and ideological interests. The research provides a theoretical contribution by critically synthesizing key concepts on the topic, highlights relevant variables and methodologies for future studies, and, from a social perspective, reinforces the importance of fiscal responsibility, especially in less consolidated

¹ Mestranda em Contabilidade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Cascavel, e-mail: brunnabrag@hotmail.com

² Doutor em Contabilidade e Administração pela Universidade Regional de Blumenau-SC – FURB. Docente do Mestrado em Contabilidade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Cascavel, e-mail: cfiirst@gmail.com

settings.

Keywords: Public Debt; Political Cycles; National and International Literature.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o financiamento público é antiga e continua a gerar divergências entre os estudiosos, especialmente quanto aos limites de endividamento e à emissão de dívida como soluções para crises econômicas graves (Luz, 2012). A implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar n. 101, 2000) nos entes federativos reflete essa preocupação, ao buscar promover maior disciplina fiscal e reduzir os comportamentos oportunistas dos representantes. Entre os agentes federativos, os municípios são os que mais enfrentam dificuldades relacionadas a distúrbios orçamentários (Silva, 2020).

A LRF estabelece que os entes governamentais podem contrair empréstimos para investimentos sociais, desde que esses não resultem em uma carga tributária excessiva para os cidadãos ou gerem um endividamento que comprometa a situação financeira futura da entidade (Lima, 2011). Essa medida é para garantir a sustentabilidade financeira dos entes federativos, especialmente em regiões de baixo poder aquisitivo. Nessas áreas, o comportamento oportunista de políticos, muitas vezes alinhados à prática clientelista, tende a manipular os gastos públicos para atender a interesses eleitorais (Silva, 2020).

A interação entre ciclos políticos, econômicos e orçamentários tem se destacado como um campo fértil para estudos. Desde o trabalho pioneiro de William D. Nordhaus, na década de 1970, a análise sobre a relação entre ciclos políticos e o uso de instrumentos fiscais evoluiu, com fortes repercussões nos orçamentos públicos, especialmente nos municípios. Os ciclos político-eleitorais, ou ciclos político-econômicos e político-orçamentários, analisam essa relação cíclica, onde as decisões políticas tornam-se endógenas ao sistema econômico. Apesar disso, a teoria econômica frequentemente ignora as motivações políticas por trás das decisões governamentais, uma lacuna que diversos autores têm buscado preencher nas últimas décadas (Dal-Ri & Correia, 2019).

O modelo de Nordhaus revela que a natureza democrática gera ciclos político-econômicos, nos quais os políticos buscam agradar o eleitorado para garantir sua reeleição, evidenciando o oportunismo eleitoral. No Brasil, os municípios operam em um sistema federativo onde a concentração de receitas está no nível federal, mas as responsabilidades e despesas são divididas entre os três níveis de governo. Isso cria uma dependência dos municípios por recursos federais e uma alta propensão ao desequilíbrio orçamentário, contexto

em que a LRF foi instituída, estabelecendo limites para gastos públicos, com foco em restrições de dívida e despesas com pessoal (Dal-Ri & Correia, 2019).

Reforçando a ideia de oportunismo eleitoral, Reischmann (2016) examinou a influência dos motivos eleitorais na contabilidade criativa em 27 países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) durante o período de 1970 a 2011. O estudo revela que os governos utilizam estratégias de contabilidade criativa, especialmente antes das eleições, para embelezar o balanço orçamentário, resultando em grandes ajustes de fluxo de estoque e aumento da dívida pública.

Esse padrão de comportamento também é observado em contextos mais específicos, como na Polônia, onde Działo et al. (2019) analisaram os determinantes do déficit e da dívida em governos locais entre 2002 e 2016. Identificaram que fatores como gastos com investimentos, receitas próprias, proporção de população idosa, número de empresas e o ciclo eleitoral afetam os resultados orçamentários dos municípios, evidenciando mais uma vez a ligação entre ciclos eleitorais e endividamento.

A conexão entre ciclos eleitorais e a gestão fiscal é ainda mais detalhada no estudo de Prado-Lorenzo et al. (2014), que investigou se os riscos eleitorais moderam o efeito dos ciclos partidários e eleitorais nos gastos locais financiados por dívida. Analisando 148 municípios espanhóis entre 1988 e 2008, os autores concluíram que a estabilidade política favorece a redução do déficit público, enquanto os anos eleitorais tendem a aumentar o endividamento dos governos locais.

E ainda, Huang (2011) analisou a existência de ciclos orçamentários políticos em Taiwan, Japão e Coreia do Sul entre 1988 e 2008, descobrindo que os gastos do governo aumentam significativamente no ano da eleição e no ano anterior. Seu estudo sugere que as promessas eleitorais contribuem para o agravamento fiscal, confirmando a influência dos ciclos eleitorais sobre as decisões de endividamento público.

Assim, considerando a relevância dos ciclos políticos e do endividamento público, questiona-se: **Como têm sido conduzidas as pesquisas sobre a temática ciclos políticos e endividamento público e suas reflexões nas abordagens teórico-conceitual e empírica?**

Com a motivação de aprofundar a compreensão sobre a relação entre ciclos políticos e endividamento público, o trabalho busca discutir as principais contribuições das análises sobre como o comportamento dos agentes políticos durante os ciclos eleitorais influencia as decisões de endividamento. Para isso, serão examinadas as abordagens mais recorrentes na literatura em estudos anteriores, a fim de identificar padrões e lacunas que possam orientar futuras investigações.

O estudo se justifica pela escassez de pesquisas que articulem, de forma sistematizada, a literatura sobre ciclos políticos e endividamento público. Embora existam diversos trabalhos que abordem esses temas – separadamente ou em contextos específicos – ainda são limitadas as análises que mapeiam a evolução teórica e empírica da produção científica nesse campo. Ao reunir, organizar e analisar criticamente esse conjunto de contribuições, o presente estudo contribui para qualificar o debate acadêmico e apoiar futuras pesquisas sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO

Historicamente, os governos têm utilizado diversos mecanismos para financiar seus déficits orçamentários, como a emissão de títulos públicos, empréstimos bancários e a emissão ou desvalorização da moeda (Luz, 2012). Esses instrumentos, embora eficazes em determinadas situações, podem levar ao aumento excessivo do endividamento se não forem acompanhados por políticas fiscais rigorosas.

A regra de ouro é um princípio fiscal que visa mitigar o risco de endividamento excessivo ao estabelecer que os gastos correntes devem ser financiados pela tributação atual, enquanto os gastos de capital podem ser cobertos por endividamento (Lima, 2011). Esse princípio é fundamental para manter o equilíbrio do orçamento corrente e evitar o acúmulo de dívidas insustentáveis.

No Brasil, a preocupação com o endividamento público levou à criação de normas específicas para controlar as finanças dos governos locais. A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que o limite global da dívida dos municípios (DCL) não pode exceder 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL) (Lima, 2011). Essa medida visa garantir que o endividamento dos municípios se mantenha em níveis sustentáveis, alinhados com a capacidade de geração de receitas.

Para que a dívida dos governos locais não sobrecarregue os cidadãos e não comprometa a capacidade de pagamento futuro, é importante observar o potencial econômico dessas jurisdições, monitorar constantemente o fluxo de receitas correntes e seguir as regras de disciplina fiscal estabelecidas pela LRF. Essas práticas são fundamentais para evitar o endividamento excessivo e garantir o equilíbrio financeiro dos entes federativos (Lima, 2011).

Negligenciar a variável política nas análises econômicas é inadequado no século 21, especialmente em tempos de crise política aguda. No Brasil, as instabilidades políticas afetaram a atividade econômica, resultando em desafios para o setor privado e impondo forte restrição orçamentária aos governos estaduais e municipais. Esse cenário evidencia a importância de

considerar as interações entre política e economia nas análises sobre endividamento público (Dal-Ri & Correia, 2019).

O debate orçamentário se torna central, com as receitas e despesas públicas desempenhando uma importante função nas decisões políticas, especialmente na escolha dos gastos a serem executados pelo poder público. O interesse nesse processo advém do poder concentrado nas mãos dos gestores públicos, que podem utilizar os recursos públicos tanto em benefício próprio quanto em benefício da sociedade. Esse tema ganhou relevância à medida que se observou que – em muitos casos – o comportamento dos indivíduos no processo político é impulsionado pela maximização do próprio bem-estar (Barcellos, 2020). Há uma forte intersecção entre os sistemas político e econômico: enquanto os eleitores se preocupam com a economia, os políticos têm o poder como foco (Nordhaus et al., 1989).

As discussões teóricas sobre a Teoria dos Ciclos Políticos e o endividamento público estabelecem a base conceitual para a análise da produção científica relacionada a esses temas. É importante compreender como os gestores públicos podem manipular variáveis econômicas e fiscais – especialmente em períodos eleitorais –, e como essas práticas impactam o endividamento público para interpretar as tendências e os enfoques da literatura acadêmica. Embora a LRF imponha limites e vedações, os agentes políticos ainda podem utilizar o endividamento como uma ferramenta para melhorar sua visibilidade e reforçar sua imagem pública.

2.1 Reflexões sobre endividamento público e ciclos políticos

A busca por controle e gestão eficiente do endividamento público exige uma administração interna robusta e táticas de gerenciamento que promovam eficiência administrativa. A fiscalização em todos os municípios brasileiros é necessária para conter o endividamento e implementar os princípios de planejamento, transparência, controle e responsabilidade previstos na LRF. Apesar dos avanços na gestão governamental, o equilíbrio ideal ainda não foi alcançado, evidenciando os desafios relacionados ao endividamento público (Ribeiro et al., 2024).

O endividamento público ocorre quando as despesas excedem as receitas, financiado por crédito voluntário, como empréstimos em instituições financeiras ou mercados, com pagamento de juros, ou por crédito involuntário, em que fornecedores e funcionários têm pagamentos atrasados, geralmente sem juros ou correção monetária (Macedo & Corbari, 2009). A dívida pública compartilha a mesma lógica da dívida privada, exigindo prudência na sua

contratação. Se a dívida pública for usada para consumo, sem gerar ativos futuros equivalentes, comprometerá o valor presente dos ativos nacionais. Embora possa ser legítima ao atender demandas sociais, é preciso avaliar sua conveniência econômica e os aspectos éticos envolvidos, especialmente quando associada a gastos supérfluos, que não seriam justificáveis moralmente (Buchanan apud Silva, 2022).

O impacto da dívida pública no bem-estar depende de como os recursos são utilizados. Investimentos produtivos podem beneficiar gerações futuras, mas uma trajetória de dívida descontrolada transfere seu peso para essas gerações, criando um problema moral. A falta de percepção imediata do custo da dívida em comparação aos impostos agrava o risco de má gestão, podendo levar a uma situação insustentável no longo prazo (Silva, 2022).

Nordhaus (1975) desenvolveu a teoria dos ciclos político-econômicos, baseada no *trade-off* entre inflação e desemprego, onde governantes adotam políticas austeras no início do mandato e expansionistas antes das eleições. Rogoff (1990) e Rogoff e Sibert (1988) ampliaram a teoria ao introduzirem os ciclos político-orçamentários, destacando que políticos ajustam a composição orçamentária, priorizando gastos visíveis, como consumo e serviços, para sinalizar competência e conquistar eleitores. Assimetrias informacionais oferecem incentivos para manipulação fiscal antes das eleições, aumentando as chances de reeleição. Posteriormente, Nordhaus (1975) revisitou sua teoria ao introduzir novas questões, como o impacto das informações disponíveis no comportamento dos eleitores e a influência de eventos econômicos. Ele classificou os eleitores como "racionais", que avaliam o futuro com base em informações completas (*forward-looking*), ou "típicos", que se baseiam no desempenho passado do governante (*backward-looking*). Já os governantes foram categorizados como "oportunistas", que maximizam suas chances de reeleição sem compromisso com ideais ou impactos econômicos, e "ideológicos", que perseguem objetivos sociais e políticos, independentemente da popularidade ou manutenção do poder (Vicente & Nascimento, 2012).

Downs (1957) contribuiu para a teoria dos ciclos políticos ao destacar como o conhecimento imperfeito influencia as decisões governamentais, fundamentando-se nas hipóteses de racionalidade e irracionalidade dos eleitores, além das perspectivas oportunista e ideológica (Bartoluzzio & Anjos, 2020). As teorias oportunistas, partidárias e de expectativas racionais analisam como políticas fiscais e monetárias são manipuladas para ganhos eleitorais, impactando inflação, desemprego e gastos públicos. A importância de instituições sólidas e da transparência é destacada como eficaz para mitigar efeitos negativos e promover uma governança fiscal sustentável (Siqueira, 2016).

A literatura contemporânea aponta que o planejamento, a governabilidade e os

resultados dos balanços públicos são impactados por decisões discricionárias, frequentemente motivadas por arranjos político-partidários. Tais decisões, tomadas de forma estratégica, visam aumentar as chances de reeleição, mesmo que isso resulte em prejuízos macroeconômicos e contábeis para a sociedade, com o uso da máquina administrativa pública sendo central nesse processo (Franco et al., 2013). É comum a percepção de que os governantes em exercício frequentemente adotam políticas econômicas expansionistas antes das eleições como plano para aumentar suas chances de reeleição (Brender & Drazen, 2005).

Um dos mecanismos amplamente discutidos na literatura é o uso do endividamento público como um instrumento estratégico. Persson e Svensson (1989), em seu artigo "*Why a Stubborn Conservative Would Run a Deficit*", explicam que governos conservadores, ao anteciparem a substituição por governos mais gastadores, podem deliberadamente acumular dívida pública. A ideia é limitar a capacidade do sucessor de implementar políticas que não estejam alinhadas com sua visão ideológica. Essa prática, que transcende o campo fiscal, também pode ser observada em decisões de privatização ou em grandes investimentos em infraestrutura, deixando um legado que restringe as ações futuras.

A relação entre o comportamento fiscal e a probabilidade de reeleição é amplamente explorada por Pettersson-Lidbom (2001, apud Ribeiro & Jorge, 2013). Ele argumenta que, quando governos percebem uma alta probabilidade de derrota eleitoral, recorrem ao endividamento como forma de limitar os mandatos de seus sucessores; esse padrão – entretanto – varia significativamente entre espectros ideológicos. Enquanto governos de direita tendem a acumular mais dívida pública nesses cenários, governos de esquerda, ao anteciparem sua substituição, preferem reduzir o endividamento público, criando maior espaço fiscal para a próxima administração. A magnitude dessa redução aumenta conforme cresce a probabilidade de derrota eleitoral (Pettersson, 1999; Pettersson-Lidbom, 2001, apud Ribeiro & Jorge, 2013).

Alesina & Tabellini (1990) complementam que o acúmulo de dívida pública é mais provável quando há sucessão entre governos com visões ideológicas divergentes. Quanto maior a distância ideológica e menor a probabilidade de reeleição do governo atual, maior será o endividamento. Nesse cenário, a dívida se torna uma ferramenta para limitar as escolhas futuras dos sucessores.

Fernández & Jiménez (2002) propõem que governos locais frequentemente priorizam benefícios políticos imediatos, oferecendo serviços públicos sem arrecadar os impostos necessários para financiá-los. Esse comportamento reduz a percepção dos cidadãos sobre o custo real dos serviços, enquanto transfere o ônus para gestões futuras. É necessário o estabelecimento de restrições ao endividamento público, apesar das críticas relacionadas à

dificuldade de quantificação, à ineficácia potencial causada por cláusulas de escape e à imprecisão das penalidades em casos de descumprimento.

Outro aspecto relacionado ao endividamento público é o fenômeno da manipulação fiscal pré-eleitoral. Shi & Svensson (2006) apontam que, próximo às eleições, governantes frequentemente ampliam os gastos públicos para sinalizar competência e aumentar suas chances de reeleição. Os autores ainda destacam que os ciclos orçamentários políticos apresentam maior intensidade em países em desenvolvimento, onde instituições democráticas são menos consolidadas.

Contudo, a literatura ainda enfrenta limitações, como a escassez de estudos comparativos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a pouca atenção à variação nos efeitos eleitorais entre esses grupos e a dificuldade em estabelecer causalidade entre eleições e déficits fiscais devido a variáveis não observadas. Brender e Drazen (2005) reforçam essa perspectiva ao destacar que – em novas democracias – a manipulação fiscal é mais frequente, pois os eleitores tendem a não perceber claramente os custos dessas políticas. Em contrapartida, em democracias consolidadas – onde os eleitores geralmente têm maior discernimento e tendem a ser “conservadores fiscais” – há maior capacidade de reconhecer e punir práticas oportunistas, o que reduz esse tipo de manipulação.

Os autores também observam que os ciclos político-orçamentários variam em intensidade entre os países, dependendo do grau de desenvolvimento democrático e da maturidade institucional. Em democracias em formação, onde as instituições são menos eficazes em conter práticas oportunistas, os ciclos fiscais pré-eleitorais tendem a ser mais frequentes. Sobre esse panorama, Brender e Drazen (2005) argumentam que essa diferença entre tipos de democracia explica não só a prevalência dos ciclos, mas também os fatores que os tornam possíveis. Além disso, o endividamento acumulado pressiona governos recém-eleitos, frequentemente levando-os a adotar medidas impopulares, como cortes de gastos ou aumento de impostos, para reequilibrar as contas públicas (Pettersson, 1999).

Em países com instituições menos consolidadas, os ciclos político-orçamentários tendem a ser mais frequentes. Nguyen e Tran (2023) destacam que, em nações emergentes e em desenvolvimento, os governantes costumam ampliar os gastos públicos em anos eleitorais, especialmente em áreas sociais e econômicas, seguidos de reduções significativas no pós-eleição, refletindo decisões de curto prazo voltadas a ganhos políticos imediatos, em detrimento do equilíbrio fiscal.

Outro aspecto importante a considerar é o padrão de comportamento fiscal ao longo de um mandato. Governantes frequentemente manipulam gastos públicos para sinalizar

competência aos eleitores e ampliar suas chances de reeleição. Nos primeiros anos, é comum haver ajustes fiscais, como redução do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e melhora nos resultados fiscais, enquanto no final do mandato ocorre um afrouxamento, com aumento significativo dos gastos em capital fixo próximo às eleições. Essas ações permitem a entrega de resultados visíveis, influenciando positivamente a percepção pública (Guerra et al., 2024).

Essa perspectiva é fundamentada pela Teoria dos Ciclos Políticos, que explica como gestores públicos ajustam gastos e políticas fiscais e investimentos em áreas de maior visibilidade como tática para maximizar seu capital político. Essas ações buscam influenciar a percepção dos eleitores sobre a gestão de maneira favorável (Hein et al., 2024).

2.2 Pesquisas internacionais

Pesquisas internacionais mostram como ciclos políticos influenciam a gestão fiscal e o endividamento público em diferentes panoramas. Nos Estados Unidos, a possibilidade de reeleição encurta o horizonte temporal dos políticos, elevando a dívida pública, especialmente em estados com maior flexibilidade para reeleição. Em contrapartida, em estados com regras mais brandas, gestores priorizam políticas de longo prazo, suavizando esses efeitos negativos (Raveh & Tsur, 2020). Na Espanha, a proximidade das eleições prejudica a saúde financeira de governos locais, a capacidade de fornecer serviços públicos e de preservar o bem-estar social, levando ao uso oportunista de recursos públicos e maior dependência de transferências de outros níveis de governo, com maior fragilidade observada em administrações de esquerda (García-Sánchez et al., 2014).

Na região de Valência, ciclos políticos orçamentários foram identificados com manipulações nos gastos públicos direcionadas a influenciar decisões eleitorais e a priorizar determinados tipos de despesas. No entanto, o impacto dessas práticas foi menor do que o esperado, uma vez que, embora estatisticamente significativos, os efeitos observados foram de baixa magnitude, indicando que a capacidade de manipulação dos governos locais era limitada (Brusca et al., 2015). De maneira semelhante, Huang (2011) analisou os ciclos políticos em Taiwan, Japão e Coreia do Sul – entre 1988 e 2008 –, utilizando um modelo vetorial autorregressivo em painel. Os resultados indicaram que as despesas governamentais aumentam significativamente no ano eleitoral e no anterior, confirmando a presença de ciclos políticos nos três países e sugerindo que a redução das dívidas públicas causadas por promessas eleitorais poderia mitigar o agravamento fiscal.

Ainda na Espanha, os ciclos eleitorais e a ideologia política resultam em aumentos

orçamentários mais pronunciados antes e após as eleições. Esses aumentos são influenciados pelo desempenho passado e comparativo das administrações locais, evidenciando o chamado "efeito ratcheting", que ajusta os orçamentos com base em resultados anteriores, comportamento não observado em organizações privadas (Aranda et al., 2021).

Outrossim, nos municípios espanhóis, períodos eleitorais aumentam o endividamento público, especialmente em governos sem maioria ou mais ricos, mas a Lei de Estabilidade Orçamentária de 2001 reduziu esse impacto ao impor maior disciplina fiscal (Bastida et al., 2013). Por sua vez, Prado-Lorenzo et al. (2014) identificaram que governos locais espanhóis tendem a aumentar o endividamento público em períodos eleitorais, independentemente da ideologia política. A estabilidade política – contudo – foi identificada como um fator que reduz déficits, moderando comportamentos oportunistas relacionados ao uso de dívida.

De maneira semelhante, na Grécia, os ciclos orçamentários políticos (PBCs) manifestam-se por meio de aumentos significativos nas despesas públicas, investimentos visíveis e endividamento em anos eleitorais. Gastos elevados no período pré-eleitoral estão associados a maiores chances de reeleição (Chortareas et al., 2016). Esse comportamento oportunista contribui para a persistência de má gestão financeira nos municípios gregos. Em outra análise, com acompanhamento por de 40 anos, confirmaram que déficits públicos aumentam significativamente durante anos eleitorais, apesar das restrições impostas pelo Procedimento de Déficit Excessivo (EDP) da União Europeia. Embora o EDP tenha limitado parcialmente essas práticas, não foi suficiente para eliminar completamente os ciclos políticos na política fiscal grega, reforçando sua prevalência em economias em desenvolvimento (Petraikos et al., 2021).

Governos menos populares tendem a ampliar os gastos pré-eleitorais, intensificando os ciclos orçamentários políticos, principalmente onde existe alta polarização partidária. Além disso, práticas de manipulação contábil, como ajustes no fluxo de estoque, são utilizadas para apresentar balanços fiscais mais favoráveis antes das eleições, evidenciando comportamentos oportunistas em países da OCDE (Hanusch & Magleby, 2014; Reischmann, 2016). Na República Tcheca, os gastos municipais aumentam em anos eleitorais, principalmente em municípios maiores, reforçando o uso de investimentos visíveis para atrair eleitores (Plaček et al., 2016).

Democracias emergentes e economias em transição, como as da Europa Central e Oriental, mostram que ciclos políticos influenciam significativamente os gastos públicos e os investimentos locais. Na Polônia, a descentralização fiscal se destaca por sua relação com competitividade eleitoral, sustentabilidade fiscal e autonomia de receitas municipais

(Trzeciakowski et al., 2023). Anos eleitorais têm impacto positivo nos gastos públicos, conforme observado em 15 democracias da região, reforçando padrões de incrementalismo nas políticas (Pavlović & Bešić, 2019). Em municípios poloneses, a manipulação de investimentos pré-eleitorais atinge mais de 20% da média, refletindo práticas de busca por rendas políticas e sugerindo a necessidade de reformas institucionais (Filipiak & Kluza, 2022).

Ainda em municípios poloneses, investigaram os fatores determinantes do déficit e da dívida em 2.479 entre 2002 e 2016, mostrando que investimentos, receitas próprias, alta proporção de população idosa e o ciclo eleitoral afetam os resultados fiscais, com o ciclo eleitoral sendo um fator relevante na determinação dos déficits locais (Działo et al., 2019).

Já Streb e Torrens (2013) analisaram como os PBCs são influenciados pela credibilidade das regras fiscais em governos divididos. Encontrou-se que os governos unificados e baixa conformidade com leis orçamentárias enfraquecem compromissos fiscais, intensificando os PBCs, especialmente em novas democracias ou países em desenvolvimento. Governos divididos, no entanto, podem aumentar a credibilidade das regras fiscais ao exigir maior negociação para aprovar novos empréstimos, reduzindo distorções fiscais eleitorais.

Essas observações reforçam que a configuração institucional influencia diretamente os ciclos fiscais e suas consequências políticas e reforçam que ciclos políticos afetam a gestão fiscal em diferentes realidades, com variações de acordo com os arranjos políticos e econômicos locais.

2.3 Pesquisas nacionais

A Teoria dos Ciclos Orçamentários sugere que gestores públicos ajustam gastos e políticas fiscais em anos eleitorais para aumentar suas chances de reeleição. Esse comportamento oportunista é evidente no Brasil, onde – entre 1986 e 2000 – os estados brasileiros registraram aumentos consideráveis no endividamento durante os períodos eleitorais, comprometendo a sustentabilidade fiscal futura em prol de aprovação popular (Botelho, 2002). Essa tendência pode indicar que políticos, em busca de aprovação popular, podem usar a estrutura administrativa para financiar gastos que favoreçam suas campanhas, comprometendo a sustentabilidade fiscal futura (Franco et al., 2013).

Similarmente, ao analisar o período de 2000 a 2016 em estados brasileiros, Baldissera e Araújo (2021) observaram que o endividamento não é determinado diretamente pelo ano eleitoral ou pela mudança de gestor, mas aspectos demográficos e ideológicos. Eles também apontaram que fatores legais e sociais, como assimetria informacional, influenciam o impacto

dos ciclos políticos sobre o endividamento. Ainda no contexto estadual, Xavier et al. (2020) destacaram – em uma análise entre 2006 e 2016 – que o endividamento defasado e a estrutura de capital possuem relação significativa com o aumento da dívida, enquanto a dependência de transferências da União atua na redução do endividamento, reforçando o papel das variáveis estruturais. A pesquisa destaca a relevância da Lei de Responsabilidade Fiscal na promoção da transparência e no controle do endividamento, explicando 81,83% das variações observadas no período analisado.

No que diz respeito à alocação de recursos, ao analisarem os investimentos em infraestrutura nos estados brasileiros entre 2003 e 2014, identificaram que partidos de esquerda e centro tendem a investir mais em períodos pré-eleitorais em comparação a partidos de direita, e alinhamentos partidários entre governadores e presidentes resultaram em menores gastos (Gonçalves et al., 2017).

Em outra perspectiva, Nakaguma e Bender (2010), no artigo “Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro”, investigaram os determinantes dos ciclos políticos na política fiscal dos estados brasileiros e seu impacto no comportamento do eleitorado entre 1986 e 2004. O estudo utilizou uma metodologia que distingue oportunismo de sinalização de competência, revelando que os eleitores tendem a recompensar comportamentos oportunistas de governantes em receitas e despesas públicas, embora esse efeito tenha diminuído com o tempo. Governadores candidatos à reeleição manipularam mais os ciclos fiscais, enquanto a maturidade eleitoral e reformas institucionais, como a Emenda da Reeleição, influenciaram essas práticas. Complementando essa análise, Queiroz et al. (2019) observaram – entre 2003 e 2014 – que governadores em primeiro mandato exibem comportamento oportunista em anos eleitorais, aumentando investimentos visíveis aos eleitores e reduzindo despesas correntes.

Em nível municipal, evidências empíricas dos ciclos orçamentários eleitorais foram observadas em sete municípios paranaenses com mais de 200 mil habitantes, com aumento expressivo da dívida pública nos anos eleitorais em todos os três períodos analisados (Franco et al., 2013). Crispim et al. (2021) identificaram, em municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes, aumentos médios de 9% nos investimentos e de 68% nos empréstimos financeiros em anos eleitorais, especialmente em contextos de alinhamento partidário entre governos locais e estaduais.

Alguns estudos recentes têm apresentado resultados positivos em relação ao desempenho fiscal durante os ciclos políticos, contrastando com a expectativa recorrente de manipulações fiscais nesses períodos. Santos (2024), ao analisar 4.962 municípios entre 2013 e

2022, identificou padrões cíclicos de superávit nos anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais. Fiirst et al. (2019) destacaram que – entre 2013 e 2016 – anos eleitorais tiveram impacto positivo no desempenho financeiro dos municípios, enquanto mudanças de gestores influenciaram negativamente, evidenciando práticas oportunistas. Manipulações fiscais também foram observadas entre 1997 e 2008, com aumentos no resultado financeiro e na geração de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais favorecendo a reeleição de prefeitos ou aliados políticos, enquanto déficits e reduções no resultado orçamentário corrente diminuíram essa probabilidade (Vicente & Nascimento, 2012).

O comportamento fiscal também apresentou variações significativas em diferentes regiões. No Norte do Brasil, prefeitos reeleitos demonstraram maior responsabilidade fiscal, reduzindo despesas per capita, enquanto aqueles sem perspectiva de reeleição aumentaram gastos financiados por endividamento (Silva et al., 2011). Em municípios brasileiros, anos eleitorais favoreceram investimentos em detrimento das despesas com pessoal, reforçando um viés oportunista na alocação de recursos (Silva, et al., 2022). No Paraná, ciclos estaduais ampliaram investimentos em municípios periféricos, enquanto a reeleição de prefeitos não apresentou efeitos significativos sobre o Índice Social (Silva et al., 2014). Já em âmbito federal, a execução orçamentária entre 1985 e 2010 indicou que, embora o oportunismo fiscal permaneça uma preocupação, a LRF foi eficaz na redução das oscilações cíclicas, promovendo maior controle sobre receitas e despesas (Vasconcelos et al., 2013).

Cassimiro et al. (2021) investigaram os determinantes do endividamento público em estados brasileiros – em 2016 –identificando que despesas com pessoal é o principal fator de aumento da dívida, enquanto a liquidez exerce efeito inverso. Os investimentos – contudo – não apresentaram impacto significativo, sugerindo que outros fatores podem influenciar os níveis de endividamento.

Esses resultados destacam que a composição dos gastos públicos é um fator crítico para o equilíbrio fiscal. As evidências apresentadas demonstram como os ciclos políticos influenciam a gestão fiscal em diferentes níveis de governo no Brasil, ressaltando a necessidade de maior transparência, controle institucional e responsabilidade fiscal durante períodos eleitorais.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa, de natureza teórica, qualitativa e exploratória, foi desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico sobre endividamento público e ciclos políticos

eleitorais. A seleção dos artigos seguiu critérios rigorosos de relevância e qualidade, priorizando publicações em periódicos com avaliação positiva pela CAPES. O levantamento inicial de artigos utilizados foi do estudo de Braga e Fiirst (2025, Artigo I), no artigo “Endividamento Público e Ciclos Políticos: Uma Revisão Bibliométrica e Sociométrica”, que já havia mapeado e analisado a produção científica sobre os temas em questão. Assim, o presente trabalho utilizou parte dos artigos previamente selecionados, complementando com outras publicações relevantes ao tema.

A coleta de dados no estudo anterior havia sido conduzida nas bases **Scopus**, **Web of Science**, **Spell** e **Google Acadêmico**, a busca abrangeu os últimos quinze anos (2010-2024). Neste trabalho, os artigos já identificados e selecionados foram diretamente utilizados para aprofundar a discussão teórica sobre os conceitos-chave e as abordagens predominantes na literatura.

Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo analisar – de maneira descritiva e exploratória – a relação entre endividamento público e ciclos políticos eleitorais, promovendo uma síntese teórica baseada nos artigos identificados no estudo anterior e em publicações complementares. Como limitação, ressalta-se que não foram aplicados métodos empíricos ou ferramentas de análise computacional neste trabalho, visto que o foco esteve restrito à interpretação e discussão das publicações selecionadas.

4 ANÁLISES E REFLEXÕES

4.1 Reflexões entre literatura nacional e internacional

A literatura nacional e internacional sobre ciclos políticos e endividamento público apresenta tanto similaridades quanto diferenças importantes, moldadas por fatores institucionais e contextuais. Em democracias consolidadas, a manipulação fiscal tende a ser menos comum devido à maior capacidade de monitoramento e transparência, onde os eleitores frequentemente identificam e penalizam práticas oportunistas (Brender & Drazen, 2005). Os ciclos orçamentários políticos apresentam maior intensidade em países em desenvolvimento, onde instituições democráticas são menos consolidadas, dificultando a identificação de manipulações fiscais pelos eleitores, próximo às eleições, governantes aumentam gastos públicos para sinalizar competência (Shi & Svensson, 2006).

Em democracias emergentes – como Brasil e Polônia –, práticas oportunistas são frequentes. Franco et al. (2013) e Trzeciakowski et al. (2023) mostram que os ciclos políticos são marcados por aumento nos gastos em anos eleitorais. No Brasil, a LRF tem contribuído para um maior controle das contas públicas (Vasconcelos et al., 2013), embora o oportunismo

eleitoral ainda persista em algumas regiões.

Ideologias políticas também desempenham função importante nos ciclos político-orçamentários. No Brasil, Gonçalves et al. (2017) indicam que governos de esquerda tendem a investir mais em infraestrutura em períodos pré-eleitorais em comparação com governos de direita, enquanto alinhamentos partidários entre governadores e presidentes estão associados a uma redução nos gastos.

No âmbito internacional, metodologias avançadas, como modelos autorregressivos e análises de painel, têm sido aplicadas para estudar ciclos político-orçamentários. Huang (2011) identificou aumento significativo nas despesas governamentais em anos eleitorais na Ásia, enquanto Streb e Torrens (2013) destacaram que a conformidade com regras fiscais ajuda a reduzir distorções eleitorais em novas democracias.

A literatura nacional avança ao detalhar as especificidades regionais, como a influência das transferências intergovernamentais e do alinhamento político entre entes federativos. Xavier Júnior et al. (2020) apontaram que fatores estruturais, como a dependência de transferências da União, atuam na redução do endividamento estadual. Em nível municipal, Crispim et al. (2021) identificaram que alinhamentos partidários entre governos locais e estaduais podem amplificar investimentos e empréstimos em anos eleitorais.

Essas diferenças impactam os padrões observados e refletem as abordagens metodológicas utilizadas. Países desenvolvidos, com maior maturidade institucional, tendem a mitigar os efeitos negativos dos ciclos políticos, enquanto democracias emergentes enfrentam maior instabilidade fiscal, frequentemente agravada por práticas oportunistas em períodos eleitorais. A dinâmica dos ciclos político-orçamentários é influenciada por uma ampla variedade de fatores, incluindo ideologia política, alinhamento partidário, dependência de transferências intergovernamentais, composição dos gastos públicos e inúmeras outras variáveis econômicas, institucionais e sociais que interagem de maneira complexa. Esse cenário ressalta a importância de abordagens abrangentes para compreender e mitigar os impactos dessas dinâmicas.

4.2 Reflexões dos modelos empíricos (construção das variáveis)

A literatura nacional e internacional sobre ciclos políticos e endividamento público oferece reflexões importantes sobre os modelos empíricos e a construção de variáveis para análise. Esses estudos revelam diferenças metodológicas, que refletem as peculiaridades de cada realidade e a maturidade institucional dos países.

Em perspectivas internacionais, modelos econométricos avançados, como análises de dados em painel e modelos de vetores autorregressivos, são amplamente utilizados para capturar a relação entre ciclos políticos e variáveis fiscais. Por exemplo, Huang (2011) usou um modelo vetorial autorregressivo em painel para identificar aumentos significativos nos gastos públicos em Taiwan, Japão e Coreia do Sul durante anos eleitorais. Estudos como os de Brender e Drazen (2005) e Bastida et al. (2013) – esse último realizado por meio de análise de dados em painel utilizando o método dos Momentos Generalizados (GMM) – destacam a relevância de variáveis institucionais, como leis fiscais e maturidade democrática, para compreender as diferenças nos ciclos político-orçamentários entre democracias consolidadas e emergentes. Essas abordagens mostram como fatores contextuais, como a proximidade das eleições e restrições legais, influenciam o comportamento fiscal.

Já em estudos nacionais, a literatura brasileira tem priorizado variáveis como dependência de transferências intergovernamentais (Xavier et al., 2020), composição de gastos públicos, incluindo despesas com pessoal e investimentos (Cassimiro et al., 2021), e características demográficas e ideológicas (Baldissera & Araújo, 2021). Além disso, Fiirst et al. (2019) destacam o impacto de anos eleitorais no desempenho financeiro dos municípios, enquanto mudanças de gestores também são apontadas como fatores relevantes para compreender a dinâmica fiscal. A LRF também é importante nesse cenário, sendo destacada por Vasconcelos et al. (2013) por sua eficácia em mitigar os ciclos político-orçamentários.

Entretanto, tanto nos estudos nacionais quanto nos internacionais, há desafios metodológicos a serem superados. A dificuldade em capturar a causalidade entre ciclos políticos e variáveis fiscais é constante, muitas vezes agravada por variáveis não observadas. A escolha de proxies adequados para variáveis complexas – como "comportamento oportunista" ou "competência eleitoral" – é uma limitação comum. Brender e Drazen (2005) apontam que diferenças no nível de maturidade democrática e institucional podem afetar a interpretação de resultados sobre ciclos político-orçamentários, destacando a necessidade de considerar esses fatores ao analisar manipulações fiscais.

Outro ponto relevante é a heterogeneidade dos efeitos eleitorais. Bastida et al. (2013), na Espanha, mostram que eleições aumentam o endividamento; sobretudo em municípios sem maioria ou mais ricos. Na Polônia, Trzeciakowski et al. (2023) apontam que a descentralização fiscal se relaciona à competitividade eleitoral, sustentabilidade e autonomia fiscal. No Brasil, Crispim et al. (2021) indicam que os ciclos político-orçamentários são mais intensos onde há maior alinhamento partidário entre governos locais e estaduais, impulsionando investimentos e empréstimos em anos eleitorais.

Dessa forma, modelos empíricos devem considerar as mais diversas variáveis. A Tabela 01 sintetiza variáveis e métodos usados por diferentes autores, destacando padrões e diferenças entre os estudos.

Tabela 01

Síntese de Estudos sobre Endividamento Público e Ciclos Políticos

Artigo	Variáveis	Métodos	Resultados	Referências
Budgeting in Public Organizations: The Influence of Managerial and Political Aspects	Ciclo eleitoral, governo de maioria, ideologia, desempenho passado e desempenho comparativo de pares. CE, GM, ID, DPAS, DCP	Análise de dados em painel	Aumentos orçamentários ocorrem antes e depois das eleições, com a ideologia influenciando alocação de recursos. Desvios passados afetam orçamentos futuros, e as metas variam conforme o endividamento das cidades	Aranda et al. (2021).
Political Business Cycle in the Czech Republic: Case of Municipalities	Gastos com investimentos, transferências, tamanho das municipalidades (população), ciclo eleitoral.	Análise de dados em painel	Gastos com investimentos aumentam antes das eleições, municípios maiores têm despesas per capita mais altas, gastos com transferências não variam antes das eleições.	Plaček et al. (2016).
Political Institutions and Fiscal Policy: Evidence from Post-Communist Europe	Número de partidos no gabinete, ciclo eleitoral, ciclo partidário (ideologia), tipo de coalizão.	Análise de dados em painel	Os gastos públicos aumentam de forma significativa nos anos pré-eleitorais e eleitorais, variáveis como coalizão e ciclo partidário não têm impacto relevante. As diferenças entre os países explicam as variações, mostrando dependência de trajetória e incrementalismo nas políticas públicas.	Pavlović e Bešić (2019).
Creative Accounting and Electoral Motives: Evidence from OECD Countries	Diferença entre a variação da dívida pública e o déficit (ajuste estoque-fluxo)	Análise de dados em painel	Governos usaram contabilidade criativa antes das eleições, realizando operações ocultas que aumentaram a dívida pública para melhorar a percepção fiscal.	Reischmann (2016).
Determinants of Local Government Deficit and Debt: Evidence from Polish Municipalities	Investimentos, receitas próprias, população dependente (idosos), número de empresas, ciclo eleitoral.	Análise de dados em painel	Os investimentos municipais, as receitas próprias, a proporção de população idosa e o número de empresas influenciam os déficits locais. O ciclo eleitoral impacta significativamente o orçamento, com variações durante o período eleitoral.	Działo et al. (2019).
Do Electoral Risks Moderate the Effect of Partisan and Electoral Cycles on Debt-Financed Local Spending?	Ciclo eleitoral, riscos eleitorais (probabilidade de reeleição), ideologia partidária, gastos financiados por dívida.	Análise de dados em painel	Governos locais aumentam os gastos com dívida em anos eleitorais, mas a estabilidade política e a confiança na reeleição reduzem o endividamento excessivo. O impacto dos ciclos eleitorais nos gastos não depende da ideologia partidária.	Prado-Lorenzo et al. (2014).
Making Rules Credible: Divided Government and Political Budget Cycles	Governo dividido, governo unificado, ciclos orçamentários políticos, regras fiscais, nível de endividamento.	Análise de dados em painel	Governos divididos reforçam regras fiscais, enquanto governos unificados intensificam ciclos orçamentários. Eleitores enfrentam o dilema entre eficiência e distorções eleitorais.	Streb e Torrens (2013).

Political Business Cycle in Local Governments in Transition and Developing Economies: Literature Review and Empirical Study for Poland	Investimentos locais, ciclo eleitoral, tamanho do município, receitas locais, dívida pública.	Análise de dados em painel	O ciclo eleitoral explica flutuações nos investimentos locais, que aumentam significativamente antes das eleições.	Filipiak e Kluza (2022).
Political-Ideological Circumstances and Local Authorities' Debt: Evidence from Portuguese Municipalities	Ideologia política, ciclo eleitoral, forma de governança (maioria/minoria), coincidência entre partidos no Executivo local e Assembleia Municipal, coincidência entre partidos no Executivo local e governo central, período de crise (variável de controle).	Análise de dados em painel	O ciclo eleitoral aumenta a dívida municipal, sugerindo ciclos estratégicos de endividamento, com a crise de 2008-2010 também tendo impacto.	Ribeiro e Jorge (2015).
Reelection, Growth, and Public Debt	Dívida pública per capita, crescimento econômico, limite de mandatos, perspectivas de reeleição, interação entre crescimento e reeleição, choques de produtividade, variáveis fixas de estado e tempo.	Análise de dados em painel	Estados com limites mais flexíveis para reeleição apresentam maior aumento na dívida pública em resposta a choques positivos de crescimento econômico, refletindo políticas redistributivas mais agressivas.	Raveh e Tsur (2020).
Electoral Cycles and Local Government Debt Management	Dívida pública per capita (RD), população (POP), nível econômico do município (ECONLEV), taxa de juros real (DRCOST), dummy para anos eleitorais (ELEC0, ELEC1, ELEC2), regra do orçamento equilibrado (BBR2003), interações entre a regra do orçamento equilibrado e anos eleitorais (BBREL0, BBREL2), força do governo local (MAJORITY), coalizão de partidos (COAL), ideologia política (IDEO).	Análise de dados em painel - método dos Momentos Generalizados (GMM)	Ciclos eleitorais aumentam a dívida pública antes das eleições, enquanto governos fortes controlam melhor o crescimento da dívida. A Regra do Orçamento Equilibrado de 2003 reduziu os impactos eleitorais.	Bastida et al. (2013).
The Influence of Elections on Local Government Management: An Empirical Analysis for the Spanish Region of Valencia	Gasto total, gasto corrente, gasto de capital, dívida orçamentária, dívida líquida, população, índice de atividade econômica, índice de turismo, dummy para anos eleitorais.	Análise de dados em painel - método dos Momentos Generalizados (GMM)	O estudo encontrou evidências de ciclos político-orçamentários em municípios da região de Valência, com aumento de despesas em anos eleitorais. No entanto, o impacto dessas manipulações na dívida pública foi menor do que o esperado.	Brusca et al. (2015).
Do electoral cycles affect local financial health?	Solvência de curto prazo (CSI), solvência orçamentária (NFBRI, NSI, FCII, NDI, CFIL, FII, FRI), solvência no nível de serviços (CEI), solvência de longo prazo (LRS), ciclo eleitoral (ELECTIONS), população (POPULATION), PIB per capita (GDP), ideologia do governo (LEFT).	Análise de dados em painel - método dos Momentos Generalizados (GMM)	Os ciclos eleitorais afetam negativamente a saúde financeira local, diminuindo a solvência e a capacidade de prestação de serviços. Antes das eleições, aumenta a dependência de recursos externos, especialmente em governos de esquerda, com indicadores financeiros mais fracos.	García-Sánchez et al. (2014)

Political Budget Cycles and Reelection Prospects in Greece's Municipalities	Saldo orçamentário, despesas totais, despesas com investimentos, receita de empréstimos, subsídios governamentais, impostos cobrados pelo governo, idade da população (percentual abaixo de 15 e acima de 65 anos), tamanho populacional, alinhamento político, anos no cargo, recandidatura.	Análise de dados em painel - método dos Momentos Generalizados (GMM)	Ciclos orçamentários aumentam despesas e endividamento antes das eleições. Alinhamento político e recandidatura influenciam a intensidade dos ciclos, e despesas pré-eleitorais ajudam na reeleição, enquanto o tempo no cargo reduz a popularidade.	Chortareas et al. (2016).
Gestão fiscal municipal: Uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais	Índice da Dívida Consolidada Líquida (IDCL), Índice de Gasto com Pessoal (IGP), Receitas Tributárias Próprias, Transferências Intergovernamentais (Fundo de Participação dos Municípios, Cota-parte do ICMS e IPVA, Demais transferências intergovernamentais), Receitas Correntes, Necessidade de Recursos (NR), Receita Orçada versus Receita Arrecadada (RR), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Gini, Logaritmo natural da população local, Período de Eleições Municipais, Período de Eleições Gerais, Execução da Despesa, Ideologia Partidária (IdPart.), Proximidade Ideológica (ProxId.), Ano Eleitoral (Elei.).	Análise estatística descritiva e regressão em painel	As variáveis de autonomia arrecadatória influenciam positivamente a dívida consolidada líquida e os gastos com pessoal. A condição financeira explica os indicadores de gestão fiscal, e os períodos eleitorais mostram comportamento oportunista com aumento desses indicadores.	Oliveira et al. (2021)
Electoral Budget Cycle: O Endividamento Público no Período Eleitoral no Paraná	Níveis de endividamento público total, receitas de transferências de convênios, períodos eleitorais.	Estudo longitudinal e fenomenológico, com abordagem qualitativa e quantitativa	Foram identificadas evidências de ciclos político-orçamentários (EBC) em períodos eleitorais, com aumento significativo da dívida pública em municípios paranaenses com mais de 200 mil habitantes, indicando manipulações orçamentárias.	Franco et al. (2013).
Influência dos ciclos políticos sobre o índice social municipal (saúde e educação) dos municípios paranaenses a partir da teoria dos lugares centrais	Índice Social: educação, saúde, taxa de abandono, cobertura vacinal Gastos com educação, matrículas na rede municipal, taxa de abandono na rede municipal, percentual de professores com curso superior na rede municipal, gastos líquidos com saúde, taxa de mortalidade infantil, cobertura vacinal, média de consultas médicas por habitante, hierarquia funcional urbana, subordinação direta, subordinação indireta, ciclo político estadual e reeleição do prefeito, mortalidade infantil	Ex post facto e cross-section com técnica estatística de painel	Evidências de influência dos ciclos políticos estaduais sobre os gastos sociais; impacto positivo no índice social; reeleição de prefeitos não apresentou efeitos significativos sobre o Índice Social	Silva et al. (2013)

Ciclos políticos e resultados eleitorais: Um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro	Receita Total, Receita Corrente, Receita Tributária, Receita de Capital, Transferências Correntes, Despesa Total, Despesa Corrente, Despesa de Custeio, Despesa de Capital, PIB Estadual, PIB Nacional, Taxa de Inflação, Fragmentação das Preferências Eleitorais, Alinhamento com o Presidente da República, Emenda da Reeleição, Ciclo Eleitoral, Tendência Linear e Não-linear dos Ciclos Políticos, Programa de Refinanciamento, Lei de Responsabilidade Fiscal.	Modelo econométrico com painel dinâmico	O eleitorado recompensa o oportunismo nos ciclos fiscais, mas esse efeito reduziu ao longo das eleições.	Nakaguma e Bender (2010)
A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010	Receita total, receita corrente, receita tributária, receita de capital, operações de crédito, despesa total, despesa corrente, pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, transferências para estados, DF e municípios, despesa de capital, amortização da dívida, investimentos, despesa com educação e cultura, saúde e saneamento, assistência e previdência, transporte, setor produtivo, PIB per capita (logaritmo natural), dummy para período pré-eleitoral, dummy para período eleitoral, dummy para período pós-eleitoral, dummy para emenda à reeleição e dummy para Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).	Modelo SUR	A política fiscal federal segue um ciclo, com receitas e despesas afetadas pelas eleições presidenciais. A Emenda à Reeleição teve efeito inconclusivo, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal reduziu as oscilações orçamentárias.	Vasconcelos et al. (2013)
Popularity, polarization, and political budget cycles	Popularidade do governo, polarização partidária, probabilidade de reeleição, gastos públicos, déficit público, ciclos eleitorais.	Modelo teórico	A polarização partidária afeta os ciclos orçamentários; em sistemas polarizados, governos impopulares aumentam os gastos pré-eleitorais, enquanto em sistemas menos polarizados, a manipulação fiscal ocorre em eleições disputadas.	Hanusch e Magleby (2014)

Political Business Cycles: Evidence from Taiwan, Japan, and South Korea Using Panel Data Approach	Gastos do governo (G), PIB per capita (GDPPC), receita fiscal (R), dummy eleitoral (ELE).	Modelo vetorial autorregressivo em painel	A variável dummy eleitoral mostra aumento significativo nos gastos governamentais antes e durante os anos eleitorais, com manipulação fiscal como estratégia comum para influenciar eleitores.	Huang (2011)
Ciclos políticos e resultados fiscais na América Latina	Taxa de Inflação, Taxa de Desemprego, Crescimento do PIB, Oferta Monetária, Taxa de Câmbio, Gastos Totais, Gastos Correntes, Gastos de Capital, Arrecadação Tributária, Subsídios e Transferências, Aquisição de Capital Fixo, Resultado Primário, Resultado Global, Dívida Bruta, Dívida Externa, Dívida Externa Total, Comércio Internacional, População Urbana, População de 15 a 64 anos, População com 65 anos ou mais, Taxa de Juros, Reservas Totais, Anos Pré-Eleitorais, Anos Pós-Eleitorais, Segundo Ano Pós-Eleitoral.	Regressão com dados em painel	Ciclos político-econômicos afetam resultados fiscais. Não há amplificação de despesas de forma generalizada em períodos eleitorais, apenas setorial.	Guerra et al. (2024)
A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014	Investimento em infraestrutura, partido de esquerda, partido de centro, ano pré-eleitoral, ano eleitoral, ano pós-eleitoral, partido de esquerda em ano pré-eleitoral, partido de esquerda em ano eleitoral, partido de esquerda em ano pós-eleitoral, partido de centro em ano pré-eleitoral, partido de centro em ano eleitoral, partido de centro em ano pós-eleitoral, governador do estado ser do mesmo partido do presidente, despesas primárias, amortização da dívida, juros e encargos da dívida, receita orçamentária total, receita de transferências de capital, PIB estadual.	Regressão com dados em painel	Partidos de esquerda e centro aumentam investimentos em infraestrutura em períodos pré-eleitorais. Governadores do mesmo partido do presidente reduziram os gastos em infraestrutura, contrariando a expectativa de impacto positivo.	Gonçalves et al. (2017)
Ciclo político orçamentário e os limites da LRF nos municípios do Sul do Brasil no período de 2015 a 2018	Despesas per capita por função (Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Habitação e Urbanismo), dummies para ano eleitoral, ano pré-eleitoral, prefeitos que buscaram reeleição, prefeitos de partidos de esquerda, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, Valor Adicionado Bruto (VAB) da agricultura per capita, Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria per capita.	Regressão com dados em painel	Embora as despesas tenham diminuído durante a recessão, os cortes foram menores no ano eleitoral, indicando menor controle fiscal nos municípios que descumpriram os limites da LRF, alinhando-se parcialmente à teoria dos ciclos políticos.	Machado et al. (2022)
Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: Evidências dos estados brasileiros	Despesas (correntes e de capital; pessoal e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos; inversões financeiras), Primeiro Mandato, Primeiro Mandato e Ano Eleitoral, Segundo Mandato e Ano Eleitoral, ideologia partidária (esquerda/direita),	Regressão com dados em painel	O comportamento oportunista é restrito aos governadores que estão em primeiro mandato e a manipulação é restrita aos investimentos.	Queiroz et al. (2019)

	alinhamento político com o presidente, população estadual (logaritmo natural), ciclos eleitorais.			
Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu Efeito sobre a Dívida Pública	Gastos Públicos, População, Produto Interno Bruto (PIB), Ano Pré-Eleitoral, Ano Eleitoral, Ano Pós-Eleitoral, Partido de Esquerda, Partido de Centro, Partido de Direita, Alinhamento Prefeito-Governador, Alinhamento Prefeito-Presidente, Dívida Pública, Gastos Públicos por Função x Ano Pré-Eleitoral, Gastos Públicos por Função x Ano Eleitoral.	Regressão com dados em painel	Os gastos públicos aumentam a dívida nos anos pré-eleitorais, sem impacto significativo no ano eleitoral, e o alinhamento partidário entre os governos municipal e federal eleva os gastos e a dívida pública.	Wyse et al. (2022)
Political Budget Cycles and Effects of the Excessive Deficit Procedure: The Case of Greece	Saldo orçamentário real (ABB), saldo orçamentário ajustado ciclicamente (CABB), crescimento do PIB (total e per capita), eleições (variável dicotômica), procedimento de déficit excessivo (EDP, variável dicotômica).	Regressão linear com dados em painel	A Grécia apresentou ciclos orçamentários políticos significativos, com déficits aumentando em anos eleitorais. O EDP (Procedimento de Déficit Excessivo) reduziu parcialmente esses déficits, mas os ciclos persistem, refletindo instituições fracas e clientelismo.	Petrakos et al. (2021).
Political and Electoral Characteristics Effect on Public Debt in Brazilian States	Endividamento (END), ano eleitoral (AE), mudança de governador (MGP), primeiro mandato (PME), viés ideológico (ESQ, DIR), alinhamento político (CP), população (POP), região (N, SE, CO, S).	Regressão linear com dados em painel	O endividamento dos estados brasileiros é maior em estados populosos, governados por partidos de esquerda e localizados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, enquanto variáveis como ano eleitoral, mudança de governador e primeiro mandato não tiveram impacto significativo.	Baldissera e Araújo (2021).
Determinantes financeiros do endividamento dos estados brasileiros no período de 2006 a 2016	Endividamento, Estrutura de Capital, Liquidez, Grau de Dependência, Despesa com Pessoal, Gastos com Investimentos, Endividamento Defasado, Liquidez Imediata, Liquidez Geral, Índice de Solvência, Composição do Endividamento.	Regressão linear com dados em painel	Os indicadores de gestão financeira explicam 81,83% das variações no endividamento dos Estados brasileiros com a Federação no período analisado.	Xavier et al. (2020)
A Efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: Um enfoque contábil	Restos a pagar não processados, Restos a pagar processados, Resultado Orçamentário, Geração/Consumo de Caixa, Resultado Financeiro, Receita de Dívida Ativa, Endividamento, Resultado Orçamentário Corrente, Transferências voluntárias da União, Transferências voluntárias dos Estados, Receitas tributárias, Despesas de pessoal, Despesas com investimentos, Acesso a energia e TV, PIB per capita, Índice de Gini, Taxa de analfabetismo, Alinhamento político, Tamanho do município.	Regressão logística	A geração de caixa e o aumento de investimentos em anos eleitorais favorecem a reeleição, enquanto o aumento do resultado orçamentário reduz as chances de recondução, explorando a falta de racionalidade dos eleitores.	Vicente e Nascimento (2012)

Características Políticas e Desempenho Financeiro Público Sob a Luz da Teoria dos Ciclos Políticos	Desempenho financeiro, ano eleitoral, mudança de gestor público, gestor em primeiro mandato e logaritmo natural da população.	Regressão múltipla com dados em painel	Os resultados revelam que o ano eleitoral influencia positivamente o desempenho financeiro, porém tal relação é negativa em períodos em que ocorre mudança de gestor.	Fiirst et al. (2019)
Avaliação dos Determinantes de Endividamento Público dos Entes Subnacionais Brasileiros	Endividamento público, despesa com pessoal, liquidez, despesa com investimento.	Regressão múltipla em <i>cross-section</i>	As despesas com pessoal aumentaram o endividamento estadual, enquanto a liquidez reduziu. Investimentos não tiveram impacto significativo, destacando a importância do controle fiscal.	Cassimiro et al. (2021)
Ciclos Político-Orçamentários e Reeleição: Um Estudo para os Municípios do Norte do Brasil	Despesa orçamentária per capita, receita orçamentária per capita, passivo financeiro per capita, resultado do pleito (dummy: 1 para prefeitos reeleitos, 0 para não reeleitos)	Regressão múltipla em <i>cross-section</i> e Mann-Whitney	A reeleição incentiva políticas fiscais responsáveis, enquanto candidatos sem chances de reeleição aumentam a dívida pública, prejudicando a gestão futura.	Silva et al. (2011)
Ciclo orçamentário político: Uma análise nos municípios brasileiros	Despesas empenhadas, restos a pagar processados e não processados, receitas próprias, transferências federais e estaduais, empréstimos, gastos com investimento, superávit, déficit, Produto Interno Bruto Municipal (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Desenvolvimento Humano Educacional (IDHME), turno eleitoral, eleição/reeleição, partido no governo e ano eleitoral.	Regressão <i>tobit</i> em dados em painel	Os gastos com investimentos e empréstimos aumentaram durante o período eleitoral, especialmente em casos de igualdade partidária e reeleição, enquanto normas orçamentárias não foram cumpridas	Crispim et al. (2021)

A análise da tabela apresentada – juntamente com os dados do estudo – permite chegar a algumas conclusões importantes sobre os ciclos políticos e o endividamento público. De modo geral, observa-se que variáveis como ano eleitoral, déficit fiscal, gastos públicos e dívida pública são amplamente utilizadas e recorrentes na literatura, refletindo sua centralidade nas análises sobre ciclos políticos e orçamentários. Variáveis como alinhamento partidário, estabilidade política e polarização partidária aparecem com maior frequência em situações específicos, como democracias emergentes ou locais com maior fragilidade institucional. Essas escolhas demonstram tanto a maturidade institucional quanto às peculiaridades econômicas de cada região estudada.

Do ponto de vista metodológico, a predominância de análises de dados em painel e métodos avançados destaca o rigor analítico dos estudos, especialmente os internacionais, que frequentemente integram variáveis institucionais, como regras fiscais e estabilidade política. No Brasil, a ênfase em transferências intergovernamentais e mudanças de gestores públicos reflete as especificidades locais e a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem sido destacada como moderadora dos ciclos políticos.

De maneira geral, com base na literatura revisada, observa-se que países desenvolvidos tendem a mitigar parcialmente práticas oportunistas por meio de instituições robustas, enquanto países emergentes enfrentam desafios mais significativos, como fragilidade institucional e maior dependência econômica, o que amplifica os impactos dos ciclos político-orçamentários.

Com base nas reflexões apresentadas, fica evidente que o endividamento público está intrinsecamente ligado aos ciclos políticos, sendo fortemente influenciado por fatores como a busca pela reeleição, o alinhamento partidário, a filiação ideológica dos gestores e o comportamento de prefeitos que não buscam reeleição. A literatura demonstra que governantes elegíveis para reeleição tendem a adotar estratégias oportunistas, utilizando gastos visíveis e manipulações fiscais para conquistar eleitores. Prefeitos que não disputam reeleição podem adotar práticas que resultam em altos níveis de endividamento, com o objetivo de limitar as ações do sucessor e prejudicar a próxima administração. Além disso, a filiação partidária, seja associada a partidos de direita ou esquerda, condiciona as decisões fiscais, refletindo diferentes prioridades ideológicas.

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou como têm sido conduzidas as pesquisas sobre ciclos políticos e

endividamento público, com foco nas abordagens teórico-conceituais e empíricas. Do ponto de vista teórico, destaca-se a ampla contribuição de estudos que evidenciam a interação entre política e economia, com ênfase nos ciclos político-orçamentários e no oportunismo eleitoral. A literatura aponta que – no panorama eleitoral – gestores públicos tendem a adotar práticas oportunistas, como o aumento de despesas visíveis (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988; Plaček et al., 2016, Queiroz et al., 2019) e a manipulação de resultados fiscais (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988; Shi & Svensson, 2006; Brender & Drazen, 2005;) buscando maximizar o capital político e garantir a reeleição. Ademais, as investigações ressaltam que características institucionais, como a maturidade democrática e a robustez de leis fiscais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil, influenciam diretamente a intensidade e os efeitos desses ciclos (Vasconcelos et al., 2013).

Do ponto de vista empírico, as metodologias empregadas, como análises de dados em painel e modelos vetoriais autorregressivos, têm permitido explorar as relações entre ciclos políticos e variáveis fiscais de maneira mais robusta. As investigações destacam que anos eleitorais frequentemente resultam em aumentos de gastos públicos e endividamento (Petrakos et al., 2021; Prado-Lorenzo et al., 2014; Franco et al., 2013), mas a eficácia dessas práticas oportunistas está diretamente relacionada à capacidade de gestores públicos em ajustar gastos e políticas fiscais de maneira estratégica, especialmente em áreas de maior visibilidade, buscando influenciar positivamente a percepção dos eleitores sobre a gestão (Hein et al., 2024; Guerra et al., 2024). Esses ajustes, frequentemente observados em anos eleitorais, incluem um aumento nos gastos com capital fixo, permitindo a entrega de resultados visíveis que favorecem a imagem pública dos gestores.

As evidências indicam que o endividamento público é – em muitos casos – utilizado como ferramenta estratégica em períodos eleitorais. Governantes frequentemente ampliam gastos públicos em períodos pré-eleitorais para sinalizar competência e aumentar suas chances de reeleição (Shi & Svensson, 2006). O endividamento público também pode ser empregado para restringir a capacidade de sucessores de implementarem políticas desalinhadas com a visão ideológica do governo atual, reduzindo o espaço fiscal disponível (Persson & Svensson, 1989; Alesina & Tabellini, 1990).

Estudos como o de Vicente & Nascimento (2012) sugerem que déficits orçamentários e a redução do resultado orçamentário corrente em anos eleitorais podem diminuir as chances de recondução de prefeitos ou aliados políticos. Esse resultado reforça que práticas de gestão fiscal responsáveis não apenas promovem a sustentabilidade financeira, mas também são fundamentais para a continuidade política. Estudos como os de Santos (2024) e Fiirst et al.

(2019) indicam que, superávits e bom desempenho orçamentário em períodos eleitorais podem ser utilizados como estratégia para sinalizar responsabilidade fiscal e favorecer a imagem dos gestores.

Esses resultados positivos podem – em parte – refletir a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impõe limites e promove maior controle sobre as contas públicas, incentivando práticas fiscais mais responsáveis e transparentes durante períodos eleitorais.

Em síntese, as pesquisas sobre ciclos políticos e endividamento público têm avançado, mas apresentam diferenças regionais e metodológicas que refletem tanto a maturidade institucional quanto as características econômicas de cada localidade. Investigações futuras devem buscar superar essas limitações para promover um entendimento mais amplo e consistente sobre o tema.

A pesquisa apresenta contribuição teórica ao reunir e sintetizar criticamente os principais conceitos que relacionam ciclos políticos e endividamento público, oferecendo subsídios para futuras investigações. No campo prático, ela destaca variáveis e metodologias relevantes para análises sobre a influência de fatores políticos na gestão da dívida pública. Como contribuição social, o estudo reforça a importância da responsabilidade fiscal e promove o debate sobre os impactos de práticas oportunistas na qualidade dos serviços públicos, especialmente em realidades menos consolidadas.

Apesar dos avanços nas investigações, persistem lacunas, como a necessidade de maior integração entre abordagens nacionais e internacionais e o aprofundamento de análises comparativas entre economias emergentes e desenvolvidas. As limitações deste estudo incluem seu recorte exclusivamente bibliográfico, sem aplicação de métodos empíricos ou quantitativos, e a possibilidade de interpretações subjetivas do pesquisador, que podem influenciar a seleção e análise das fontes revisadas. Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se que as pesquisas ampliem o recorte exclusivamente bibliográfico, sem aplicação de métodos empíricos ou quantitativos, e a possibilidade de interpretações subjetivas do pesquisador, que podem influenciar a seleção e análise das fontes revisadas. escopo geográfico para incluir economias emergentes menos estudadas, permitindo análises mais abrangentes entre diferentes realidades institucionais.

REFERÊNCIAS

- Alesina, A., & Tabellini, G. (1990). A positive theory of fiscal deficits and government debt. *The review of economic studies*, 57(3), 403-414. doi:10.2307/2297727
- Aranda, C., Arellano, J., & Dávila, A. (2021). Budgeting in public organizations: the influence of managerial and political aspects. *European Accounting Review*, 32(2), 345–377. doi: 10.1080/09638180.2021.1972325
- Baldissera, J. F., & Araújo, M. P. (2021). Características políticas e eleitorais e o efeito no endividamento dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1). doi:10.21118/apgs.v13i1.8254
- Barcellos, C. V. (2020). *Despesa pública e ciclos políticos orçamentários: Análise da utilização política das leis orçamentárias em processos eleitorais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52982>
- Bartoluzzio, A. I. S., & Anjos, L. C. M. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), 167-180. doi: 10.1590/1982-7849rac2020190190
- Bastida, F., Beyaert, A., & Benito, B. (2013). Electoral cycles and local government debt management. *Local Government Studies*, 39(1), 107-132. doi:10.1080/03003930.2012.683861
- Botelho, R. (2002). *Determinantes do comportamento fiscal dos estados brasileiros* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Braga, B. M., & Fiirst, C. (2025). Endividamento público e ciclos políticos: Uma revisão bibliométrica e sociométrica. In B. M. Braga, *Endividamento público e ciclos políticos: Uma análise dos municípios do Paraná* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of monetary Economics*, 52(7), 1271-1295. doi: 10.1016/j.jmoneco.2005.04.004
- Brusca, I., Labrador, M., & Montesinos, V. (2015). The influence of elections on local government management: an empirical analysis for the Spanish region of Valencia. *Gestión y política pública*, 24(2), 459-489. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-10792015000200005&lng=es&tlng=.
- Cassimiro, F. I., Nascimento, R. S., & Viotto, R. (2021). Avaliação dos determinantes de endividamento público dos entes subnacionais brasileiros. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 19(1), 236–274. doi:10.32586/rcda.v19i1.670
- Chortareas, G., Logothetis, V., & Papandreou, A. A. (2016). Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. *European Journal of Political Economy*,

43, 1-13. doi:10.1016/j.ejpoleco.2016.02.001

- Crispim, G., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, C. D. (2021). Ciclo Orçamentário Político: uma análise nos municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 106-123. doi:10.14392/asaa.2021140104
- Dal-Ri, F., & Correia, F. M. (2019). Ciclos político-eleitorais e alocação dos gastos públicos: uma análise para os municípios brasileiros. *Revista de Economia*, 40(73), 305-322. doi: 10.5380/re.v40i73.68176
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, 65(2), 135-150.
- Działo, J., Guziejewska, B., Majdzińska, A., & Żółtaszek, A. (2019). Determinants of Local Government Deficit and Debt: Evidence from Polish Municipalities. *Lex Localis-Journal of Local Self-Government*, 17(4). doi:10.4335/17.4.1033-1056
- Fernández, P. E., & Jiménez, D. P. (2002). *Análisis del endeudamiento y efectos de su control en las corporaciones locales*. Anais do IX Encontro de Economia Pública, Vigo, Espanha. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3132196.pdf>
- Filipiak, B. Z., & Kluza, K. (2022). Political business cycle in local governments in transition and developing economies. Literature Review and Empirical Study for Poland. *Lex localis-Journal of Local Self-Government*, 20(4), 1057-1082. doi:10.4335/20.4.1057-1082
- Fiirst, C., Santos, A. C. dos, Junior, M. M. R., & Zonatto, V. C. S. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Contextus—Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(1), 127-144. doi:10.19094/contextus.v17i1.33608
- Franco, L. M. G., Nascimento, C. do, Espejo, M. M. D. S. B., Rezende, D. A., & Pfitscher, E. D. (2013). Electoral Budget Cycle: o endividamento público no período eleitoral no Paraná. *Revista Reuna*, 18(4), 57-74. Recuperado de <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/72>
- García-Sánchez, I. M., Mordán, N., & Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). Do electoral cycles affect local financial health?. *Policy Studies*, 35(6), 533-556. doi:10.1080/01442872.2014.971727
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481. doi: 10.1590/0034-7612156337
- Guerra, D. L. B., Silva Netto, J. L. D., & Aragón, E. K. S. B. (2024). Ciclos políticos e resultados fiscais na América Latina. *Nova Economia*, 34, e7813. doi: 10.1590/0103-6351/7813
- Hanusch, M., & Magleby, D. B. (2014). Popularity, polarization, and political budget cycles. *Public Choice*, 159, 457-467. doi: 10.1007/s11127-012-0055-5
- Hein, A. F., Henz, A. V., Bruch, M., & Jacome, N. A. (2024). A teoria dos ciclos político e as evidências de manipulações eleitoreiras no contexto brasileiro. *Contabilidade em Pauta*,

8(1), e391-e391. doi:10.55905/contabv8n1-001

- Huang, C. J. (2011, maio). Political business cycles: Evidence from Taiwan, Japan, and South Korea using panel data approach. In *Anais do International Conference on E-Business and E-Government (ICEE)* (pp. 1-4). IEEE. doi:10.1109/ICEBEG.2011.5882403
- Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Lima, S. C. D. (2011). *Desempenho fiscal da dívida dos grandes municípios brasileiros* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. doi:10.11606/T.12.2011.tde-01022012-174857
- Luz, M. M. D. (2012). *Qual a relação entre endividamento público e crescimento econômico?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/54514>
- Macedo, J. J., & Corbari, E. C. (2009). Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(Ed. esp.), 44-60. doi:10.1590/S1519-70772009000300004
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2010). Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 64, 3-24. doi: 10.1590/S0034-71402010000100001
- Nguyen, T. C., & Tran, T. L. (2023). The political budget cycles in emerging and developing countries. *Journal of Economics and Development*, 25(3), 205-225. doi: 10.1108/JED-01-2023-0015
- Nordhaus, W. D. (1975). The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190. doi:10.2307/2296528
- Nordhaus, W. D., Alesina, A., & Schultze, C. L. (1989). Alternative approaches to the political business cycle. *Brookings Papers on Economic Activity*, (2), 1-68. Recuperado de <https://www.brookings.edu/articles/alternative-approaches-to-the-political-business-cycle/>
- Oliveira, T. M. G., Dall'Asta, D., Zonatto, V. C. S., & Martins, V. A. (2021). Gestão fiscal municipal: Uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(4). doi:10.21118/apgs.v13i4.11770
- Pavlović, D., & Bešić, M. (2019). Political institutions and fiscal policy: evidence from post-communist Europe. *East European Politics*, 35(2), 220-237. doi:10.1080/21599165.2019.1594786
- Persson, T., & Svensson, L. E. (1989). Why a stubborn conservative would run a deficit: Policy with time-inconsistent preferences. *The Quarterly Journal of Economics*, 104(2), 325-345. doi: 10.2307/2937850
- Petrakos, G., Rontos, K., Vavoura, C., Salvati, L., & Vavouras, I. (2021). Political budget cycles and effects of the excessive deficit procedure: The case of Greece. *Regional Statistics*,

11(2), 32-51. doi:10.15196/RS110202

- Pettersson, P. (1999). *An empirical investigation of the strategic use of debt* (Working Paper No. 1999:4). Department of Economics, Uppsala University. doi: 10.1086/321021
- Plaček, M., Půček, M., Ochrana, F., Křápek, M., & Matějová, L. (2016). Political business cycle in the Czech Republic: Case of municipalities. *Prague Economic Papers*, 25(3), 304-320. doi:10.18267/j.pep.566
- Prado-Lorenzo, J. M., García-Sánchez, I. M., & Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). Do electoral risks moderate the effect of partisan and electoral cycles on debt-financed local spending?. *Local Government Studies*, 40(5), 745-765. doi:10.1080/03003930.2013.799065
- Queiroz, D. B. de, Morais, L. M. F. de, Souza, A. G. S. F. de, & Silva, V. K. R. da. (2019). Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: evidências dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2), 232-250. doi:10.21118/apgs.v11i2.5492
- Raveh, O., & Tsur, Y. (2020). Reelection, growth and public debt. *European Journal of Political Economy*, 63, 101889. doi:10.1016/j.ejpoleco.2020.101889
- Reischmann, M. (2016). Creative accounting and electoral motives: Evidence from OECD countries. *Journal of Comparative Economics*, 44(2), 243-257. doi:10.1016/j.jce.2015.07.001
- Ribeiro, N. A., & Jorge, S. M. (2013). O ciclo estratégico do endividamento nos municípios portugueses. In *Anais do XVII Congresso AECA*. Pamplona, Espanha: AECA. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10198/8996>
- Ribeiro, N. A., & Jorge, S. M. F. (2015). Political-ideological circumstances and local authorities' debt: Evidence from Portuguese municipalities. *Contemporary Economics*, 9(2), 155-170. doi:10.5709/ce.1897-9254.164
- Ribeiro, R. R. M., Mattos, R. M. de, Pavão, J. A., Borges, I. M. T., & Mattiello, K. (2024). Análise da gestão de endividamento público nas cinco melhores cidades para se viver no Paraná. *Seven Publicações Acadêmicas*, 655-673. doi:10.56238/sevened2024.003-049
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(2), 21-36. doi:10.2307/2006733
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The review of economic studies*, 55(1), 1-16.
- Santos, C. I. B. N. (2024). A influência dos ciclos eleitorais sobre o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32042>
- Shi, M., & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: Do they differ across countries and why?. *Journal of public economics*, 90(8-9), 1367-1389. doi: 10.1016/j.jpubeco.2005.09.009
- Silva, C. B. da, Zilli, G. R., & Correia, F. M. (2022). Determinantes da composição dos gastos

- públicos: uma análise para os municípios brasileiros. *Revista Econômica do Nordeste*, 53(2), 144-159. doi: 10.61673/ren.2022.1330
- Silva, M. F. G. (2022). A moral da dívida pública. *Brazilian Journal of Political Economy*, 18, 241-259. doi: 10.1590/0101-31571998-1255
- Silva, N. O. (2020). *Gastos sociais e accounting gimmicks: uma percepção dos ciclos políticos eleitorais nos municípios do centro-oeste brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/38469>
- Silva, S. L. P., Faroni, W., & Barbiéri, R. S. (2011). Ciclos político-orçamentários e reeleição: um estudo para os municípios do Norte do Brasil. *Revista Científica da FAMINAS*, 7(1), 99-120. Recuperado de <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/268>
- Silva, W. V. da, Machado, E. A., Almeida, L. B. de, & Castor, B. J. V. (2014). Influência dos ciclos políticos sobre o índice social municipal (saúde e educação) dos municípios paranaenses a partir da teoria dos lugares centrais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 10(2), 203-223. Recuperado de <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1357>
- Siqueira, F. F. de. (2016). Ciclo político: uma revisão literária. *Informações Fipe-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas*, (427). Recuperado de <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif427-57-66.pdf>
- Streb, J. M., & Torrens, G. (2013). Making rules credible: divided government and political budget cycles. *Public Choice*, 156, 703-722. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s11127-012-9923-2>
- Trzeciakowski, R., Cizkowicz, P., & Rzońca, A. (2023). Fiscal decentralization in Poland: 2004-2019 municipal and city dataset. *Data in Brief*, 48, 109154. doi: 10.1016/j.dib.2023.109154
- Vasconcelos, R. D., Ferreira, S., Jr., & Nogueira, R. P., Jr. (2013). A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos ciclos políticos eleitorais, 1985-2010. *Economia Aplicada*, 17, 325-354. doi: 10.1590/S1413-80502013000300005
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. do. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106-126. doi: 10.11606/rco.v6i14.45402
- Wyse, M. N. O., Machado, D. P., Gomes, D. G. de, & Fernandez, R. N. (2022). Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública. *Revista Gestão & Conexões*, 11(3), 55-73. doi:10.47456/regec.2317-5087.2022.11.3.38335.55-73
- Xavier, A. E., Jr., Rebouças, R. M. M., Regis, S., & Rêgo, T. F. (2020). Determinantes financeiros do endividamento dos estados brasileiros no período de 2006 a 2016. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 13(1), 134-155. Recuperado de <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5155>

CICLOS POLÍTICOS E ENDIVIDAMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Brunna Mendonça Braga¹
Clóvis Fiirst²

RESUMO: O artigo analisa a influência dos ciclos políticos eleitorais no endividamento dos municípios do Paraná – entre 2013 e 2020 – com base na Teoria dos Ciclos Político-Econômicos. A pesquisa utiliza dados em painel dos 399 municípios do estado, considerando variáveis como status de reeleição, alinhamento partidário com o governo estadual e orientação ideológica dos prefeitos. Os resultados mostram que o endividamento tende a crescer nos anos pré-eleitorais, especialmente entre prefeitos com status de reeleição. Também se observam níveis mais elevados de endividamento, no ano eleitoral, entre prefeitos alinhados politicamente ao governo estadual. Além disso, prefeitos de esquerda apresentaram menores níveis médios de endividamento, enquanto os de direita não demonstraram variações significativas.

O estudo contribui para o avanço teórico ao demonstrar como variáveis políticas influenciam a gestão da dívida em nível local. Do ponto de vista prático, oferece subsídios para o aprimoramento do planejamento e da gestão fiscal municipal, especialmente em períodos eleitoralmente sensíveis, como os anos pré e pós-eleitorais. Socialmente, destaca a importância da transparência fiscal e da participação cidadã para evitar práticas oportunistas que comprometam a sustentabilidade financeira e os serviços públicos.

Palavras-chave: Endividamento Público; Ciclos Eleitorais; Ciclos Políticos; Municípios.

POLITICAL CYCLES AND PUBLIC DEBT: AN EMPIRICAL ANALYSIS OF MUNICIPALITIES IN PARANÁ

ABSTRACT: This article analyzes the influence of electoral political cycles on municipal debt in the state of Paraná, Brazil, between 2013 and 2020, based on the Theory of Political Business Cycles. The research uses panel data from all 399 municipalities in the state, considering variables such as re-election status, political alignment with the state government, and the ideological orientation of mayors. The results show that debt tends to increase in pre-election years, especially among mayors eligible for re-election. Higher levels of indebtedness were also observed, during election years, among mayors politically aligned with the state government. Additionally, left-wing mayors presented lower average levels of indebtedness, while right-wing mayors did not show statistically significant variations. The study contributes to theoretical advancement by demonstrating how political variables influence debt management at the local level. From a practical perspective, it provides insights to improve fiscal planning and management in municipalities, especially during politically sensitive periods such as pre- and post-election years. Socially, it highlights the importance of fiscal transparency and citizen participation to prevent opportunistic practices that may undermine financial sustainability and public service delivery.

Keywords: Public Debt; Electoral Cycles; Political Cycles; Municipalities.

¹ Mestranda em Contabilidade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Cascavel, e-mail: brunnabrag@hotmail.com

² Doutor em Contabilidade e Administração pela Universidade Regional de Blumenau-SC – FURB. Docente do Mestrado em Contabilidade, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Cascavel, e-mail: cfiirst@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A política local é central no sistema federal brasileiro, com a Constituição de 1988 atribuindo aos municípios a responsabilidade prioritária pela provisão de serviços públicos, enquanto os governos federal e estadual desempenham um papel subsidiário. Embora a arrecadação de impostos seja centralizada no nível federal, as despesas e a provisão de serviços são descentralizadas, com prefeitos sendo vistos como os principais responsáveis pela qualidade dos serviços locais. Os municípios, com menores distritos eleitorais, são o foco principal do jogo político no Brasil (Klein & Sakurai, 2015).

A análise dos municípios é relevante; devido à proximidade dos indivíduos com essas esferas de poder, é razoável considerar que a demanda da sociedade por recursos públicos recai principalmente sobre a administração municipal, já que é nos municípios que os indivíduos vivem seu dia a dia e buscam melhorar sua qualidade de vida (Sakurai, 2007). No entanto, o endividamento público surge como um desafio, ocorrendo quando as despesas superam as receitas do ente público. O endividamento pode ser financiado por concessão de crédito voluntária, como empréstimos de instituições financeiras, ou de forma involuntária, resultando no não pagamento de fornecedores e funcionários públicos, que recebem com atraso, sem juros e correção monetária (Macedo & Corbari, 2009).

Desde que Nordhaus (1975) introduziu seu modelo de ciclo político-econômico, sugerindo que políticos incumbentes, buscando reeleição, agiriam de forma oportunista ao promover políticas econômicas expansionistas antes das eleições, muitos estudos empíricos testaram essa teoria. A ambição de reeleição é considerada a principal motivação para esses ciclos; no entanto, grande parte da literatura ignora que nem todos os incumbentes são elegíveis ou buscam reeleição, um ponto crítico, pois aqueles que não são elegíveis não deveriam – em teoria – adotar políticas fiscais oportunistas para aumentar suas chances de reeleição (Klein & Sakurai, 2015). A elegibilidade para reeleição influencia as estratégias fiscais, sugerindo que políticos em primeiro mandato podem adotar políticas fiscais mais frouxas em anos eleitorais, enquanto aqueles em último mandato, impedidos de concorrer novamente, têm menos incentivos para tal comportamento. A questão que fica é até mesmo políticos em último mandato podem agir estrategicamente (Klein & Sakurai, 2015).

Além disso, Nooruddin e Chhibber (2008) observam que, quando o espaço fiscal é reduzido por crises econômicas, gastos excessivos ou baixa arrecadação de impostos, o governo não consegue fornecer os recursos prometidos, levando os cidadãos a trocarem seus votos e

retirarem o governo incumbente do poder. A nova oposição que assume o poder pode enfrentar as mesmas limitações fiscais, correndo o risco de também ser punida pelos eleitores na próxima eleição se não conseguir melhorar sua posição financeira.

Embora o ciclo político-econômico – concentrado em questões macroeconômicas – também justifique o estudo dos ciclos eleitorais e fiscais, este trabalho segue a orientação de Rogoff (1990), que sugere que os estudos empíricos sobre ciclos políticos devem focar no poder local; nesse caso, os municípios, e nos ciclos orçamentários políticos. Rogoff argumenta que os testes empíricos sobre a existência de ciclos eleitorais devem se concentrar nos instrumentos de política orçamentária que são mais fáceis de serem manipulados pelos prefeitos do que os dados macroeconômicos, como renda per capita e taxa de desemprego.

Os criadores da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) buscaram garantir maior transparência na utilização do dinheiro público ao exigir dos governantes um controle mais rigoroso sobre os gastos. Entretanto os rigores das regras fiscais não impedem que líderes políticos tomem decisões politicamente racionais (Souza, 2008).

As regras fiscais podem ter diferentes impactos: podem induzir governos a adotarem comportamentos fiscais mais responsáveis, levando a bons resultados; podem dificultar o uso de políticas fiscais anticíclicas e a operação de estabilizadores automáticos, resultando em efeitos negativos; ou podem, ainda, promover contabilidade criativa, sem produzir efeitos significativos na política fiscal geral (Milesi-Ferretti, 2003).

O estudo de Franco et al. (2013) identificou evidências do Ciclo Orçamentário Eleitoral (EBC) nos índices de endividamento, em sete municípios paranaenses com mais de 200 mil habitantes, durante as eleições de 2000, 2004 e 2008. O fenômeno foi observado em pelo menos um período eleitoral em todos os municípios; em três deles, ao longo dos três ciclos analisados, indicando que o EBC pode impactar tanto o endividamento quanto as receitas de convênios. Evidências adicionais podem ser encontradas em Silva et al. (2011), que observam comportamentos fiscais distintos conforme a possibilidade de reeleição dos gestores. Mais recentemente, estudos como o de Wyse et al. (2022) também apontam para o aumento do endividamento em períodos que antecedem as eleições. Tais evidências sugerem que o comportamento observado por Franco et al. (2013) não se trata de um caso isolado, mas de um padrão recorrente, ainda que condicionado a fatores específicos de cada contexto.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão: **Qual é a influência das características políticas no endividamento do setor público, considerando a teoria dos ciclos orçamentários políticos, nos municípios do Paraná?**

A pesquisa se justifica pelo fato de que – embora a produção acadêmica sobre ciclos

político-orçamentários venha se ampliando no Brasil e em outros países – ainda são escassas as análises empíricas que investigam, de forma integrada, a influência de variáveis políticas, como *status* de reeleição dos prefeitos, alinhamento partidário e orientação ideológica, sobre o endividamento público nos municípios paranaenses. A ausência de estudos que combinem essas dimensões em recortes regionais específicos limita a compreensão dos condicionantes políticos da gestão fiscal local. Nesse sentido, ao focalizar os municípios do Paraná – entre 2013 e 2020 –, este estudo contribui para preencher essa lacuna regional e oferecer evidências sobre os efeitos dos ciclos eleitorais nas decisões de endividamento, considerando características políticas dos gestores locais, ampliando o debate sobre responsabilidade fiscal e comportamento oportunista no âmbito subnacional.

Diante disso, destaca-se que a proximidade entre cidadãos e governantes no âmbito municipal, aliada à centralidade das políticas públicas locais no Brasil, reforça a relevância de investigar como o comportamento político influencia a condução das finanças públicas nesse nível de governo.

A relação entre decisões econômicas e motivações eleitorais é abordada na literatura por meio da Teoria dos Ciclos Orçamentários Eleitorais (EBC), já reconhecida no cenário brasileiro. No entanto, como destaca Franco et al. (2013), ainda é necessário aprofundar os estudos sobre as implicações dessas práticas no nível municipal, especialmente quando podem ser influenciadas por interesses políticos.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar a influência das características políticas como o *status* de reeleição dos prefeitos, o alinhamento partidário com o governo estadual e a orientação ideológica dos gestores sobre o endividamento dos municípios paranaenses, à luz da Teoria dos Ciclos Orçamentários Políticos. Para isso, adota-se uma abordagem quantitativa, com base em dados dos 399 municípios do estado nos anos eleitorais de 2012 e 2016.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos primeiros estudos a relacionar comportamento eleitoral e política econômica em governos democráticos é o livro "Uma Teoria Econômica da Democracia" (1957) de Anthony Downs. O autor busca explicar como eleitores racionais escolhem seus governantes, considerando que o objetivo das eleições é selecionar um governo. Downs define o *homo politicus* como um eleitor racional que, em uma democracia modelo, é capaz de classificar e indicar preferências de forma transitiva e constante (Bolzan, 2016).

A Teoria dos Ciclos Político-Econômicos foi inicialmente proposta por Nordhaus em 1975 e apresenta que as decisões políticas contemporâneas moldam o bem-estar futuro, afetando o investimento em capital e a conservação de recursos, além de influenciar a inflação e deflação. A governança econômica envolve escolhas críticas entre os benefícios presentes e futuros, refletindo diretamente nas políticas de investimento público.

Esta teoria identifica uma correlação entre o comportamento das variáveis macroeconômicas e a realização de eleições, sugerindo que os ciclos eleitorais podem ter um impacto significativo no desempenho econômico de uma nação (Neto & Rossi, 2016), tanto a cronologia das eleições quanto as inclinações ideológicas dos partidos podem impactar as oscilações econômicas. Isso indica a possibilidade de ciclos econômicos que são tanto oportunistas quanto influenciados pela afiliação partidária (Puchale et al., 2020).

Em contextos democráticos, a competição eleitoral incentiva os detentores de cargos públicos a adotar políticas econômicas deliberadas durante o período de campanha para persuadir o eleitorado. Segundo a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos, é comum que os governantes manipulem as políticas fiscal, monetária e cambial a fim de melhorar a percepção econômica do país antes das eleições, aumentando, assim, a probabilidade de reeleição (Larraín & Assael, 1995). A teoria sugere que os governantes manipulam a política econômica para aumentar suas chances de vitória eleitoral, uma hipótese suportada por evidências empíricas de oportunismo político tanto em variáveis macroeconômicas quanto em instrumentos da política econômica (Preussler, 2001).

Por meio da implementação de políticas fiscais e monetárias, políticos têm a capacidade de criar o chamado ciclo político-econômico. Esse ciclo se caracteriza pela criação de condições econômicas que parecem ser benéficas para a sociedade ou para um segmento específico dela, com o objetivo de melhorar suas chances de serem reeleitos. Esta estratégia envolve manipular a economia de forma a apresentar uma situação vantajosa para os eleitores no período que antecede às eleições (Siqueira, 2016). Castro et al. (2016), reforçam que a literatura sobre os chamados ciclos político-econômicos explora a possibilidade de que variáveis econômicas sejam manipuladas durante períodos que antecedem eleições com o intuito de influenciar o eleitorado. Complementa que alterações nos indicadores econômicos, tais como inflação, desemprego, taxas de juros, além de ajustes em gastos governamentais e políticas tributárias, são examinadas como ferramentas que os governos podem usar de maneira discricionária para moldar as preferências dos eleitores. Assim, o voto do cidadão pode ser orientado pela percepção de seu bem-estar econômico individual.

O estudo seminal de Nordhaus pode ser contestado à luz da teoria das expectativas racionais, pois seu modelo sugere que os eleitores podem ser continuamente enganados pelo governante, mesmo que a política de expansão monetária tenha um efeito limitado no crescimento econômico a médio prazo. Um refinamento dessa teoria, conhecido como Ciclo Político-Orçamentário, desenvolvido por Rogoff (1990), concentra-se na estratégia do governante em relação à política fiscal. Segundo esse estudo, os eleitores não observam diretamente a competência administrativa dos políticos. A existência de informação incompleta oferece ao político competente um incentivo para distorcer a política fiscal antes das eleições, visando aumentar suas chances de reeleição (Ferreira & Bugarin, 2007).

Em suma, a Teoria dos Ciclos Políticos explora a relação entre economia, política e eleições, sugerindo que governantes tomam decisões econômicas estratégicas durante o ciclo eleitoral para influenciar os eleitores. Downs (1957) propôs que partidos formulam políticas públicas para ganhar votos, enquanto Nordhaus (1975) identificou que governantes reduzem o desemprego antes das eleições, aplicando medidas corretivas depois para conter a inflação, caracterizando o Political Business Cycle. Rogoff (1990) expandiu essa ideia, mostrando que a manipulação ocorre em variáveis fiscais visíveis, o que aumenta as chances de reeleição, formando o Political Budget Cycle (Queiroz et al., 2019).

A influência de cenários econômicos afetados por motivações políticas tem recebido atenção na literatura, especialmente diante de evidências empíricas da presença da Teoria dos Ciclos Orçamentários Eleitorais no Brasil. Ainda assim, observa-se a necessidade de aprofundar os estudos em nível municipal, com foco na identificação de decisões tomadas em períodos eleitorais que estejam em descompasso com a previsão orçamentária e que podem resultar em déficits fiscais posteriores. Tais práticas frequentemente refletem interesses políticos particulares e justificam uma análise crítica da gestão pública em contextos eleitorais (Franco et al., 2013).

Os achados da pesquisa de Wyse et al. (2022) indicam que os gastos públicos exercem influência sobre a dívida pública nos municípios do Rio Grande do Sul. Quando esses gastos são analisados levando em conta o ciclo político – particularmente em anos pré-eleitorais – observa-se um impacto positivo na dívida pública. Isso implica que, no ano anterior às eleições, a relação entre gastos públicos e a dívida pública municipal se intensifica. No entanto, no ano em que ocorrem as eleições, essa relação não mostrou significância estatística.

Esses resultados são complementados pelo estudo de Baldissera e Araújo (2021), que também constataram que o ano eleitoral não influencia o endividamento dos estados brasileiros e ainda que mudanças nos gestores públicos não resultam em variações significativas no

endividamento. Essa estabilidade pode ser explicada por uma combinação de fatores, como restrições legais e burocráticas. O fato de o endividamento permanecer estável durante os anos eleitorais pode refletir o esforço dos políticos em demonstrar uma gestão econômica responsável, ou pode indicar que as medidas de controle social, o monitoramento externo e as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal têm sido eficazes em conter o endividamento dos estados nesses períodos.

Diante desses achados, formula-se a seguinte hipótese, com base na expectativa de que a elevação do endividamento, quando ocorre, tende a ser antecipada ao ano eleitoral, concentrando-se no período pré-eleitoral:

H1: O ano pré-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios paranaenses.

Ademais, Silva et al. (2011) observaram que – nos municípios do norte nas eleições de 2008 – a possibilidade de reeleição pode levar a uma gestão fiscal mais prudente pelos governantes municipais. Segundo os autores, políticos com perspectivas de reeleição tendem a evitar dívidas excessivas para não terem que lidar com as consequências em um futuro mandato. Em contrapartida, aqueles sem expectativas de reeleição podem deixar uma dívida maior para influenciar a gestão do sucessor.

Esses resultados, que destacam a prudência fiscal diante da possibilidade de reeleição, coincidem com as conclusões de Fiirst et al. (2019), os quais analisaram os municípios paranaenses entre 2013 e 2016 e identificaram comportamentos oportunistas dos gestores públicos, principalmente em anos eleitorais e durante transições de gestão. Essa conduta revela como o momento do ciclo político pode interferir na gestão fiscal, seja por precaução, seja por oportunismo.

Complementando esse panorama, o estudo de Coelho e Bartoluzzio (2020) demonstra que os anos pré-eleitoral e eleitoral têm relação positiva com a liquidez dos municípios, o que pode decorrer das restrições fiscais impostas pela LRF. Em contraste, o ano pós-eleitoral apresenta uma relação negativa e significativa com a liquidez, sugerindo que os efeitos fiscais do período eleitoral podem ser adiados para o exercício seguinte, o que está em consonância com os modelos de ciclos políticos oportunistas.

Klein e Sakurai (2015) – ao investigarem 3.393 municípios brasileiros durante os anos eleitorais de 2001 a 2008 – também encontraram distinções relevantes entre os perfis dos prefeitos. De acordo com os autores, prefeitos em primeiro mandato, elegíveis à reeleição, tendem a reduzir receitas de tributação local e a alterar a composição do orçamento, priorizando despesas de capital mais visíveis, enquanto mantêm estáveis os saldos orçamentários e as

despesas totais. Sáez (2016) – por sua vez – amplia o debate ao observar que prefeitos em fim de mandato podem adotar diferentes condutas: ora elevando o endividamento para financiar gastos que favoreçam a continuidade de seu grupo político, ora deixando encargos e passivos como forma de dificultar a administração do sucessor, caso não haja interesse político na sucessão.

Em linha semelhante, Baldissera e Araújo (2021) destacam que o gestor público em primeiro mandato tende a sinalizar um endividamento menor como forma de fortalecer sua imagem junto ao eleitorado e aumentar suas chances de reeleição.

Diante dessas diferentes abordagens teóricas, um ponto que se destaca é o papel do mandato eleitoral. Prefeitos em primeiro mandato, ainda elegíveis, têm incentivos a manter condutas que favoreçam sua imagem e viabilidade eleitoral. Já os prefeitos reeleitos, em segundo mandato e sem possibilidade de nova candidatura, podem tanto adotar práticas mais ousadas em termos fiscais, quanto agir com mais responsabilidade visando preservar a reputação ou o legado político, como argumenta Queiroz (2018).

Considerando essas distintas interpretações teóricas e a relevância sobre o comportamento fiscal dos gestores, opta-se por desmembrar a análise em quatro hipóteses complementares. Cada uma delas busca captar possíveis variações no padrão de endividamento conforme o momento do ciclo político (pré e pós-eleitoral) e a elegibilidade do prefeito à reeleição, permitindo uma avaliação mais precisa das dinâmicas associadas ao mandato e ao calendário eleitoral.

H2a: O ano pré-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios paranaenses administrados por prefeitos elegíveis à reeleição.

H2b: O ano pré-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios paranaenses administrados por prefeitos não elegíveis à reeleição.

H2c: O ano pós-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios paranaenses administrados por prefeitos elegíveis à reeleição.

H2d: O ano pós-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios paranaenses administrados por prefeitos não elegíveis à reeleição.

O estudo de Sakurai (2007) investigou o comportamento distinto das despesas municipais em anos eleitorais, observando que maiores execuções de recursos ocorrem nesses

períodos. Além disso, identificou que a filiação partidária dos prefeitos tende a influenciar o comportamento fiscal dos municípios brasileiros. Esses achados são reforçados por Dal-Ri e Correia (2019), que argumentam que os partidos, focados em ganhar votos e eleições, tomam decisões econômicas ao longo do mandato para maximizar seu desempenho eleitoral, manipulando resultados econômicos para que estejam favoráveis durante o período eleitoral.

Nessa perspectiva, o alinhamento partidário entre dirigentes de diferentes esferas de governo é apontado pela literatura como um fator que pode influenciar a condução da política pública (Cavalcante, 2016). Em complemento, o alinhamento político entre o prefeito e o governador influencia a política fiscal, afetando tanto o nível quanto a composição da despesa pública (Lautenschlager, 2017).

Considerando essas evidências, espera-se – por um lado – que prefeitos alinhados politicamente com o governador disponham de maior acesso a recursos e apoio institucional, o que pode resultar em maior capacidade de endividamento, especialmente em anos eleitorais. Por outro, entende-se que prefeitos de diferentes orientações ideológicas possam conduzir a política fiscal de maneira diferenciada, o que pode resultar em níveis distintos de endividamento municipal, conforme estratégias políticas e prioridades partidárias distintas.

Dessa forma, são formuladas as seguintes hipóteses:

H3: O alinhamento político entre o prefeito e o governador está associado a uma influência positiva no nível de endividamento dos municípios em anos eleitorais.

H4a: A filiação a partidos de esquerda influencia positivamente o endividamento municipal.

H4b: A filiação a partidos de direita influencia positivamente o endividamento municipal.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O estudo possui caráter descritivo, onde visa descrever características de organizações e populações (Lakatos & Marconi, 2017).

Documental, pois utilizará de dados secundários disponíveis nos portais eletrônicos municipais e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Quanto à metodologia adotada para abordar o problema de pesquisa, este estudo é classificado como quantitativo. Creswell (2010) define a pesquisa quantitativa como o processo de testar teorias objetivas pela análise de relações entre variáveis que podem ser quantificadas.

Isso é feito utilizando instrumentos específicos que facilitam a coleta de dados numéricos, os quais são posteriormente submetidos a métodos estatísticos para análise.

A população-alvo do estudo compreende os 399 municípios do estado do Paraná. A amostra é composta pelo total desses municípios: trata-se de um censo, no qual se analisam todos os elementos da população.

Os dados foram coletados integralmente de portais eletrônicos dos municípios paranaenses e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que oferece dados fiscais e financeiros detalhados dos municípios.

Dados complementares foram obtidos do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que fornece informações sobre eleições municipais, incluindo dados de candidatos e resultados eleitorais. O processo envolveu a consulta aos bancos de dados eletrônicos, o download de informações pertinentes e a organização dos dados coletados para análise subsequente.

Optou-se por manter os *outliers* identificados nos dados de endividamento, por se tratarem de registros reais oriundos de fontes oficiais, que refletem situações fiscais concretas nos municípios paranaenses. A exclusão poderia distorcer a realidade analisada. Para mitigar eventuais impactos, foram aplicados testes e correções estatísticas robustas nos modelos estimados.

Por fim, foi realizada uma análise empírica, por meio da aplicação de regressão múltipla com dados em painel dos municípios paranaenses, utilizando o software Stata. Essa análise buscou explorar as relações entre os ciclos políticos eleitorais e o endividamento municipal, testando as hipóteses formuladas. O constructo da pesquisa é apresentado conforme a Tabela 01.

Tabela 01

Constructo da pesquisa

Variável	Código	Descrição	Tipo
Endividamento Municipal	END	Dívida Consolidada Líquida (DCL)/Receita Corrente Líquida (RCL)	Variável dependente
Ano Eleitoral (dummy)	AE	Indica se o ano analisado é eleitoral (1) ou não (0)	Variável explicativa
Ano Intermediário Eleitoral (dummy)	AIE	Indica se o ano analisado é intermediário eleitoral (1) ou não (0)	Variável explicativa
Ano Pré-Eleitoral (dummy)	APE	Indica se o ano analisado é pré-eleitoral (1) ou não (0)	Variável explicativa
Ano Pós-Eleitoral (dummy)	POS	Indica se o ano analisado é pós-eleitoral (1) ou não (0)	Variável explicativa

Prefeito Reeleito (dummy)	REELEI	Indica se o prefeito é reeleito (1) ou não (0)	Variável explicativa
Base Partidária do Governo (dummy)	PART GOV	Indica se o prefeito pertence à mesma base partidária do governador (1) ou não (0)	Variável explicativa
Filiação Partidária (Esquerda – dummy)	ESQ	Indica se o prefeito pertence a partidos de esquerda (1) ou não (0)	Variável explicativa
Filiação Partidária (Direita – dummy)	DIR	Indica se o prefeito pertence a partidos de direita (1) ou não (0)	Variável explicativa
Tamanho do Município	TAM	Logaritmo natural da Receita Total	Variável de controle
Ciclo Eleitoral (dummy)	CICLO	Ciclo eleitoral 2013-2016 (0) 2017-2020 (1)	Variável de controle

O cálculo do endividamento segue a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional (Brasil, 2023), utilizando a razão entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL).

No que se refere à variável “Prefeito Reeleito”, embora parte da literatura sobre ciclos políticos trate da possibilidade de reeleição como variável-chave para explicar comportamentos fiscais oportunistas, cabe esclarecer que nesta variável foram considerados como “não reeleitos” todos os prefeitos que não exerceram um segundo mandato consecutivo, independentemente de terem concorrido à reeleição ou não. A base de dados não permite distinguir se o gestor tentou a reeleição e foi derrotado ou se optou por não disputar o pleito. Assim, a variável capta apenas o resultado final, a permanência ou não no cargo, conforme também adotado por Silva et al. (2011) e Raveh e Tsur (2020).

A variável “Filiação Partidária” foi construída com base na filiação partidária dos gestores municipais, considerando a classificação dos partidos em três grupos: direita, esquerda e centro. A codificação foi realizada por meio de variáveis dummy distintas: uma para prefeitos de direita e outra para prefeitos de esquerda. Foi atribuído o valor 1 à variável correspondente quando o prefeito era filiado a um partido de direita ou de esquerda, respectivamente, e 0 nos demais casos. Os prefeitos filiados a partidos classificados como de centro receberam valor 0 em ambas as variáveis, sendo tratados como categoria de referência. Essa abordagem já foi utilizada em estudos anteriores, como os de Queiroz et al. (2019) e Klein e Sakurai (2015).

A classificação ideológica dos partidos considerou o contexto político de cada eleição municipal, tendo como critério a atuação concreta das legendas nos municípios do estado do Paraná, especialmente no que se refere às coligações formadas, alianças político-partidárias predominantes e ao posicionamento adotado nas disputas locais durante os pleitos de 2012 e 2016. Para o pleito de 2012, foram considerados partidos de esquerda: PT, PSB, PDT, PMN,

PT do B e PPL; partidos de direita: DEM, PP, PTB, PSC, PHS, PR, PTC, PSL e PRTB; e partidos de centro: PSD, PMDB, PV, PPS, PSDB e PRP. Para a eleição de 2016, foram classificados como partidos de esquerda: PDT, PSB, PMN, PT e PPL; como partidos de direita: DEM, PATRIOTA, PHS, PP, PR, PRB, PRP, PSC, PSL, PTB e PTN; e como partidos de centro: PMDB, PPS, PSD, PSDB, PV, PROS e SD.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 399 municípios paranaenses observados entre 2013 e 2020, 26,19% foram administrados por prefeitos reeleitos, enquanto 73,81% estavam sob gestão de prefeitos que não vieram da reeleição. Em relação ao alinhamento com o governo estadual, 58,90% dos prefeitos pertenciam à mesma base partidária do governador, ao passo que 41,10% não apresentavam esse alinhamento. Quanto à orientação ideológica, 19,80% dos prefeitos eram filiados a partidos de esquerda, 29,07% a partidos de direita e os demais 51,13% foram classificados como de centro.

A seguir são apresentados os principais resultados da análise descritiva dos dados referentes aos municípios do estado do Paraná, no período de 2013 a 2020. O foco está no comportamento do endividamento público municipal em diferentes momentos do ciclo político e conforme as características políticas dos prefeitos.

A variável utilizada é o percentual de endividamento, obtido pela razão entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), expressa em percentual. A Tabela 02 exibe os valores mínimos, máximos, médias e desvios-padrão do indicador em diferentes contextos.

Tabela 02

Análise Descritiva dos Dados – Geral 2013-2020

Endividamento	Mínimo	Média	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Ano Eleitoral	-101,15	0,70	112,13	0,00	15,82
Ano Intermediário Eleitoral	-87,62	1,64	75,61	0,00	14,85
Ano Pós-Eleitoral	0	5,90	80,00	0,00	11,35
Ano Pré-Eleitoral	-90,47	2,20	82,65	0,00	14,59
Prefeitos não reeleitos	-101,15	2,72	80,00	0,00	13,57
Prefeitos Reeleitos	-56,45	2,28	112,13	0,00	16,48
Prefeitos de Direita	-53,35	4,26	112,13	0,00	16,00
Prefeitos de Esquerda	-101,15	1,82	39,25	0,00	13,09
Prefeitos que não são da Base do Governo	-101,15	2,14	80,00	0,00	13,66
Prefeitos da Base do Governo	-53,35	2,93	112,13	0,00	14,87

Os dados indicam que o maior endividamento médio ocorre no ano pós-eleitoral (5,90%), enquanto o menor valor aparece no ano eleitoral (0,70%). Esse padrão pode indicar contenção de gastos durante o período eleitoral, com aumento posterior no ano seguinte à eleição. É interessante notar que – no ano pós-eleitoral – não há registros de endividamento negativo, sendo o valor mínimo observado igual a 0%. Isso contrasta com os demais períodos do ciclo, que apresentam municípios com saldos fiscais negativos, sugerindo que o ano imediatamente após a eleição concentra os maiores níveis líquidos de endividamento registrados na amostra.

Em relação à possibilidade de reeleição, prefeitos que não vêm de reeleição apresentam média de endividamento superior (2,72%) em comparação aos reeleitos (2,28%). Entre os grupos ideológicos, prefeitos de direita registram maior média (4,26%), enquanto prefeitos de esquerda apresentam menor média (1,82%). Também se observa diferença no alinhamento com o governo estadual: prefeitos da base do governador apresentam endividamento médio mais elevado (2,93%) do que os que não pertencem à base (2,14%).

Esses resultados permitem observar padrões iniciais que sugerem a influência de fatores políticos no comportamento fiscal dos municípios paranaenses. Como contraponto, a análise da mediana mostra que – em todos os grupos avaliados – o valor central do endividamento é igual a 0%. Esse dado foi confirmado pela verificação de que 57,61% dos 3.192 registros da amostra apresentaram endividamento igual a zero ou negativo. Isso indica uma concentração relevante de municípios com saldo fiscal positivo ou sem endividamento no período analisado. A distribuição do endividamento apresenta assimetria, com maior frequência de registros em torno de valores baixos ou negativos, mas também com uma presença expressiva de casos com endividamento elevado. Embora as médias revelem diferenças entre os grupos, a mediana evidencia que o comportamento mais comum entre os municípios é de baixo ou nenhum endividamento.

Conforme os dados apresentados na Tabela 03, é possível observar a evolução do endividamento municipal ao longo dos anos de 2013 a 2020. A tabela apresenta as médias, medianas, valores mínimos e máximos registrados em cada ano, permitindo identificar tendências e variações no comportamento fiscal dos municípios paranaenses durante o período analisado.

Tabela 03*Análise Descritiva dos Dados – Por ano*

Endividamento	Mínimo	Média	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
2013 (Pós-Eleitoral)	0,00	6,16	80,00	0,00	11,59
2014 (Intermediário)	0,00	5,52	70,20	0,00	10,48
2015 (Pré-Eleitoral)	0,00	5,45	66,38	0,00	10,60
2016 (Eleitoral)	0,00	5,94	59,52	0,00	10,40
2017 (Pós-Eleitoral)	0,00	5,63	65,52	0,00	11,09
2018 (Intermediário)	-87,62	-2,24	75,61	-3,55	17,36
2019 (Pré-Eleitoral)	-90,47	-1,06	82,65	-5,83	17,09
2020 (Eleitoral)	-101,15	-4,55	112,13	-2,45	18,37

De 2013 a 2017, os percentuais médios permaneceram entre 5,45% e 6,16%, com medianas iguais a 0%, indicando que a maioria dos municípios apresentava endividamento nulo ou negativo nesses anos. A partir de 2018, observa-se uma mudança no padrão, com médias negativas (-2,24% em 2018, -1,06% em 2019 e -4,55% em 2020) e medianas também abaixo de zero. Isso reforça a tendência de uma postura fiscal mais conservadora nos anos finais da amostra, possivelmente relacionada a restrições orçamentárias, mudanças institucionais ou à conjuntura da pandemia da COVID-19. Mesmo em 2020, ano eleitoral, os níveis médios e medianos de endividamento mantiveram-se negativos, sinalizando que a maioria dos municípios evitou aumentar sua dívida nesse período.

Já se for analisado por ciclos – conforme apresentado na Tabela 04 – observa-se uma mudança significativa no padrão do endividamento municipal entre os períodos de 2013 a 2016 e de 2017 a 2020.

Tabela 04*Análise Descritiva dos Dados – Por Ciclos Eleitorais*

Endividamento	Mínimo	Média	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
2013-2016	0,00	5,77	80,00	0,00	10,78
2017-2020	-101,15	-0,56	112,13	0,00	16,67

No primeiro intervalo, a média de endividamento foi de 5,77%, com valores variando entre 0% e 80%, e desvio-padrão de 10,78%. No segundo período, a média se tornou negativa (-0,56%), com valores mínimos mais baixos (-101,15%) e maior dispersão (desvio-padrão de 16,67%), além de um máximo mais elevado (112,13%).

Embora a mediana tenha permanecido em 0% nos dois ciclos, indicando que – pelo

menos – metade dos municípios apresentou endividamento nulo ou negativo, a mudança no sinal da média sugere alteração relevante no padrão fiscal dos municípios paranaenses. A inversão de uma média positiva para uma negativa pode refletir maior contenção fiscal, fortalecimento de controles institucionais, ajustes na gestão financeira, entre outras possibilidades.

A Tabela 05 aprofunda a análise ao comparar os níveis de endividamento entre prefeitos reeleitos e não reeleitos, considerando os anos pré-eleitoral (APE) eleitoral (AE) e pós-eleitoral (PÓS).

Tabela 05

Análise Descritiva dos Dados – Prefeitos de Reeleição ou não x Ano Pré Eleitoral, Eleitoral e Pós Eleitoral

Endividamento	Mínimo	Média	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Reeleitos (AE)	-52,98	0,27	112,13	0,00	18,58
Não reeleitos (AE)	-101,15	0,85	59,52	0,00	14,72
Reeleitos (PÓS)	0,00	6,25	64,92	0,00	12,45
Não reeleitos (PÓS)	0,00	5,77	80	0,00	10,93
Reeleitos (APE)	-53,55	1,11	82,65	0,00	16,75
Não reeleitos (APE)	-90,47	2,58	69,81	0,00	13,72

No ano eleitoral (AE), prefeitos reeleitos apresentaram média de endividamento de 0,27%, enquanto aqueles que não exerceram um segundo mandato consecutivo registraram média superior, de 0,85%. A mediana foi de 0% para ambos os grupos, com maior dispersão entre os reeleitos, cujo desvio-padrão alcançou 18,58%, o mais elevado entre os períodos analisados. Esse dado sugere uma heterogeneidade no comportamento fiscal desse grupo, com alguns municípios apresentando níveis significativamente mais altos de endividamento. No ano pós-eleitoral (PÓS), ambos os grupos aumentaram seus níveis médios de endividamento: 6,25% entre reeleitos e 5,77% entre os demais. Já no ano pré-eleitoral (APE), prefeitos que não foram reeleitos apresentaram média de 2,58%, contrastando com 1,11% entre os reeleitos.

Esses resultados indicam que prefeitos reeleitos tendem a adotar posturas fiscais mais contidas durante o ano da eleição, possivelmente como estratégia de preservação de imagem ou cumprimento das exigências legais associadas à elegibilidade. No ano seguinte ao da eleição, o aumento geral do endividamento pode estar relacionado à recomposição de gastos represados ou menor preocupação com os impactos eleitorais.

Já a Tabela 06 apresenta uma análise cruzada entre a orientação ideológica dos prefeitos e o alinhamento com o governo estadual.

Tabela 06

Análise Descritiva dos Dados – Orientação Ideológica x Base Partidária do Governo ou não – Geral 2013-2020

Endividamento	Mínimo	Média	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Direita x Base do Governo	-53,35	4,25	112,13	0,00	16,33
Direita x Não são da Base do Governo	-15,77	4,44	41,47	0,00	11,76
Esquerda x Base do Governo	-41,62	2,77	39,25	0,00	15,06
Esquerda x Não são da Base do Governo	-101,15	1,54	35,69	0,00	12,44

Os resultados mostram que prefeitos de direita tendem a apresentar endividamentos médios mais elevados, independentemente do vínculo com a base do governador. Aqueles que não pertencem à base partidária do governo, inclusive, registram a maior média da amostra (4,44%), ainda que com menor dispersão dos dados (desvio-padrão de 11,76%). Já entre prefeitos de esquerda, observa-se uma média de endividamento maior entre os que estão na base do governo (2,77%) em comparação aos que não estão (1,54%). Esses resultados sugerem que o comportamento fiscal pode variar não apenas conforme a orientação ideológica, mas também em função do posicionamento político em relação ao governo estadual.

Complementarmente, a Tabela 07 apresenta o comportamento do endividamento municipal considerando o alinhamento partidário dos prefeitos com o governo estadual em três momentos distintos do ciclo eleitoral: ano eleitoral (AE), ano pré-eleitoral (APE) e ano pós-eleitoral (PÓS).

Tabela 07

Análise Descritiva dos Dados – Base Partidária do Governo ou não x Ano Eleitoral, Pré Eleitoral e Pós Eleitoral

Endividamento	Mínimo	Média	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Base do Governo (AE)	-52,98	0,90	112,13	0,00	16,60
Base do Governo (APE)	-46,82	2,70	82,65	0,00	15,11
Base do Governo (PÓS)	0,00	6,24	65,52	0,00	11,63
Não pertencente a Base do Governo (AE)	-101,15	0,41	56,86	0,00	14,63
Não pertencente a Base do Governo (APE)	-90,47	1,47	69,81	0,00	13,78
Não pertencente á Base do Governo (PÓS)	0,00	5,41	80,00	0,00	10,91

Observa-se que prefeitos da base do governo apresentaram médias de endividamento

superiores em todos os períodos, especialmente no ano pós-eleitoral, quando atingiram 6,24%, frente a 5,41% dos prefeitos que não pertencem à base. No ano pré-eleitoral, a diferença é ainda mais acentuada, prefeitos alinhados ao governo estadual apresentaram média de 2,70%, contra 1,47% entre os não alinhados. Já no ano eleitoral, a diferença é mais sutil, com 0,90% para os prefeitos da base e 0,41% para os demais. Esses resultados sugerem que prefeitos com alinhamento político ao governo estadual tendem a apresentar maior margem para ampliar o endividamento público, especialmente em momentos estratégicos do ciclo político.

A Tabela 08 apresenta o comportamento do endividamento municipal conforme a orientação ideológica dos prefeitos, classificados entre direita e esquerda, ao longo das diferentes fases do ciclo político.

Tabela 08

Análise Descritiva dos Dados – Orientação Ideológica x Ciclo Político

Endividamento	Mínimo	Média	Máximo	Mediana	Desvio Padrão
Direita (AE)	-39,25	2,36	112,13	0,00	17,54
Direita (APE)	-41,78	4,27	82,65	0,00	16,33
Direita (PÓS)	0,00	6,24	65,52	0,00	11,63
Direita (AIE)	-53,35	3,16	75,61	0,00	15,90
Esquerda (AE)	-101,15	-0,34	35,19	0,00	15,45
Esquerda (APE)	-90,47	0,95	33,81	0,00	13,21
Esquerda (PÓS)	0,00	5,47	37,41	0,00	8,69
Esquerda (AIE)	-81,92	1,19	39,25	0,00	13,34

Observa-se que prefeitos de direita apresentaram os maiores níveis médios de endividamento em todos os períodos, com destaque para o ano pós-eleitoral, cuja média alcança 6,24%. No ano pré-eleitoral, os gestores de direita também demonstram elevação significativa no endividamento (4,27%), o que pode indicar antecipação de gastos. Em contraste, os prefeitos de esquerda mantêm níveis médios mais baixos ao longo de todo o ciclo. Inclusive, no ano eleitoral, a média é negativa (-0,34%), sugerindo contenção de despesas ou maior rigor fiscal durante o período de maior visibilidade política. No ano pós-eleitoral, embora o endividamento também aumente (5,47%), o valor permanece abaixo da média observada entre os prefeitos de direita. Os resultados indicam que a ideologia pode estar associada a diferentes padrões de comportamento fiscal ao longo do ciclo político, com prefeitos de direita apresentando – em média – maior propensão ao endividamento, especialmente em momentos estratégicos como o período pré e pós-eleitoral.

De modo geral, a análise descritiva permite identificar diferenças no comportamento

do endividamento municipal ao longo do ciclo político, considerando também as características políticas dos gestores. Embora os resultados não permitam afirmar relações causais, eles sugerem padrões que foram melhor explorados nas regressões, que apresenta-se a seguir, onde foi testadas estatisticamente as hipóteses formuladas, avaliando se as variações observadas são significativas e se permanecem quando controladas por outros fatores.

Foi utilizado o modelo com efeitos fixos, estimado com base nos dados dos 399 municípios do estado do Paraná entre os anos de 2013 e 2020, para investigar a influência de variáveis políticas e eleitorais sobre o nível de endividamento municipal. A variável dependente adotada foi a razão entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional. O modelo apresentou significância estatística global ($\text{Prob} > F = 0,0000$) e um R^2 within de 0,2064, indicando que – aproximadamente – 20,6% da variação do endividamento dentro dos municípios ao longo do tempo foi explicada pelas variáveis incluídas.

Os testes de colinearidade (VIF) e heterocedasticidade (White e Breusch-Pagan) foram realizados a partir de uma regressão OLS com o objetivo de avaliação preliminar dos pressupostos. No entanto, os coeficientes principais apresentados derivam do modelo com efeitos fixos, adequado à estrutura de painel dos dados conforme Tabela 09.

Tabela 09

Resultados das Regressões – Geral, Prefeitos Reeleitos e Não Reeleitos

Pressupostos das Regressões	Regressão 1	Regressão 2	Regressão 3			
Estatística	Geral	Reeleição	Não Reeleição			
R^2	0.2064	0.1371	0.1761			
Sig. do Modelo	0.0000	0.0000	0.0000			
Durbin-Watson	1.935	1.692	1.882			
Mean VIF	1.27	1.32	1.32			
Teste BP/CW	0.0000	0.0000	0.0000			
Teste White	7.9e-13	0.0665	1.8e-09			
Teste B.P.	0.0000	0.0000	0.0000			
F de Chow	0.0000	0.0000	0.0000			
Teste Hausman	0.4767	0.7892	0.4649			
Nº Obs.	3192	836	2356			
Variável Dependente	END	END	END			
Variáveis Explicativas – Coeficientes, p-valores e VIF						
Variáveis	Geral (Coef./p)	VIF	Reeleição (Coef./p)	VIF	Não Reeleição (Coef./p)	VIF

pos	6.531/0.000***	1.52	7.038/0.000***	1.52	5.579/0.000***	1.52
aie	1.714/0.003***	1.51	1.869/0.074*	1.51	1.214/0.064*	1.51
ape	1.980/0.000***	1.50	1.248/0.141	1.50	1.965/0.000***	1.50
reelei	-1.316/0.001***	1.00	-	-	-	-
esq	-2.032/0.001***	1.20	-	-	-	-
dir	0.788/0.171	1.27	-	-	-	-
partgov	0.053/0.918	1.34	-	-	-	-
tam	4.456/0.057*	1.05	3.700/0.439	1.03	2.168/0.427	1.05
ciclo	-7.975/0.000***	1.06	-2.813/0.589	1.02	-7.302/0.000***	1.04
CONST	-73.163/0.072*	-	-63.323/0.446	-	-33.673/0.479	-

*** Significância ao nível de 0,01 – ** Significância ao nível de 0,05 – * Significância ao nível de 0,10

Legenda: R2: poder explicativo do modelo; DW: Durbin Watson – autocorrelação; Mean VIF: média do Fator de Inflação de Variância; Teste BP/CW: Breuch-Pagan/Cook-Weisberg–teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste White: teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste B.P.: Teste Breusch-Pagan – verificação da adequação da modelagem em painel; F de Chow: verificação da adequação da modelagem em painel; Teste Hausman: verificação da adequação da modelagem em painel; CONST: Constante.

A estrutura do ciclo político considerou o ano eleitoral (AE) como categoria de referência, sendo incluídas no modelo as variáveis dummies para os demais anos do mandato: ano pré-eleitoral (APE), ano intermediário (AIE) e ano pós-eleitoral (PÓS). Os resultados indicam que – de forma geral – o endividamento tende a ser maior nesses anos em comparação com o apresentado no ano eleitoral. O coeficiente do ano pós-eleitoral foi o mais elevado (6,53; $p < 0,01$), sugerindo um aumento expressivo da dívida pública após as eleições, possivelmente como resultado de decisões tomadas durante o período eleitoral ou de um relaxamento no controle fiscal após o pleito. O ano pré-eleitoral também apresentou coeficiente positivo e significativo (1,98; $p < 0,01$), em consonância com a literatura sobre ciclos orçamentários eleitorais, que aponta o uso de políticas fiscalmente expansionistas às vésperas das eleições. O ano intermediário (1,71; $p < 0,01$) também apresentou aumento significativo, reforçando a hipótese de que o endividamento não se concentra apenas nos anos de eleição, mas pode ser intensificado ao longo de todo o mandato.

Os resultados indicam que o ano pré-eleitoral está associado a níveis elevados de endividamento nos municípios paranaenses, com coeficiente positivo e estatisticamente significativo. Com base nesse achado, confirma-se a hipótese H1, que propõe a existência de influência positiva do ano pré-eleitoral sobre o endividamento municipal. Esse resultado está em consonância com Wyse et al. (2022), que também identificaram crescimento da dívida pública em períodos que antecedem as eleições. A análise descritiva apresentada na Tabela 2 reforça essa conclusão, evidenciando que o ano eleitoral registrou, em média, os menores níveis de endividamento ao longo do ciclo político.

Para testar as hipóteses H2a, H2b, H2c e H2d foram estimados modelos separados para

prefeitos elegíveis e não elegíveis à reeleição, com foco no impacto do ano pré-eleitoral sobre o endividamento municipal. A expectativa era de que o comportamento fiscal dos gestores variaria conforme sua possibilidade de disputar um novo mandato.

Os resultados indicam que prefeitos elegíveis à reeleição (H2a) apresentaram coeficiente positivo e estatisticamente significativo no ano pré-eleitoral (1,96; $p < 0,001$), evidenciando uma conduta fiscal expansionista nesse período. Já os prefeitos não elegíveis à reeleição (H2b) também apresentaram coeficiente positivo (1,24), porém sem significância estatística ($p = 0,141$), indicando ausência de padrão consistente de aumento do endividamento nesse grupo. Esses achados são reforçados pelos dados descritivos da Tabela 5, segundo os quais, no ano pré-eleitoral, prefeitos elegíveis apresentaram média de endividamento de 2,58%, enquanto os não elegíveis apresentaram 1,11%.

Esses resultados reforçam a ideia de que a possibilidade de disputar um novo mandato pode estimular condutas fiscalmente expansionistas no período pré-eleitoral, com aumento do endividamento como forma de reforçar a posição do gestor junto ao eleitorado. No entanto, esses achados contrariam parte da literatura, como os estudos de Silva et al. (2011), Klein e Sakurai (2015) e Baldissera e Araújo (2021), que sugerem que prefeitos elegíveis tenderiam a adotar uma postura mais cautelosa para preservar sua imagem e viabilidade eleitoral. A variável “prefeito reeleito”, no modelo geral, também corrobora esse padrão distinto, com coeficiente negativo e significativo (-1,32; $p < 0,01$), indicando que prefeitos em segundo mandato, sem possibilidade de nova candidatura, tendem a adotar posturas fiscais mais conservadoras, atuando com mais responsabilidade no uso dos recursos públicos, como aponta Queiroz (2018).

No que se refere às hipóteses H2c e H2d – relativas ao ano pós-eleitoral – os dados mostram coeficientes positivos e estatisticamente significativos tanto para prefeitos elegíveis à reeleição (5,57; $p < 0,001$) quanto para não elegíveis (7,04; $p < 0,001$). Os dados descritivos da Tabela 5 apontam médias de endividamento de 5,77% entre prefeitos elegíveis e 6,25% entre os não elegíveis no ano pós-eleitoral. Esses achados confirmam as hipóteses H2c e H2d, indicando que o primeiro ano após as eleições tende a ser acompanhado de aumento no endividamento municipal, independentemente da possibilidade de reeleição. Tal comportamento pode refletir uma menor pressão política imediata sobre os gestores, além de ser compatível com os achados de Coelho e Bartoluzzio (2020), que observaram uma piora da liquidez municipal no período pós-eleitoral, possivelmente relacionada a efeitos fiscais represados durante o ciclo eleitoral.

Para testar a hipótese H3, foi estimado um modelo de regressão linear múltipla com efeitos fixos, utilizando dados apenas dos anos eleitorais. A variável partgov, construída como

dummy indicativa de alinhamento político entre o prefeito e o governador, apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo (coef. = 2.2457; $p = 0.034$). Isso indica que, nesses anos, os municípios politicamente alinhados ao governo estadual apresentaram, em média, um nível de endividamento aproximadamente 2,25 pontos superior aos dos municípios não alinhados, controladas as demais variáveis, conforme Tabela 10. O modelo apresentou R^2 de 0,115, indicando que cerca de 11,5% da variação do endividamento foi explicada pelas variáveis incluídas. Esse resultado está em consonância com a literatura, que aponta que o alinhamento político entre esferas de governo pode influenciar a condução da política fiscal, afetando o nível e a composição das despesas públicas (Cavalcante, 2016; Lautenschlager, 2017).

Tabela 10

Resultado Regressão – Alinhamento Político e Endividamento

Pressupostos da Regressão				
R²			0.1150	
Sig. do Modelo			0.0000	
Mean VIF			1.03	
Teste BP/CW			0.0000	
Teste White			0.0013	
Teste B.P.			0.0000	
F de Chow			0.0000	
Teste Hausman			0.9292	
N° Obs.			798	

Variável	Coef.	Erro-padrão	p-valor	Intervalo de Confiança (95%)
Alinhamento (partgov)	2.246	1.057	0.034**	[0.71 ; 4.32]
Tamanho (tam)	0.344	0.589	0.559	[-0.81 ; 1.50]
Ano ciclo	-10.939	1.070	0.000***	[-13.04 ; -8.84]
Constante	-1.206	10.229	0.906	[-21.28 ; 18.87]

*** Significância ao nível de 0,01 – ** Significância ao nível de 0,05 – * Significância ao nível de 0,10

Legenda: R²: poder explicativo do modelo; Mean VIF: média do Fator de Inflação de Variância; Teste BP/CW: Breuch-Pagan/Cook-Weisberg–teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste White: teste de heterocedasticidade dos resíduos; Teste B.P.: Teste Breusch-Pagan – verificação da adequação da modelagem em painel; F de Chow: verificação da adequação da modelagem em painel; Teste Hausman: verificação da adequação da modelagem em painel; CONST: Constante.

A análise descritiva (Tabela 06) reforça esse resultado ao mostrar que – nos anos eleitorais – municípios alinhados ao governo estadual apresentaram média de endividamento superior (0,90) em relação aos não alinhados (0,41). Embora próximas, as médias confirmam a tendência observada no modelo, indicando que o alinhamento político pode favorecer maior gasto no período eleitoral por parte dos gestores vinculados à base do governo.

No que se refere à filiação partidária, os resultados permitem avaliar – separadamente – os efeitos da ideologia política sobre o comportamento fiscal dos gestores municipais, conforme as hipóteses H4a e H4b.

A hipótese H4a, que propõe que a filiação a partidos de esquerda influencia positivamente o endividamento municipal, não foi confirmada. Os resultados indicaram um coeficiente negativo e estatisticamente significativo para prefeitos dessa orientação (-2,03; $p < 0,01$), sugerindo que, em média, gestores vinculados a partidos de esquerda apresentaram menor nível de endividamento em comparação aos demais.

Por sua vez, a hipótese H4b, que previa que a filiação a partidos de direita teria influência positiva sobre o endividamento, também não foi confirmada nos modelos de regressão, já que os coeficientes estimados para essa categoria não apresentaram significância estatística. Ainda assim, a análise descritiva (Tabela 08) mostrou que, ao longo de todo o ciclo político, prefeitos de partidos de direita mantiveram médias mais elevadas de endividamento em comparação aos de esquerda. No ano pré-eleitoral – por exemplo – a média de endividamento entre prefeitos de direita foi de 4,27, enquanto entre os de esquerda foi de apenas 0,95. Essa diferença também se manifestou nos anos eleitoral (2,36 contra -0,34) e pós-eleitoral (6,24 contra 5,47).

Esses achados sugerem que a ideologia partidária pode exercer influência sobre o comportamento fiscal, ainda que de forma assimétrica entre os espectros políticos, em linha com Sakurai (2007), que destaca a filiação partidária como fator relevante na condução das finanças municipais.

A variável dummy “ciclo”, que distingue os períodos 2013–2016 e 2017–2020, apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo (-7,97; $p < 0,01$), indicando que, em média, os municípios do Paraná registraram um nível de endividamento substancialmente menor no ciclo mais recente (2017-2020), em comparação com o anterior.

Por sua vez, variáveis de controle como o tamanho populacional do município (*tam*) e o alinhamento político com o governador do estado (*partgov*) não apresentaram significância estatística no modelo geral, sugerindo que, no conjunto dos anos analisados, esses fatores não exerceram influência relevante sobre o nível de endividamento. No entanto, a variável *partgov* foi analisada separadamente nos anos eleitorais, quando apresentou efeito estatisticamente significativo e foi utilizada para testar a hipótese H3.

Com base nos resultados empíricos obtidos, a Tabela 11 resume as hipóteses testadas, indicando aquelas confirmadas ou rejeitadas conforme os efeitos identificados nos modelos estimados.

Tabela 11*Síntese dos Resultados das Hipóteses Testadas*

Hipótese	Descrição	Resultado
H1	O ano pré-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios paranaenses.	Aceita
H2a	O ano pré-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios administrados por prefeitos elegíveis à reeleição.	Aceita
H2b	O ano pré-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios administrados por prefeitos não elegíveis à reeleição.	Rejeitada
H2c	O ano pós-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios administrados por prefeitos elegíveis à reeleição.	Aceita
H2d	O ano pós-eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre o endividamento dos municípios administrados por prefeitos não elegíveis à reeleição.	Aceita
H3	O alinhamento político entre o prefeito e o governador está associado a uma influência positiva no nível de endividamento dos municípios em anos eleitorais.	Aceita
H4a	A filiação a partidos de esquerda influencia positivamente o endividamento municipal.	Rejeitada
H4b	A filiação a partidos de direita influencia positivamente o endividamento municipal.	Rejeitada

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo responder qual a influência das características políticas no endividamento do setor público, considerando a teoria dos ciclos orçamentários políticos, nos municípios do Paraná. A análise empírica com dados em painel dos 399 municípios paranaenses, entre 2013 e 2020, permitiu confirmar que as características políticas dos gestores influenciam significativamente o comportamento do endividamento público municipal ao longo do ciclo eleitoral.

Com base nos resultados obtidos, confirma-se a hipótese H1, pois foi identificada uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o ano pré-eleitoral e o nível de endividamento dos municípios paranaenses. Esse achado está em consonância com Wyse et al. (2022), que indicam que prefeitos tendem a adotar posturas fiscalmente expansionistas em períodos que antecedem o pleito, enquanto reduzem os gastos no ano eleitoral como forma de preservar sua imagem junto ao eleitorado.

As hipóteses H2a e H2c foram confirmadas, evidenciando que prefeitos elegíveis à reeleição apresentaram aumento significativo no endividamento tanto no ano pré-eleitoral quanto no pós-eleitoral. Já as hipóteses H2b e H2d mostraram resultados distintos, prefeitos não elegíveis apresentaram elevação do endividamento apenas no ano pós-eleitoral, mas não no pré-eleitoral. Esses achados sugerem que a elegibilidade influencia o comportamento fiscal, especialmente no período que antecede o pleito, contrariando autores como Silva et al. (2011) e Baldissera e Araújo (2021), que apontam maior prudência fiscal entre prefeitos com possibilidade de reeleição. Além disso, o aumento generalizado do endividamento no ano seguinte às eleições pode refletir menor pressão política e efeitos fiscais represados.

A hipótese H3 foi confirmada. O alinhamento político entre prefeitos e o governador do estado mostrou-se estatisticamente significativo nos anos eleitorais, com gestores politicamente alinhados apresentando maiores níveis de endividamento. Esse resultado reforça a argumentação de Cavalcante (2016) e Lautenschlager (2017), segundo os quais o alinhamento político entre dirigentes de diferentes esferas de governo pode influenciar a condução da política pública e fiscal, afetando o nível e a composição das despesas públicas. Esse alinhamento pode criar condições mais favoráveis ao uso de recursos públicos em períodos de maior relevância política.

Este estudo oferece contribuições teóricas ao aprofundar a compreensão sobre os efeitos dos ciclos orçamentários eleitorais em nível subnacional, evidenciando como variáveis políticas específicas, como elegibilidade à reeleição, alinhamento partidário e orientação ideológica, influenciam o comportamento do endividamento público nos municípios do Paraná. Como contribuição prática, os achados deste estudo podem apoiar o aprimoramento do planejamento e da gestão fiscal nos municípios, sobretudo nos anos pré e pós-eleitorais. Ao evidenciar a influência de variáveis políticas sobre o endividamento, os resultados alertam gestores e legisladores sobre os riscos de decisões orçamentárias orientadas por interesses eleitorais. Socialmente, os resultados ressaltam a importância da participação cidadã e da transparência fiscal para conter práticas oportunistas, além de alertar que o crescimento do endividamento em períodos eleitorais pode comprometer a sustentabilidade fiscal e a oferta de serviços públicos. As percepções obtidas podem orientar gestores municipais na adoção de práticas fiscais mais responsáveis, com benefícios para a administração pública e para a comunidade.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a impossibilidade de distinguir se prefeitos não reeleitos tentaram ou não a reeleição, o que poderia qualificar melhor os incentivos políticos analisados. E ainda, embora a classificação ideológica dos partidos tenha seguido critérios

previamente adotados na literatura, ela pode ser sensível ao contexto político e à flexibilidade programática característica do sistema partidário brasileiro. A dependência de dados públicos disponíveis impõe restrições relacionadas à atualização e precisão desses dados, influenciando as conclusões do estudo.

Sugere-se, para pesquisas futuras, ampliar a análise para outras regiões ou para o cenário nacional, verificando se os efeitos observados, como elegibilidade à reeleição, alinhamento partidário e ideologia política, também se aplicam em outros contextos. A inclusão de variáveis adicionais, como os anos de eleição para governador, pode ajudar a compreender a influência de repasses estaduais no comportamento fiscal municipal. Também se recomenda o uso de métodos qualitativos, como entrevistas, para explorar as motivações dos gestores. Por fim, propõe-se a atualização do estudo com dados do ciclo 2021-2024, a fim de verificar a persistência ou mudança dos padrões identificados.

REFERÊNCIAS

- Baldissera, J. F., & Araújo, M. P. (2021). Características políticas e eleitorais e o efeito no endividamento dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1). doi:10.21118/apgs.v13i1.8254
- Bolzan, D. D. (2016). *Teoria dos ciclos políticos-econômicos: interpretando a relação entre política e econômica* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. (2023). *Manual de demonstrativos fiscais: Anexo de metodologia das despesas e receitas fiscais*. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional. Recuperado de <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf>
- Castro, V. de, Queiroz, S. F., Filho, S. F. M., & Valle, P. A. M. do. (2016). Ciclos Político-Econômicos: Uma Análise Empírica para o Estado de Goiás. *Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás UEG* 12(2), 311-332. doi: 10.5281/zenodo.5589769
- Cavalcante, P. (2016). Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 307-330. doi: 10.1590/0034-7612146623
- Coelho, R. P., & Bartoluzzio, A. I. S. (2020). A influência do calendário eleitoral na liquidez dos municípios: Uma avaliação das gestões locais de Pernambuco. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 8(37), 95-111. Recuperado de <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2217>
- Costa, R. F. R., & Lucena, R. D. F. (2019). Uma análise do endividamento municipal no Brasil. *Análise Econômica*, 37(73), 7-24. doi: 10.22456/2176-5456.72151
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Crispim, G., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, C. D. (2021). Ciclo Orçamentário Político: uma análise nos municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 106-123. doi:10.14392/asaa.2021140104
- Dal-Ri, F., & Correia, F. M. (2019). Ciclos político-eleitorais e alocação dos gastos públicos: uma análise para os municípios brasileiros. *Revista de Economia*, 40(73), 305-322. doi: 10.5380/re.v40i73.68176
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, 65(2), 135-150.
- Ferreira, H. R. S. A., Cunha, A. S., Fonseca, I. F. D., Avelino, D. P., Silva, E. R. A., Lima, A. T., Jr., & Brandão, J. E. M. D. S. (2019). *Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis: o que mostra o retrato do Brasil?* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

- Ferreira, I. F., & Bugarin, M. S. (2007). Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 61 (3), 271-300. doi: 10.1590/S0034-71402007000300001
- Fiirst, C., Santos, A. C. dos, Junior, M. M. R., & Zonatto, V. C. S. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Contextus–Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(1), 127-144. doi:10.19094/contextus.v17i1.33608
- Franco, L. M. G., Nascimento, C. do, Espejo, M. M. S. B., Rezende, D. A., & Pfitscher, E. D. (2013). Electoral Budget Cycle: o endividamento público no período eleitoral no Paraná. *Revista Reuna*, 18(4), 57-74. Recuperado de <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/72>
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36. doi: 10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2017). *Metodologia científica*. (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Larraín, F., & Assael, P. (1995). Cincuenta años de ciclo político-económico en Chile. *Cuadernos de Economía*, 32(96), 129-150. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/41951273>
- Lautenschlage, J. (2017). Influência das eleições e dos políticos na composição da despesa pública dos municípios de Santa Catarina. *Revista Catarinense De Economia*, 1(2), 89-112. doi: 10.54805/RCE.2527-1180.v1.n2.18
- Macedo, J. J., & Corbari, E. C. (2009). Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(Ed. esp.), 44-60. doi:10.1590/S1519-70772009000300004
- Milesi-Ferretti, G. M. (2003). Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. *Journal of Public Economics*, 88(3-4), 377-394. doi: 10.1016/S0047-2727(02)00076-2
- Neto, W. P., & Rossi, G. F. (2016). Ciclos político-econômicos no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 16(2), 359-376. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1358>
- Nooruddin, I., & Chhibber, P. (2008). Unstable politics: Fiscal space and electoral volatility in the Indian states. *Comparative Political Studies*, 41(8), 1069-1091. doi:10.1177/0010414007309202
- Nordhaus, W. D. (1975). The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190. doi:10.2307/2296528
- Preussler, A. P. S. (2001). *Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Puchale, C. L., Pereira, O. L. F., Veloso, G. O., & Feistel, P. R. (2020). A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014.

Política & Sociedade, 19(44), 229-256. doi: 10.5007/2175-7984.2020v19n44p229

- Queiroz, D. B. de, Morais, L. M. F. de, Souza, A. G. S. F. de, & Silva, V. K. R. da. (2019). Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: evidências dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2), 232-250. doi:10.21118/apgs.v11i2.5492
- Queiroz, D. B. (2018). Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 8(3), 68-77. doi: 10.18696/reunir.v8i3.789
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(2), 21-36. doi:10.2307/2006733
- Sáez, L. (2016). The political budget cycle and subnational debt expenditures in federations: panel data evidence from India. *Governance*, 29(1), 47-65. doi:10.1111/gove.12130
- Sakurai, S. N. (2007). *Ciclos eleitorais, reeleição e déficit fiscal nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. doi:10.11606/T.12.2007.tde-20082007-143926
- Santana, A. F. B., Mereles, B. J., Silva, E. C. da, Araujo Funchal, J., & Fagundes, J. A. (2013). Gestão do endividamento público municipal antes e depois da lei de responsabilidade fiscal na prefeitura do município de Urupá-RO. *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, 1(3), 107-124. Recuperado de <https://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/28>
- Santos, P. H. P. dos, Wakim, V. R., & Fernandes, C. I. P. (2020, novembro). *A influência das eleições municipais sobre a execução orçamentária dos gastos com saúde, educação e de obras e instalações*. Anais do XIV Congresso ANPCONT, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.
- Silva, S. L. P., Faroni, W., & Barbiéri, R. S. (2011). Ciclos político-orçamentários e reeleição: um estudo para os municípios do Norte do Brasil. *Revista Científica da FAMINAS*, 7(1), 99-120. Recuperado de <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/268>
- Siqueira, F. F. de. (2016). Ciclo político: uma revisão literária. *Informações Fipe-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas*, (427). Recuperado de <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif427-57-66.pdf>
- Souza, S. S. (2008). *A fria austeridade das regras fiscais resiste ao calor das urnas? Oportunismo fiscal e contabilidade criativa nos estados brasileiros* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Wyse, M. N. O., Machado, D. P., Gomes, D. G. de, & Fernandez, R. N. (2022). Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública. *Revista Gestão & Conexões*, 11(3), 55-73. doi:10.47456/regec.2317-5087.2022.11.3.38335.55-73

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa permitem concluir que os ciclos políticos eleitorais influenciam o endividamento dos municípios paranaenses. Essa influência se manifesta principalmente em anos pré e pós eleitorais, quando prefeitos elegíveis à reeleição e alinhados politicamente ao governo estadual tendem a elevar os níveis de endividamento municipal. Além disso, verificou-se que prefeitos com orientação ideológica à esquerda apresentaram, em média, menor nível de endividamento, enquanto prefeitos de direita não demonstraram variações estatisticamente significativas. Esses achados indicam a existência de padrões de comportamento fiscal influenciados pelo calendário eleitoral, mesmo que, no geral, os municípios tenham se mantido dentro dos limites legais de endividamento.

O estudo teve como objetivo analisar os efeitos dos ciclos políticos eleitorais sobre o endividamento dos municípios do Paraná no período de 2013 a 2020, partindo da premissa de que fatores políticos, como a elegibilidade à reeleição, o alinhamento partidário com o governo estadual e a orientação ideológica dos prefeitos, podem influenciar diretamente o comportamento dos gestores em relação ao uso do endividamento público.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas complementares. A primeira consistiu em uma análise bibliométrica e sociométrica da produção científica sobre os temas ciclos políticos e endividamento público, permitindo identificar os principais autores, periódicos, redes de colaboração e lacunas existentes na literatura, especialmente quanto à abordagem regional. A segunda etapa abordou – de forma teórica – o conceito de endividamento público e sua interação com variáveis políticas, o que permitiu fundamentar as hipóteses a serem testadas. A terceira etapa consistiu na análise empírica dos 399 municípios paranaenses com dados em painel entre 2013 e 2020.

Os resultados empíricos confirmaram parcialmente as hipóteses formuladas. Verificou-se que o endividamento tende a se elevar nos anos que antecedem as eleições, principalmente em administrações com prefeitos ainda elegíveis à reeleição e com alinhamento partidário ao governo estadual. Além disso, prefeitos alinhados também apresentaram maiores níveis de endividamento no próprio ano eleitoral. Gestores de orientação ideológica à esquerda apresentaram menor propensão ao endividamento, em comparação com gestores de direita e centro-direita, cuja atuação não demonstrou efeitos estatisticamente significativos.

Ainda que os limites legais de endividamento não tenham sido ultrapassados, os achados sugerem a existência de condutas que, embora institucionalmente permitidas, refletem padrões fiscais sensíveis ao ciclo eleitoral. Essa constatação reforça a importância da atuação preventiva

dos órgãos de controle externo e da sociedade civil, a fim de preservar a sustentabilidade fiscal e a transparência no uso dos recursos públicos.

A pesquisa apresenta contribuições relevantes em três dimensões. No campo acadêmico, contribui para ampliar a compreensão sobre a relação entre política e finanças públicas no contexto municipal, com foco regional ainda pouco explorado. No campo prático, oferece elementos para subsidiar a formulação de políticas públicas mais conscientes dos impactos eleitorais sobre as finanças locais, contribuindo para uma gestão fiscal mais equilibrada e preventiva. E, na dimensão social, chama a atenção para a importância da participação cidadã no acompanhamento da gestão fiscal, especialmente em contextos eleitorais.

Como limitação, destaca-se a ausência de abordagens qualitativas, que poderiam complementar as análises bibliométrica, teórica e quantitativa, ampliando a compreensão sobre os contextos e motivações que envolvem o endividamento municipal.

Dessa forma, confirma-se que os ciclos políticos eleitorais exercem influência sobre o endividamento dos municípios paranaenses, especialmente quando associados à possibilidade de reeleição, ao alinhamento político com o governo estadual e a determinadas orientações ideológicas. Reforça-se, assim, a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos institucionais de controle e promover a transparência na gestão fiscal como forma de proteger o interesse público frente às dinâmicas políticas locais.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se o aprofundamento da análise em estudos de caso municipais com aplicação de métodos qualitativos, como entrevistas e análises documentais, a fim de compreender com maior profundidade os fatores políticos e administrativos que condicionam as decisões de endividamento.

REFERÊNCIAS

- Baldissera, J. F., & Araújo, M. P. (2021). Características políticas e eleitorais e o efeito no endividamento dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1). doi:10.21118/apgs.v13i1.8254
- Castro, V. de, Queiroz, S. F., Filho, S. F. M., & Valle, P. A. M. do. (2016). Ciclos Político-Econômicos: Uma Análise Empírica para o Estado de Goiás. *Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás UEG* 12(2), 311-332. doi: 10.5281/zenodo.5589769
- Costa, R. F. R., & Lucena, R. D. F. (2019). Uma análise do endividamento municipal no Brasil. *Análise Econômica*, 37(73), 7-24. doi: 10.22456/2176-5456.72151
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Crispim, G., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, C. D. (2021). Ciclo Orçamentário Político: uma análise nos municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 106-123. doi:10.14392/asaa.2021140104
- Dal-Ri, F., & Correia, F. M. (2019). Ciclos político-eleitorais e alocação dos gastos públicos: uma análise para os municípios brasileiros. *Revista de Economia*, 40(73), 305-322. doi: 10.5380/re.v40i73.68176
- Ferreira, H. R. S. A., Cunha, A. S., Fonseca, I. F. D., Avelino, D. P., Silva, E. R. A., Lima, A. T., Jr., & Brandão, J. E. M. D. S. (2019). *Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis: o que mostra o retrato do Brasil?* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- Fiirst, C., Santos, A. C. dos, Junior, M. M. R., & Zonatto, V. C. S. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Contextus–Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(1), 127-144. doi:10.19094/contextus.v17i1.33608
- Franco, L. M. G., Nascimento, C. do, Espejo, M. M. S. B., Rezende, D. A., & Pfitscher, E. D. (2013). Electoral Budget Cycle: o endividamento público no período eleitoral no Paraná. *Revista Reuna*, 18(4), 57-74. Recuperado de <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/72>
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36. doi: 10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2017). *Metodologia científica*. (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Larraín, F., & Assael, P. (1995). Cincuenta años de ciclo político-económico en Chile. *Cuadernos de Economía*, 32(96), 129-150. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/41951273>

- Lucena, B. M. D., Jr. (2013). *Uma análise dos investimentos públicos, dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos estados brasileiros no ciclo político de 2002–2010* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Neto, W. P., & Rossi, G. F. (2016). Ciclos político-econômicos no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, 16(2), 359-376. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1358>
- Nordhaus, W. D. (1975). The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190. doi:10.2307/2296528
- Preussler, A. P. S. (2001). *Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Puchale, C. L., Pereira, O. L. F., Veloso, G. O., & Feistel, P. R. (2020). A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014. *Política & Sociedade*, 19(44), 229-256. doi: 10.5007/2175-7984.2020v19n44p229
- Raveh, O., & Tsur, Y. (2020). Reelection, growth and public debt. *European Journal of Political Economy*, 63, 101889. doi:10.1016/j.ejpoleco.2020.101889
- Santana, A. F. B., Mereles, B. J., Silva, E. C. da, Araujo Funchal, J., & Fagundes, J. A. (2013). Gestão do endividamento público municipal antes e depois da lei de responsabilidade fiscal na prefeitura do município de Urupá–RO. *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, 1(3), 107-124. Recuperado de <https://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidadefda/article/view/28>
- Santos, P. H. P. dos, Wakim, V. R., & Fernandes, C. I. P. (2020, novembro). *A influência das eleições municipais sobre a execução orçamentária dos gastos com saúde, educação e de obras e instalações*. Anais do XIV Congresso ANPCONT, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.
- Silva, S. L. P., Faroni, W., & Barbiéri, R. S. (2011). Ciclos político-orçamentários e reeleição: um estudo para os municípios do Norte do Brasil. *Revista Científica da FAMINAS*, 7(1), 99-120. Recuperado de <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/268>
- Siqueira, F. F. de. (2016). Ciclo político: uma revisão literária. *Informações Fipe-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas*, (427). Recuperado de <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif427-57-66.pdf>
- Wyse, M. N. O., Machado, D. P., Gomes, D. G. de, & Fernandez, R. N. (2022). Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública. *Revista Gestão & Conexões*, 11(3), 55-73. doi:10.47456/regec.2317-5087.2022.11.3.38335.55-73